

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, JURÍDICAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

**COOPERATIVISMO DE CRÉDITO: ATUAÇÃO DA CRESOL COMO
FATOR DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E COMBATE
À POBREZA NA REGIÃO SUL/RS**

Suélen dos Santos Garcia

Pelotas
2011

Suélen dos Santos Garcia

**COOPERATIVISMO DE CRÉDITO: ATUAÇÃO DA CRESOL COMO
FATOR DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E COMBATE
À POBREZA NA REGIÃO SUL/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas, sob a orientação do Professor Doutor Antônio Carlos Martins da Cruz, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Política Social.

Pelotas
2011

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária Cristiane de Freitas Chim CRB 10/1233

G538c Garcia, Suélen dos Santos
Cooperativismo de crédito: atuação da CRESOL como fator de desenvolvimento socioeconômico e combate à pobreza na região Sul / RS / Suélen dos Santos Garcia. – Pelotas : UCPEL, 2011.
123f.
Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Pelotas , Mestrado em Política Social, Pelotas, BR-RS, 2011. Orientador: Cruz, Antonio Carlos Martins da.

1. agricultura familiar - pobreza. 2. cooperativas de crédito com interação solidária. 3. teoria da expansão das capacitações. I. Cruz, Antonio Carlos Martins da. II. Título.

Suélen dos Santos Garcia

**COOPERATIVISMO DE CRÉDITO: ATUAÇÃO DA CRESOL COMO
FATOR DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E COMBATE
À POBREZA NA REGIÃO SUL/RS**

BANCA EXAMINADORA

Dr. Antônio Carlos Martins da Cruz

Dr^a. Cristine Jaques Ribeiro

Dr. Lúcio André de Oliveira Fernandes

Dr. Renato da Silva Della Vechia

Pelotas
2011

DEDICO esta conquista:

- aos meus pais, Sinval e Leci, pelo apoio e amor;
- aos meus irmãos, Michael e Raquel; à minha sobrinha, Júlia; à minha cunhada, Lílian, pelas presenças carinhosas;
- ao meu namorado Isac que, incansavelmente, esteve ao meu lado com afeto e compreensão.

AGRADEÇO:

- à Universidade Católica de Pelotas, pela oportunidade que me foi conferida e, de modo especial, aos professores Doutores Antonio Carlos Martins da Cruz, Lúcio André de Oliveira Fernandes e Vini Rabassa da Silva, que me ajudaram a ampliar conhecimentos e a concluir essa importante etapa de minha formação;
- ao Senhor Sidnei Strelow Hall, Presidente da Cooperativa Singular/CRESOL, Boa Vista/São Lourenço do Sul, pela permanente atenção e disponibilidade no decorrer da pesquisa;
- aos funcionários da Cooperativa Singular/CRESOL, Boa Vista/São Lourenço do Sul, especialmente ao Carlos André Grellert e ao André Griep, que me acompanharam durante as entrevistas e me forneceram material de apoio e informações relevantes para a organização desta dissertação;
- especialmente, à minha mãe, Leci dos Santos Garcia, e a meu irmão, Michael dos Santos Garcia, pelo incentivo e companheirismo constantes.

O desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo.

(AMARTYA SEN, 2000, p. 29)

RESUMO

O mundo contemporâneo convive com profundas desigualdades de diversas ordens. Por um lado, prosperam grupos por meio do acesso aos bens materiais, culturais e políticos, possibilitados, em grande parte, pelo acelerado avanço das tecnologias. Por outro lado, se encontram grupos privados desses bens e relegados a profunda pobreza. Dentre esses, se encontra o dos agricultores familiares, ainda profundamente afetados pela pobreza que caracteriza grande parte da área rural brasileira. Insistentes políticas públicas centram esforços no sentido de minimizar esse quadro de desigualdade, tomando como via de solução, quase sempre, o critério da renda *per capita* e de grupos localizados. Todavia, estudos recentes apontam para a multiplicidade da concepção de pobreza. Refutando esse modo predominante de enfrentar a problemática da pobreza e do desenvolvimento desses grupos marginalizados, surgem teses alternativas, dentre as quais se encontra a Teoria da Expansão das Capacitações, fundamentada por Amartya Sen, referencial que orientou a pesquisa e a elaboração desta dissertação. Assim, firmou-se o pressuposto de que o desenvolvimento de capacidades do ser humano permitirá a ampliação/ qualificação de seus funcionamentos, entendidos estes como os saberes que o ser humano passou a possuir, porque os procurou e os adquiriu de modo metódico, reflexivo e livre. Considerando-se que a realidade rural se compõe por diferentes grupos sociais e laborais, retratando, também, as desigualdades socioeconômicas existentes no Brasil, definiu-se o estrato da agricultura familiar como delimitação para a pesquisa e a voz do agricultor familiar como fonte de informações acerca dessa realidade. Entendendo-se o crédito cooperativo como modelo de política que atende, tanto às demandas instrumentais de combate à pobreza quanto às políticas de fomento ao empreendedorismo e ao crescimento, optou-se por encaminhar a pesquisa para o desvelamento da realidade de uma cooperativa de crédito. Assim, foi realizado um estudo de caso da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL, situando-o na Cooperativa Singular de Boa Vista, Município de São Lourenço do Sul/Rio Grande do Sul. Justificou-se a pesquisa em razão, também, de que o cooperativismo solidário vem sendo reconhecido como eficiente alternativa para a inclusão econômica e social das populações empreendedoras carentes. Isso ocorre, principalmente, em razão de sua metodologia mostrar-se adequada a esse público, atendendo, conseqüentemente, ao objetivo marcadamente social do cooperativismo de crédito solidário, ou seja, propiciar oportunidades de trabalho e renda ao agricultor, possibilitando-lhe melhores condições de vida.

Palavras-chave: Agricultura familiar e pobreza. Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária. Teoria da Expansão das Capacitações.

ABSTRACT

The modern world coexist with deep inequalities of various orders. On the one hand, groups thrive through access to material, cultural and political goods, made possible largely by the rapid advancement of technology. On the other hand, are private groups of these goods and relegated to the deep poverty. Among these, is the family farmers, still deeply affected by poverty that characterizes much of the Brazilian rural area. Insistent public policies focused on efforts to minimize this framework of inequality, taking as a means of solution, almost always, the criterion of per capita income and groups located. However, recent studies point to the multiplicity of the concept of poverty. Disproving the predominant way of dealing with the problem of poverty and the development of these marginalized groups, there are these alternatives, among which is the Theory of the Expansion of Capabilities, founded by Amartya Sen, theoretical framework that has guided the research and the preparation of this dissertation. Thus, it was possible to the assumption that the development of human capabilities will allow us to expand/ qualification of its workings, understood as the knowledge that the human being has to possess, because the sought and the acquired so methodical, reflective and free. Considering that the rural reality is made up of different social groups and labor, depicting also the socioeconomic inequalities that exist in Brazil, it was defined stratum of family farming as boundaries for the research and the voice of family farmers as a source of information about this reality. Understanding the cooperative credit as a model of policy that serves both the demands instrumental in the fight against poverty as the policies for the promotion of entrepreneurship and the growth, we decided to move the research for the unveiling of the reality of a credit cooperative. Thus, we performed a case study of the Cooperative of Rural Credit with Supportive Interaction – CRESOL, placing it in the Single Cooperative of Boa Vista, City of São Lourenço do Sul / Rio Grande do Sul. The research was justified in reason, also, hat the cooperative solidarity has been recognized as an efficient alternative for economic and social inclusion of people entrepreneurs need. This is mainly due to its methodology be considered appropriate for this public meeting, therefore, to the goal markedly social of cooperative of solidarity lending, or providing job opportunities and income to the farmer, enabling him to better living conditions.

Keywords: Family Agriculture and poverty. Cooperative of Rural Credit with Supportive Interaction. Theory of Expansion of Capabilities.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I: FUNCIONAMENTOS E CAPACIDADES HUMANAS	14
1.1 AGRICULTURA FAMILIAR E POBREZA RURAL	14
1.2 A POBREZA COMO CONCEPÇÃO MULTIDIMENSIONAL	21
1.3 POBREZA: A PERSPECTIVA DE AMARTYA SEN	26
CAPÍTULO II: COOPERATIVISMO E COMBATE À POBREZA	30
2.1 COOPERATIVISMO: ABORDAGEM HISTÓRICO-CONCEITUAL	30
2.2 COOPERATIVA DE CRÉDITO	37
2.3 COOPERATIVA DE CRÉDITO NO BRASIL	42
CAPÍTULO III: COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA	50
3.1 CRESOL: ORIGEM E PROPOSTA	50
3.2 IMPACTOS DO SISTEMA CRESOL NO CENÁRIO AGRÍCOLA DA REGIÃO SUL/RS	59
CAPÍTULO IV: METODOLOGIA DA PESQUISA: OS ACHADOS E A INTERPRETAÇÃO	62
4.1 METODOLOGIA DA PESQUISA	62
4.2 OS ACHADOS E A INTERPRETAÇÃO	64
4.3 PAPEL DA CRESOL PARA A QUALIFICAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	102
APÊNDICES	106

INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo apresenta-se como um cenário de profundas contradições. Por um lado, se encontra a opulência, o acesso imensurável à tecnologia e ao capital financeiro. Verifica-se, marcadamente no século XX, a instalação de regime democrático e participativo em escala mundial no âmbito político. As conquistas sociais são crescentes. O mundo está globalizado. Por outro lado, se encontra a privação, caracterizada por alarmante desigualdade social. Esta se evidencia na persistente pobreza e não satisfação de necessidades vitais de grande parcela da população do mundo.

Essas condições ímpares conduzem a inúmeras indagações e a diferentes formas de superar os problemas decorrentes. Dentre eles, se encontram aqueles relacionados ao processo de desenvolvimento das sociedades, de modo a permitir o acesso de todos os seres humanos, de maneira equitativa, aos bens materiais, simbólicos e políticos.

Nos estudos realizados sobre o desenvolvimento das sociedades e de seus diversos grupos produtivos, foi possível encontrar dois posicionamentos prevalentes quanto ao modo de intervir no sentido de minimizar as desigualdades sociais. O primeiro, predominante na literatura específica, associa desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto – PNB, assim como pretende o aumento de rendas pessoais, fortalecimento da industrialização, avanço tecnológico, acesso à proteção social, especialmente quanto à saúde, à assistência social e à previdência social. Mesmo que essas possibilidades cheguem a uma parcela da população pobre, o problema das desigualdades sociais, revelado na persistente pobreza e, em algumas regiões, em lugar de sua diminuição observa-se assustador crescimento, permanece, desafiando as políticas públicas e tornando irrelevantes os recursos aplicados.

Esse posicionamento se tornou insuficiente, pois, para explicar a carência mundial, levando ao surgimento de outras formas alternativas, além daquela que identifica desenvolvimento com crescimento econômico.

Dentre as teses emergentes, se encontra o segundo posicionamento, extremamente desafiador, que preconiza o processo de expansão das liberdades desfrutadas pelos seres humanos. Essa tese é defendida por Amartya Sen, referência fundamental para a organização desta dissertação, na qual se procura entender as

liberdades como substantivas para a superação das desigualdades sociais. Assim, dentre as tentativas teóricas que visam a superar os impasses entre bons índices macroeconômicos e a ausência de qualidade de vida para muitos segmentos sociais, destaca-se a concepção seniana, que contesta a simples relação quantitativa de desenvolvimento.

A Teoria da Expansão das Capacitações, fundamentada por Sen, reconhece que o agente social precisa ter oportunidades socioeconômicas – grupos de capacitações, que, presumivelmente, resultarão em melhoria de vida – funcionamentos. Desse modo, é indispensável que o agente se aproprie efetivamente da oportunidade, o que resultará em crescimento, caracterizado em múltiplas dimensões – educativas, culturais, de lazer, políticas, econômicas.

Entende-se, então, que a abordagem da Expansão das Capacitações permite a análise da pluralidade de dimensões que constituem a qualidade de vida dos seres humanos, exigindo do pesquisador o recorte da realidade social a ser analisada. Nessa linha, está fundamentada esta dissertação.

Nessa perspectiva, foram aproximadas duas abordagens para a realização do recorte da pesquisa – a agricultura familiar e o acesso ao crédito por meio de cooperativa de crédito solidário.

A agricultura familiar, a partir dos anos de 1990, tem sido alvo de crescente interesse no Brasil. Esse interesse é constatado pela adoção de políticas mais adequadas ao segmento produtivo, como a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Essas políticas resultaram, em grande parte, de reivindicações das organizações de trabalhadores rurais e da pressão dos movimentos sociais organizados, assim como de reformulações conceituais construídas nos espaços acadêmicos e referenciadas em modelos desenvolvidos em agências multilaterais, dentre as quais se encontram o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO.

Contudo, isso não significa que a agricultura familiar se constitua em prioridade para os governos. Há, ainda, a disparidade entre a agricultura familiar e a agricultura patronal, sendo esta beneficiada com 70% do crédito disponibilizado para a agricultura, o que coloca a agricultura familiar em situação de risco, mantendo-se a probabilidade de que o agricultor familiar seja incluído na faixa da pobreza. Na intenção de diminuir essa probabilidade funesta, iniciativas de caráter social estão

sendo priorizadas e, dentre elas, a do crédito solidário, segunda abordagem privilegiada neste trabalho. Para tanto, o olhar do pesquisador recaiu sobre o processo de sustentabilidade do desenvolvimento rural, o qual procura equilibrar as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento. Este enfoque tem escolhido a agricultura familiar como um de seus pilares, o que justifica a posição assumida na pesquisa, que trabalhou com as características básicas da agricultura familiar: relação íntima entre trabalho e gestão; direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários; ênfase à diversificação produtiva. A essas características foram acrescentados aspectos que se relacionam à Teoria da Expansão das Capacitações, tais como: educação, cultura e lazer. Entendendo-se que o desenvolvimento rural e, de modo particular, o da agricultura familiar, precisa investir na maximização de oportunidades de crescimento humano, este trabalho encaminhou sua fundamentação nesse sentido.

A par desse entendimento, partiu-se do pressuposto de que o crédito cooperativo é mais do que instrumento de política econômica – é um instrumento de política social que beneficia os agricultores familiares, insuficientemente atendidos pelo sistema bancário tradicional, o qual gera custos exorbitantes aos tomadores de crédito.

Em decorrência, investigou-se a possibilidade de o Cooperativismo Solidário, focado, neste trabalho, no Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL, abrangendo agricultores familiares atendidos pela Cooperativa Singular de Boa Vista, Município de São Lourenço do Sul/Estado do Rio Grande do Sul, atender às reais necessidades dos agricultores familiares. Igualmente, procurou-se identificar a contribuição do crédito cooperativo para o desenvolvimento e crescimento dessa parcela de trabalhadores, mostrando-se como fator de retorno educativo, político e material para as populações beneficiadas pelo Sistema CRESOL.

Nessa perspectiva, se estabeleceu o *objetivo geral* do trabalho, que intentou analisar o papel da CRESOL como instituição de crédito cooperativo no fortalecimento da agricultura familiar, no desenvolvimento socioeconômico e no combate à pobreza.

Como resultado do trabalho realizado, organizou-se esta dissertação em quatro capítulos.

No primeiro capítulo – FUNCIONAMENTOS E CAPACIDADES HUMANAS – trata-se sobre a agricultura familiar e a pobreza rural no Brasil, entendendo-se a pobreza como um conceito multidimensional. São abordados referenciais teóricos na

perspectiva de Amartya Sen, associando-os à realidade da agricultura familiar e à possibilidade de superação por meio da Teoria da Expansão das Capacitações, redimensionando, assim, a concepção de pobreza relacionada ao critério de renda.

No segundo capítulo – COOPERATIVISMO E COMBATE À POBREZA – é feita a análise conceitual de dois enfoques fundamentais do trabalho: cooperativismo e cooperativismo de crédito. Destaca-se o cooperativismo solidário como indispensável política pública para o crescimento do agricultor e da agricultura familiar.

No terceiro capítulo – COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA – aborda-se este tipo específico de cooperativa de crédito, analisando-se, de modo especial, a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL. Desse modo, neste capítulo, se investiga a atuação do Sistema CRESOL, a partir da Cooperativa Singular de Boa Vista, Município de São Lourenço do Sul, como uma alternativa para o desenvolvimento socioeconômico do agricultor familiar e combate à pobreza no meio rural. São contemplados enfoques relativos à origem e estruturação do Sistema CRESOL, assim como prováveis impactos desta Cooperativa Solidária no cenário agrícola da Região Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

No quarto capítulo – METODOLOGIA DA PESQUISA: OS ACHADOS E A INTERPRETAÇÃO – é descrito o processo investigativo e são analisadas as informações obtidas por meio de entrevistas semi-estruturadas (APÊNDICES A e B). Os dados encontram-se categorizados de acordo com os focos selecionados para a investigação. A pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa, constituindo-se em um estudo de caso. Como resultado geral da pesquisa, constatou-se que os agricultores familiares associados à CRESOL tiveram significativo avanço em relação à qualidade de vida, evidenciados em melhorias quanto ao acesso à educação, ao lazer, aos bens materiais, assim como à qualidade da produção e ao acesso à tecnologia, confirmando os fundamentos da Teoria da Expansão das Capacitações.

As CONCLUSÕES FINAIS fazem parte também desta dissertação, quando são retomados os principais aspectos abordados ao longo do trabalho, situando-os em relação à proposta da pesquisa e apresentando sugestões para trabalhos posteriores.

CAPÍTULO I

FUNCIONAMENTOS E CAPACIDADES HUMANAS

Neste capítulo, são analisados referenciais teóricos sobre as capacidades humanas e funcionamentos, a partir da perspectiva de Amartya Sen¹.

Aborda-se a pobreza rural no Brasil, entendendo-a como uma concepção multidimensional, que enfatiza a questão dos funcionamentos e capacidades humanas, a qual procura avançar à concepção de pobreza na perspectiva tradicional que tem, como critério avaliativo, a renda.

1.1 AGRICULTURA FAMILIAR E POBREZA RURAL

Entende-se por **agricultura familiar** o processo de cultivar a terra que é realizado por pequenos proprietários rurais. A mão-de-obra fica a cargo, em sua maioria, do núcleo familiar. A agricultura familiar difere da agricultura patronal, sendo que esta utiliza a mão-de-obra de trabalhadores contratados, fixos ou temporários, em propriedades médias ou grandes. Na primeira, há unidade entre gestão e trabalho familiar; na segunda, há separação entre gestão e trabalho.

Conforme explica Búrigo (2006, p. 22),

[...] apesar de sua magnitude econômica e elevada importância social, a agricultura familiar foi um setor esquecido historicamente pelas políticas públicas brasileiras. Entretanto, desde o final da década de 1980, o maior reconhecimento sobre a relevância dos agricultores familiares nas agências de desenvolvimento e nos meios acadêmicos, junto com a pressão realizada pelos movimentos sociais rurais, levou o Estado brasileiro à estruturação de programas sociais específicos para esse segmento.

Estudos e movimentos sociais, realizados nos anos de 1980 e 1990, contribuíram para o entendimento de que a agricultura familiar brasileira não se

¹ SEN, Amartya: economista indiano nasceu em 1933 na cidade de Shantiniketan, em Bengala Ocidental; estudou economia na Universidade de Cambridge, Inglaterra; em 1998, recebeu o Prêmio Nobel de Economia; aprofundou estudos acerca das economias dos países em desenvolvimento e as condições de vida das populações mais pobres do planeta; em 1981, escreveu o livro *Pobres e famintos*: um ensaio sobre Direito e Privação (<http://www.algosobre.com.br/biografias/amartya-sen.html>).

constitui em uma categoria homogênea, estando na dependência da maneira como são ocupados os territórios, da capacidade de geração de renda e da inserção nos mercados.

Essas condições não limitam a produção agrícola familiar que, em sua totalidade, foi responsável, em 2004, por quase 70% do feijão produzido no Brasil, por 84% da mandioca, 58% da produção de suínos, de 54% do leite, 49% do milho e 40% das aves e dos ovos. No conjunto, a agricultura familiar respondeu por 38% do total da produção agrícola no País (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2006).

No Brasil, a agricultura familiar foi definida na Lei nº 11.326, de 24/julho/2006. Dentre seus preceitos, destaca-se o Artigo 3º:

Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente aos seguintes requisitos: I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 04 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. § 1º O disposto no inciso I do *caput* deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 04 (quatro) módulos fiscais.

A referida Lei também regulamenta sobre os demais contemplados por essa legislação específica:

[...] § 2º São também beneficiários desta Lei: I – silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o *caput* deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; II – agricultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o *caput* deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500 m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; III – extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do *caput* deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores; IV – pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do *caput* deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanamente (LEI 11.326, de 24 de julho de 2006).

Esse leque de atividades não pode ser reduzido somente à dimensão econômica, pois sua influência vai além dos aspectos produtivos ou daqueles ligados à dinamização da produção agrícola. A esse respeito, Lamarche (1993, p. 33) explica que:

[...] na agricultura familiar a unidade de exploração corresponde a uma unidade em que a produção, a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra situações necessariamente mais abstratas e complexas, nas quais não prevalece apenas a lógica econômica baseada na maximização da receita e diminuição dos custos ou dos interesses mercantis. Assim, tanto a racionalidade econômica, como a transmissão do patrimônio e a reprodução da unidade produtiva são condicionadas por múltiplos fatores, que devem ser sempre considerados.

Ainda que se verifique intenso êxodo rural e vertiginosa urbanização, a agricultura familiar possui importância estratégica em termos de desenvolvimento nacional. No conjunto de municípios brasileiros, há a presença de cinco milhões de estabelecimentos agropecuários, sendo que 84% são controlados por agricultores familiares, representando estes 77% da força de trabalho nesse segmento produtivo. Por isso, [...] além de garantir emprego e produção no campo, a agricultura familiar proporciona maior circulação de capital nos municípios e aumenta o número de empregos indiretos (BÚRIGO, 2006, p. 24).

A agricultura familiar representa a grande maioria de produtores rurais no Brasil. Segundo Portugal (2004, p. 1), o segmento, no País, “[...] detém 20% das terras e responde por 30% da produção global”, sendo que a agricultura familiar tem importante papel na economia das pequenas cidades, uma vez que

[...] produtores e seus familiares são responsáveis por inúmeros empregos no comércio e nos serviços prestados nas pequenas cidades. A melhoria de renda deste segmento por meio de sua maior inserção no mercado tem impacto importante no interior do País e, por consequência, nas grandes metrópoles. Esta inserção no mercado ou no processo de desenvolvimento depende de tecnologia e condições político-institucionais, representadas por acesso ao crédito, informações organizadas, canais de comercialização, transporte, energia, etc. (idem).

Nesse conjunto de fatores, encontra-se o grande desafio atual da agricultura familiar que reúne dois aspectos fundamentais para o desenvolvimento desse segmento:

- a ampliação de informações organizadas e adequadas através de diferentes meios de comunicação, como TV, rádio, *internet*;

- melhoria da capacidade organizacional dos produtores com o objetivo de ganhar escala, buscar nichos de mercado, agregar valor à produção e encontrar novas alternativas para o uso da terra como, por exemplo, o turismo rural (PORTUGAL, 2004).

De acordo com dados do Banco Mundial de 1998, citados por Brose e referenciados em Veiga (2000, pp. 13-14), são identificadas cinco razões básicas que dificultam o desenvolvimento da agricultura familiar:

- a migração rural para os centros urbanos associada à ideia de rural com o atraso;

- a percepção de que a agricultura é um setor declinante na economia, enfraquecendo/reduzindo as políticas públicas de desenvolvimento no setor;

- a queda de preços dos alimentos durante as duas últimas décadas, contribuindo para a redução da vontade política de executar complexas reformas necessárias ao desenvolvimento rural;

- a incipiente presença política da agricultura familiar pela dispersão geográfica, precariedade da infraestrutura de transporte e comunicação, impedindo a articulação política dos agricultores;

- a desmotivação gerada nas organizações internacionais para a prestação de assessoramento e financiamento de projetos, traduzida na ausência de coordenação entre elas, grupos da sociedade civil e organizações privadas.

Esses fatores, de modo geral, contribuem para a pobreza rural e desagregação da agricultura familiar, acrescentados aos preconceitos vigentes a respeito do individualismo e pouco esforço que caracterizariam a população rural.

No sentido de intervir positivamente quanto a esses fatores restritivos, estudos relativos à agricultura familiar vêm merecendo atenção por parte da sociedade e dos poderes constituídos. A esse respeito, TOSCANO, (2003, p. 2) afirma:

A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuída nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação.

Muitas foram as denominações adotadas ao longo do tempo, associando-as, em grande parte, “[...] à própria evolução do contexto social e às transformações sofridas por esta categoria, mas é resultado também de novas percepções sobre o mesmo sujeito social” (TOSCANO, 2003, p. 1). Isso se traduz no fortalecimento de políticas públicas, principalmente a partir de 1990, quando surge o Programa Nacional de Desenvolvimento Agrário – PRONAF – e é criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, assim como o revigoramento da Reforma Agrária. O mesmo Autor (2003, p. 1) esclarece:

A formulação das políticas favoráveis à agricultura familiar e à Reforma Agrária obedeceu, em boa medida, às reivindicações das organizações de trabalhadores rurais e à pressão dos movimentos sociais organizados, mas está fundamentada também em formulações conceituais desenvolvidas pela comunidade acadêmica nacional e apoiada em modelos de interpretação de agências multilaterais, como a FAO, o IICA e o Banco Mundial.

As agências multilaterais, especialmente a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA e o Banco Mundial, não conseguiram resolver o grande desafio que se apresenta para o setor – a **pobreza rural**, ainda que, paradoxalmente, venha acontecendo desenvolvimento significativo no segmento da agricultura.

A literatura é bastante extensa no tratamento dos aspectos que envolvem a pobreza, estudada sob diversos ângulos, na tentativa de encontrar resposta condizente às causas que produzem esse fenômeno.

Neste trabalho, entende-se a pobreza como um fenômeno social, essencialmente decorrente da ausência de desenvolvimento de capacidades situadas no próprio sujeito e não como resultado apenas da “vontade divina” ou da insuficiência de renda.

Em razão desse entendimento, verifica-se que muitos estudiosos têm ampliado a discussão, ressignificando os pressupostos de ordem econômica que tradicionalmente procuraram explicar a pobreza.

É um trabalho relativamente novo, porque, ao longo da História, “[...] o pobre foi revestido de preconceitos estereotipados, tanto que se entendia a pobreza como uma situação imposta por Deus, na busca de redimir o homem de seus pecados” (MESQUITA, 2009, p. 13).

Durante muitos séculos, a humanidade considerou a riqueza como instrumento de salvação para a vida eterna e era saudada como bem-aventurança, desde que aquele que a possuísse exercesse a caridade, tida como suprema virtude cristã. Desse modo, a pobreza seria necessária aos ricos, a fim de que praticassem a caridade. Posteriormente, em especial após a Revolução Industrial inglesa, surgiram inúmeras formas de praticar a assistência social, tendo chegado, inclusive, à sua institucionalização. Era um contexto social em que se verificavam condições precárias de trabalho e salários que aviltavam a condição humana. Distinguiam-se os pobres em dois grupos: os que careciam de favores para subsistir e aqueles que não possuíam condições financeiras para alimentar a si e aos seus, por preguiça.

Desse modo, “[...] somente os incapacitados para o trabalho, como os aleijados, os loucos, as viúvas e as crianças de pequena idade se afiguravam merecedores de atendimento pela assistência social do Estado” (idem, 2009, p. 14).

Tal paradigma, ao longo dos tempos, foi substituído por outras teses que não chegaram a contribuir para resolver a pobreza no mundo. Ao contrário, “[...] a pobreza continua a atingir níveis alarmantes, o que, conseqüentemente, favorece a expansão do desemprego e da fome” (MESQUITA, 2009, p. 17).

Assim como acontece em relação às diversas dimensões da pobreza, quando referida à pobreza rural, a literatura, predominantemente, também é analisada a partir de índices econômicos, calculando a medida da pobreza para a população onde o todo

[...] é igual à soma ponderada das medidas da pobreza, considerando-se como pesos as participações relativas das populações dos subgrupos. Desta forma, além de serem estimados os índices de pobreza para cada subgrupo populacional, foram também obtidas as contribuições de cada subgrupo para a pobreza total (NEDER; GOMES, 2010, p. 5).

Neste estudo, se torna indispensável que se proceda a uma análise conceitual do termo rural.

Situa-se que a organização social dos primórdios da humanidade se caracterizava como atividade essencialmente agrícola e que predominou durante muitos séculos. Posteriormente, aconteceu a grande alteração socioambiental – a separação entre urbano e rural, que apresentavam “[...] características bastante específicas no que tange às suas relações sociais, relações de trabalho e relações com a Natureza” (KÜHN, 2008, p. 21).

Assim, de forma acentuada, as duas realidades passaram a ser percebidas como de relações sociais opostas, assim como Williams (1989, p. 11) explicita:

O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples. A cidade associou-se à ideia de centro de realizações, de saber, de comunicações, luz. Também se constelaram poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação.

Entretanto, é possível perceber que as noções de urbano e rural vão além dessas comparações. As relações entre ambos são mais complexas e o meio rural transforma-se, incorporando relações sociais que eram características do espaço urbano, sendo inadequado associar o âmbito rural ao passado, à falta de progresso, à desinformação. A esse respeito, KUHN (2008, p. 22) considera:

O rural e o urbano são, dessa forma, aspectos de uma mesma realidade social, que, mesmo apresentando características diferenciadas, não podem mais ser simplesmente considerados estágios evolucionários da sociedade humana. Eles interagem e se transformam mutuamente.

Essa compreensão impõe que se analise a noção de ruralidade como importante instrumento para a compreensão da realidade social e das relações que são construídas nesse espaço específico, repleto de necessidades diferentes daquelas impostas ao ambiente urbano. É indispensável que seja reorientada a ideia de rural associada a uma infraestrutura carente ou faltante. As mesmas carências são constantes, também, no meio urbano. Por isso, a falta de infraestrutura rural não pode ser considerada um elemento distintivo entre o ambiente urbano e rural (idem, 2008). Da mesma maneira, a autora alerta para o fato de que a área rural não pode ser associada exclusivamente à agricultura, apesar de a atividade produtiva rural estar ainda associada a algum tipo de produção agrícola.

A afirmativa de Abramovay (2000, p. 3) situa essa nova percepção de ruralidade e apresenta questionamentos que provocam profundas reflexões: como definir o meio rural de maneira a levar em conta tanto sua especificidade (isto é, sem encarar seu desenvolvimento como sinônimo de “urbanização”, como os fatores que determinam sua dinâmica (isto é, sua relação com as cidades)?

Os impactos políticos da resposta a esta pergunta teórica e metodológica são óbvios: se o meio rural for apenas a expressão sempre minguada, do que vai restando das concentrações urbanas, ele se credencia, no máximo, a perceber políticas sociais que compensem sua inevitável decadência e pobreza. Se, ao contrário, as regiões rurais tiverem capacidade de preencher funções necessárias a seus próprios habitantes e também às cidades – mas que estas próprias não podem produzir – então a noção de desenvolvimento poderá ser aplicada ao meio rural.

Essas razões vêm provocando intensa discussão sobre a “nova ruralidade” que se impõe ao mundo atual, sem, todavia, enquadrá-la em um único modelo, uma vez que os países guardam especificidades e mantêm intencionalidades próprias. Com certeza, vem acontecendo um movimento de reestruturação do meio rural, inclusive aquele que se refere ao auto-emprego que, durante tanto tempo, tem caracterizado a agricultura familiar.

Entende-se que, mesmo identificada como fato econômico-social, a pobreza pode ser reconhecida sob outra perspectiva – a da ausência de capacidades individuais e sociais, conforme se argumenta neste estudo dissertativo e que merecerá aprofundamento a seguir.

1.2 A POBREZA COMO CONCEPÇÃO MULTIDIMENSIONAL

Situa-se, primeiramente, que Sen mantém, em suas obras (1973, 1981, 1992, 1997), profunda preocupação com a pobreza e a desigualdade social, o que resulta na concepção de desenvolvimento em várias direções. Essencialmente, considera que

[...] o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social (SEN, 2000, p. 17).

Ainda que aponte o crescimento do PNB como meio muito importante para ampliar as liberdades, que se disponibilizam na sociedade, pondera que essas dependem de outros determinantes, dentre os quais se encontram, por exemplo, os serviços de saúde e de educação, assim como os direitos civis como a participação e a averiguação públicas. Entende, também, que a questão relativa ao

desenvolvimento precisa ser analisada de forma ampla, afastando-se da possibilidade de ser focada apenas em meios específicos ou em instrumentos restritos e pontuais. Argumenta, nesse sentido, que postular “[...] o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-la a alguns dos meios que, *inter alia*, desempenham um papel relevante no processo” (idem, 2000, pp. 17-18).

Afirma Sen (2000, p. 94) que, em relação ao desenvolvimento,

[...] para muitas finalidades avaliatórias, o ‘espaço’ apropriado não é o das utilidades (como querem os ‘welfaristas’) nem o dos bens primários (como exigido por Rawls), mas o das liberdades substantivas – as capacidades – de escolher uma vida que se tem razão para valorizar. Se o objetivo é concentrar-se na oportunidade real de o indivíduo promover seus objetivos (como Rawls recomenda explicitamente), então será preciso levar em conta não apenas os bens primários que as pessoas possuem, mas também as características pessoais relevantes que governam a *conversão* de bens primários na capacidade de a pessoa promover seus objetivos.

Essa perspectiva constitui-se como a originalidade do pensamento de Amartya Sen. Em sua construção explicativa, destacam-se dois conceitos fundantes – o de funcionamento e o de capacidade.

Quanto ao conceito de **funcionamento**, Sen (2000) afirma que o mesmo tem raízes aristotélicas, isto é, apresenta características distintas entre opinião e conhecimento racionalmente fundado, sendo que este se relaciona à episteme, saber que o ser humano possui porque o procurou e o adquiriu depois de tê-lo procurado metódica e reflexivamente, seguindo determinados caminhos, aplicando funções mentais próprias àquela busca.

O funcionamento, na visão de Sen (2000, p. 95), reflete

[...] as várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter. Os funcionamentos valorizados podem variar dos elementares, como ser adequadamente nutrido e livre de doenças evitáveis, a atividades ou estados pessoais muito complexos, como poder participar da vida da comunidade e ter respeito próprio.

O Autor (2000, p. 95) conceitua **capacidade** de uma pessoa “[...] como as combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela”. Entende, pois, a capacidade como um tipo de liberdade: “[...] liberdade substantiva

de realizar combinações alternativas de funcionamentos (ou, menos formalmente expresso, a liberdade para ter estilos de vida diversos)”.

Sen (2000, p. 95) exemplifica essas conceituações da seguinte maneira:

[...] uma pessoa abastada que faz jejum pode ter a mesma realização de funcionamento quanto a comer ou nutrir-se que uma pessoa destituída, forçada a passar fome extrema, mas a primeira pessoa possui um ‘conjunto capacitário’ diferente do da segunda (a primeira *pode* escolher comer bem e ser bem nutrida de um modo impossível para a segunda).

Essa abordagem pode provocar debates sobre os funcionamentos específicos que deverão fazer parte de uma lista de realizações importantes e as capacidades correspondentes. Não pode, entretanto, escapar a um exercício avaliatório de modo explícito, afastando-se da tentativa de escondê-las em alguma estrutura implícita.

Nesse sentido, Sen (2000, pp. 95-96) destaca ainda que:

A quantidade ou grau de cada funcionamento usufruído por uma pessoa pode ser representada por um número real e, quando isso é feito, a realização efetiva da pessoa pode ser vista como um *vetor de funcionamento*. O ‘conjunto capacitário’ consistiria nos vetores de funcionamento alternativos dentre os quais a pessoa pode escolher. Enquanto a combinação dos funcionamentos de uma pessoa reflete suas realizações efetivas, o conjunto capacitário representa a *liberdade* para realizar as combinações alternativas de funcionamento dentre as quais a pessoa pode escolher.

Entende-se, assim, que o enfoque avaliatório da abordagem da capacidade pode recair e considerar os funcionamentos *realizados* (o fazer efetivo de uma pessoa) ou o *conjunto capacitário* de alternativas que possui (suas oportunidades reais). Nesses dois enfoques, as informações são diferentes: no primeiro, encaminham-se para o que a pessoa faz; no segundo, indicam o que a pessoa substancialmente é capaz de fazer. Muitas vezes, os dois tipos de abordagem de capacidade são apresentados na literatura, e, não raro, têm sido combinados, verificando-se coincidência entre *vetor de funcionamento escolhido* e *conjunto capacitário*.

Retornando ao exemplo acima, Sen (2000, p. 96) ressalta que nem sempre será utilizado o modelo da coincidência ou de melhor elemento entre vetor de funcionamento escolhido e conjunto capacitário. A liberdade do sujeito pode ser estabelecida de outra maneira. Afirma que há possibilidade de “[...] atribuir

importância a ter oportunidades que *não são* aproveitadas. Essa é uma direção natural a seguir se o *processo* pelo qual os resultados são gerados tem uma importância própria” (idem). Considera-se que a escolha do sujeito por si só se evidencia como funcionamento valioso. Entretanto, há de se distinguir entre a escolha de alternativas existentes e a impossibilidade de escolha pela ausência de alternativas. Alude ao exemplo referido, enfatizando: “Jejuar não é a mesma coisa que ser forçado a passar fome. Ter a opção de comer faz com que jejuar seja o que é: escolher não comer quando se poderia ter comido” (SEN, 2000, p. 96).

O mesmo Autor (2000, p. 97) esclarece que a perspectiva da capacidade é pluralista e apresenta três aspectos que justificam essa afirmativa:

- a existência de funcionamentos diferentes, alguns mais importantes do que outros;
- o questionamento quanto ao peso a atribuir à liberdade substantiva em confronto com a realização real;
- a permanência da questão quanto ao peso que deve ser atribuído às capacidades.

Ao tratar da pluralidade das capacidades, torna-se indispensável a compreensão de que deverá acontecer a agregação de componentes heterogêneos ao conjunto capacitário. Esta visão conecta-se com a realidade humana, cujos interesses e necessidades se configuram como múltiplos. Esse processo não pode permanecer no âmbito da individualidade do sujeito: há de se considerar a realidade global e as comparações interpessoais, fundamentais à avaliação social, que admite a heterogeneidade.

Um problema crucial decorre da tentativa de avaliar a partir da abordagem da capacidade, de modo especial como os pesos devem ser selecionados. Sen (2000, p. 99) indica, como alternativa, a avaliação arrazoada. Esclarece que:

Para uma pessoa específica que está fazendo seus próprios juízos, a seleção de pesos exigirá reflexão em vez de alguma concordância (ou consenso) interpessoal. Contudo, para chegar-se a um leque ‘consensual’ para a *avaliação social* (por exemplo, em estudos sociais sobre a pobreza), é preciso que haja algum tipo de ‘consenso’ arrazoado sobre os pesos, ou ao menos sobre um leque de pesos. Esse é um exercício de ‘escolha social’ e requer discussão pública e entendimento e aceitação democráticos. Não se trata de um problema especial associado apenas ao uso do espaço de funcionamento.

Nesse caso, são encontradas duas posições básicas para a efetivação de atribuição de pesos às capacidades – a *tecnocracia* e a *democracia*. A tecnocracia pretende trabalhar com fórmulas capazes de atribuir pesos “exatamente certos”, entendidas como “mágicas”, ainda que isso não seja possível, uma vez que atribuir pesos é “[...] uma questão de valoração e julgamento, e não de alguma tecnologia impessoal” (idem). A democracia, entendida como a busca pela concordância ou consenso, pode caracterizar-se como procedimento desordenado, o que é abominado pelos tecnocratas. A intenção de propor uma fórmula específica para o estabelecimento de pesos pode ser considerada, mas “[...] nesse inescapável exercício de escolha social sua força tem de depender de sua aceitabilidade para outros” (SEN, 2000, pp.99-100). Isso faz com que o Autor (2000, p. 100) afirme:

[...] essa dificuldade está presente mesmo quando todas as pessoas têm a mesma função de demanda. Intensifica-se quando as funções individuais de demanda diferem, caso em que mesmo comparações da base de bens da utilidade são problemáticas. Não existe nada na metodologia da análise da demanda, incluindo a teoria da preferência revelada, que permita uma leitura de comparações interpessoais de utilidade ou bem-estar com base em escolhas observadas de posses de bens e, portanto, com base em comparações de rendas reais.

Conclui-se, pois, que as rendas reais não se apresentam como solução para a questão em pauta; ao contrário, as rendas reais poderão constituir-se como indicadores insuficientes e insatisfatórios para a definição do bem-estar e da qualidade de vida, o que leva ao entendimento de que “[...] a necessidade de juízos *avaliatórios* é inescapável ao comparar-se bem-estar individual ou qualidade de vida” (SEN, 2000, p. 101).

Assim, de acordo com Sen (2000), a perspectiva centrada na capacidade pode ser realizada de três formas diferentes:

1) ***abordagem direta***: consiste em examinar diretamente o que se pode dizer sobre as vantagens mediante o estudo e a comparação de vetores de funcionamento ou capacidades; é o modo mais imediato e radical de fazer a incorporação das considerações sobre capacidades na avaliação, o qual comporta as seguintes maneiras:

1.1 comparação total que envolve o *ranking* de todos esses vetores comparados entre si no que se refere à pobreza ou à desigualdade (ou qualquer que seja o objeto de estudo);

1.2 ranking parcial que envolve o *ranking* de alguns vetores em relação a outros, porém não exigindo completude do *ranking* avaliatório;

1.3 comparação de capacidade distinta que envolve a comparação de alguma capacidade específica escolhida como foco, sem preencher a completude da cobertura (pp. 102-103);

2) **abordagem suplementar**: envolve o uso contínuo de procedimentos tradicionais de comparações interpessoais no espaço de rendas, porém suplementando-os com considerações sobre capacidades. A suplementação pode enfocar comparações diretas dos próprios funcionamentos ou variáveis instrumentais, exceto a renda, que supostamente influenciam a determinação de capacidades. Fatores como disponibilidade e abrangência de serviços de saúde, indícios de parcialidade por um dos sexos na alocação familiar e prevalência e magnitude do desemprego podem melhorar o esclarecimento parcial permitido pelas medidas tradicionais no espaço da renda. Isso pode ampliar a compreensão global de problemas, por exemplo, de desigualdade e pobreza (pp. 103-104);

3) **abordagem indireta**: permanece concentrada sobre o espaço das rendas, apropriadamente ajustado, como, por exemplo: os níveis de renda familiar podem ser ajustados para baixo pelo analfabetismo e para cima por altos níveis de instrução. A abordagem indireta não difere fundamentalmente da direta no que se refere aos juízos que precisam ser feitos para a obtenção de medidas apropriadas no espaço de rendas equivalentes. Desse modo, é importante distinguir renda como *unidade* na qual é feita a mediação da desigualdade e renda como *veículo* de redução da desigualdade. Apresenta-se como relevante o fato de que a renda permanece apenas instrumentalmente importante, não sendo possível aferir o quanto as disparidades de renda são significativas sem considerar suas *consequências* no espaço considerado (pp. 104-105).

1.3 POBREZA: A PERSPECTIVA DE AMARTYA SEN

Os estudos realizados por Sen (1973, 1992, 1997, 2000) apresentam contribuições relativas a problemas de **desigualdade** e **pobreza**, assim como abordam aspectos conceituais associados às políticas públicas. Inicialmente, debruça-

se sobre a questão da medida da pobreza e da desigualdade. Posteriormente, se lança a examinar, conceitualmente e de modo mais abrangente, esses dois aspectos.

Assim, Sen (2000, p. 109) considera que

[...] a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza. A perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa.

Desse modo, uma renda inadequada se constitui em fator que predispõe a uma vida pobre, sendo essa afirmativa aceita no contexto econômico-social. Resta, todavia, a atitude de aceitação da pobreza na perspectiva da capacidade do sujeito. Argumentativamente, Sen (2000, pp. 109-110) indica os seguintes pressupostos:

1) a pobreza pode sensatamente ser identificada em termos de privação de capacidades; a abordagem concentra-se em privações que são *intrinsecamente* importantes (em contraste com a renda baixa, que é importante apenas *instrumentalmente*); 2) existem *outras* influências de capacidades – e, portanto, a pobreza é real – além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades); 3) a relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é *variável* entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduo (o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional).

Quanto ao terceiro pressuposto, o Autor (2000) destaca as seguintes observações:

- a relação entre renda e capacidade seria acentuadamente afetada pela idade da pessoa, pelos papéis sexuais e sociais; pela localização, pelas condições epidemiológicas, dentre outras variações sobre as quais uma pessoa não tem controle ou exerce um controle limitado (p. 110);

- pode haver certo “acoplamento” de desvantagens entre privação de renda e adversidade na conversão de renda em funcionamentos. Desvantagens como a idade, incapacidade ou doença reduzem o potencial do indivíduo para auferir renda. Mas também tornam mais difícil converter renda em capacidade, já que uma pessoa mais velha, mais incapacitada ou mais gravemente enferma pode necessitar de mais renda (p. 110);

- a distribuição da renda dentro da família acarreta complicações adicionais na abordagem da pobreza baseada na renda. Se a renda familiar é usada desproporcionalmente no interesse de alguns membros da família em detrimento de outros, o grau de privação dos membros negligenciados pode não se refletir adequadamente pela renda familiar (p. 111);

- a privação *relativa de rendas* pode resultar em privação *absoluta de capacidades*. Ser relativamente pobre em um país rico pode ser uma grande desvantagem em capacidade, mesmo quando a renda absoluta da pessoa é elevada pelos padrões mundiais. Em um país generalizadamente opulento, é preciso mais renda para comprar mercadorias suficientes para realizar o *mesmo funcionamento social* (p. 111).

Sen (2000) enfatiza que a noção de pobreza como inadequação de capacidade e a noção de pobreza como baixo nível de renda devem ser analisadas de forma vinculada. Para tanto, deve ser levado em conta que a renda é um meio importantíssimo para a obtenção da capacidade, entendendo-se que o aumento do potencial de uma pessoa para ser mais produtiva e elevar sua renda também contribuiria para o aumento de capacidades do sujeito.

Nesse sentido, Sen (2000, p. 114) afirma:

As questões básicas de fundamentação obrigam-nos (...) a entender a pobreza e a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm. A expansão das capacidades humanas enquadra-se diretamente nessas considerações básicas. Acontece que o aumento das capacidades humanas também tende a andar junto com a expansão das produtividades e do poder de auferir renda. Essa conexão estabelece um importante encadeamento indireto mediante o qual um aumento de capacidades ajuda direta e indiretamente a enriquecer a vida humana e a tornar as privações humanas mais raras e menos pungentes. As relações instrumentais, por mais importantes que sejam, não podem substituir a necessidade de uma compreensão básica da natureza e das características da pobreza.

Enfatiza-se que a perspectiva da capacidade, em uma análise sobre a pobreza e a privação, intenta deslocar a atenção dos meios para os fins pretendidos quanto à melhoria da qualidade de vida de pessoas que têm razão para buscá-la, tendo, também, liberdade de poder para alcançar tais fins. Indica, para tanto, a ampliação de oportunidades educativas e a garantia de oferta de serviços essenciais de saúde, habitação, saneamento. Nesse contexto, coloca a inarredável condição de

participação dos sujeitos nos processos individuais e sociais, alertando para que sejam consideradas as heterogeneidades pessoais, as diversidades ambientais e sociais, a distribuição de renda nas famílias, dentre outras, a fim de que se definam as políticas públicas voltadas às questões da desigualdade e da pobreza. O estabelecimento de políticas públicas, nessa compreensão, destacará explicitamente aspectos relacionados aos juízos de valor que nelas deverão ser incluídos ou excluídos. E, sem dúvida, o processo exigirá a avaliação pública em uma estrutura democrática, orientando-a para a liberdade – aspecto central para a análise e definição de políticas públicas para a diminuição da desigualdade e da pobreza que atingem significativa parcela da humanidade, quer seja examinada na perspectiva global, quer seja focada em uma realidade específica (CASTAÑEDA, 2009).

CAPÍTULO II

COOPERATIVISMO E COMBATE À POBREZA

Neste capítulo, se busca analisar conceitualmente dois enfoques fundamentais desta dissertação: “cooperativismo” e “cooperativa e cooperativismo de crédito”. Subjacente a esses temas, apresenta-se a ideia da construção histórica do cooperativismo como uma forma de organização econômica alternativa aos modelos de empresa convencionais (capitalistas) e como mecanismo de redução da pobreza.

2.1 COOPERATIVISMO: ABORDAGEM HISTÓRICO-CONCEITUAL

A trajetória da humanidade revela que a vida social e produtiva, em todos os tempos, se caracterizou pela existência de forças unificadoras e forças divisoras. A intensidade dessas forças opositoras ou cooperativistas apresentou-se de forma diversa em cada sociedade, influenciadas por fatores político-ideológicos, culturais, econômicos, dentre outros.

A atividade cooperativa já era encontrada nos primórdios da história humana, quando os povos da Índia e de Bangladesh, cerca de mil anos antes de Cristo, desenvolviam a cooperação econômica para o transporte da produção de arroz, através de barcos, no rio Ganges. Objetivavam reduzir os riscos da travessia e obter maiores lucros (BÚRIGO, 2006).

Outros exemplos de convivência cooperativa, que se mantiveram por séculos, existem até hoje.

As populações agrícolas da Europa construíram diques, canais, serrarias e obras de drenagem em comum, partilharam os campos para viabilizar a pecuária, organizaram mutirões para efetuar as colheitas, conservaram os produtos de seu trabalho, como no caso do leite, que era transformado em queijo e repartido entre os membros da comunidade (BÚRIGO, 2006, p. 45).

As associações de poupança e crédito rotativas, forma de cooperação financeira existentes em várias partes do mundo, estão presentes há mais de seiscentos anos no Japão.

Teoricamente, a ideia de cooperação já se encontrava presente em Platão, ao trabalhar o termo *república*. No fim da Idade Média e início da Idade Moderna, o sonho da sociedade ideal era propagado na literatura, trazendo a base cooperativista. Na metade do século XVII, os ingleses Plockboy e Bellers procuraram, pela primeira vez, sistematizar os princípios cooperativos e, por isso, podem ser considerados os precursores da concepção cooperativa moderna. Defendiam que

[...] ao invés de reverenciar o dinheiro, a sociedade moderna precisava valorizar o trabalho como fonte de riqueza. Suas principais propostas, nesse sentido, eram: a consolidação da noção de auto-ajuda, já bastante presente entre os pobres; a criação de associações econômicas livres; a participação democrática dos associados na gestão; a supressão de intermediários, ampliando os ganhos dos produtores; o estabelecimento de relações entre a agricultura e a indústria e entre a produção e o consumo; e que as ideias cooperativas precisam deixar o plano teórico para serem comprovadas por intermédio de ações práticas (BÜRIGO, 2006, p. 46).

Esses indicativos ocorreram em uma sociedade que passava por profundas transformações, quando a Europa vivia o advento da modernização capitalista, a qual promovia alterações no regime político e jurídico e quebravam costumes coletivos seculares, como, por exemplo, a exploração comum de terras. Instituiu-se, então, a noção de propriedade e, em decorrência, foi fortalecida a competitividade em termos culturais e econômicos.

Nos meados do século XIX, a Inglaterra era a maior potência econômica do mundo ocidental. Sua pujança financeira advinha, principalmente, da indústria têxtil. Apesar dessa favorável situação capitalista, os trabalhadores da indústria não possuíam qualquer tipo de proteção social.

A esse respeito, Singer (2002, p. 24) esclarece:

A exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado moderno. As crianças começavam a trabalhar tão logo podiam ficar de pé, e as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar.

Os operários reivindicavam no sentido de obter alguma proteção. Em conjunto, buscavam encontrar uma solução para esse grave problema social. Industriais esclarecidos começaram a propor leis de proteção aos trabalhadores.

Desse grupo, fazia parte Robert Owen, proprietário de um imenso complexo têxtil em New Lanark, que sugeriu uma forma de organização na qual as sobras seriam distribuídas *pro rata* das compras feitas e atribuir ao capital remuneração limitada a 4% ao ano. No entanto, a poupança semanal desse grupo não excedia a 4%, o que exigia uma nova alternativa. Foi lançado, então, um manifesto público para que todos os operários de Rochdale a eles se unissem, a fim de participarem da fundação da cooperativa.

O manifesto continha os seguintes itens, segundo registra Cruz (2001, pp. 44-45):

Fundar um armazém para venda de provisões alimentares e vestuário; construir, ou comprar, casas higiênicas para todos os associados; fabricar produtos, para dar trabalho aos novos sócios desempregados, ou que venham a sofrer redução de salários; comprar, ou arrendar terras, que serão, a princípio, cultivadas em conjunto pelos sócios, e depois, divididas em pequenas propriedades individuais; destinar uma parte dos resultados à criação de estabelecimentos comuns, para instrução e desenvolvimento moral dos sócios; logo que possível, a sociedade ocupar-se-á em organizar a produção, o governo, ou por outras palavras, em fundar uma colônia que a si só se baste, e em ajudar outras sociedades a fundar colônias semelhantes.

Em 1833, Owen, que estivera fora da Inglaterra por alguns anos, retomou a liderança das cooperativas operárias e propôs a criação da Grande União Nacional Moral das Classes Produtivas do Reino Unido. Assim, o cooperativismo, em seu berço,

[...] já se arvorava como modo de produção alternativo ao capitalismo. O projeto grandioso de Owen equivalia ao que mais tarde se chamou de República Cooperativa, e ele a propôs, não à moda dos utópicos da época aos mecenas para que a patrocinassem, mas ao movimento operário organizado, que ainda estava lutando por seus direitos políticos (SINGER, 2002, p. 33).

Muitas foram as lutas enfrentadas pelos trabalhadores no sentido de obterem direitos trabalhistas. Dentre os muitos eventos de resistência, os trabalhadores viram-se frente à reação dos empregadores que resolveram demitir todos os filiados ao Sindicato dos Trabalhadores em Construção. Em resposta, muitos trabalhadores abriram cooperativas operárias que, aos poucos, diante da força dos empregadores, enfraqueceram e se extinguíram.

No entanto, a tese da cooperação não foi sepultada. Passou a conviver com muitas resistências e com teorias como as da seleção natural e da competitividade como estratégia de sobrevivência, o que diminuiu a importância da prática cooperativa “[...] como princípio-chave para o desenvolvimento econômico e social” (CRUZ, 2001, p. 45).

Mesmo nesse cenário conturbado por profundas transformações, no qual a economia do capital necessitava de um mercado formal de trabalho e de um espaço para efetuar os negócios, além daquele caracterizado como de economia familiar, paradoxalmente, restou, em meio às novas formas de controles que surgiam, um espaço para o cooperativismo, que começou a se cristalizar em termos mais formais.

Naquela sociedade, muitos segmentos se organizavam e assumiam mecanismos de resistência ao capital, que paulatinamente ampliava suas formas de exploração. Dentre esses segmentos, se aglutinavam: artesãos, camponeses, intelectuais, mecenas e outros que se sentiam insatisfeitos com o modo de vida que o capitalismo industrial impunha a todos.

O movimento cooperativista contou, ao longo dos anos, com teses produzidas por diversos estudiosos do tema. Dentre eles, destaca-se Charles Gide, que viveu entre 1847 e 1932. Nasceu em Urzes, França, e lecionou em diversas universidades de seu país, até que assumiu a Cátedra de Cooperativismo no conceituado *Collège de France*. Em 1931, para alegria de Gide, foi criada a Federação de Cooperativas de Consumo da França, encontrando-se em funcionamento até hoje.

Na Inglaterra, em 1844, nasceu a Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale Limitada, que se transformou “[...] no embrião do maior movimento econômico solidário do mundo” (CRUZ, 2001, p. 36).

A esse respeito, Singer (2002, p. 39-40) esclarece:

O impulso para a criação da cooperativa pode ter sido a derrota de uma greve de tecelões em 1844. Adotaram uma série de princípios, que seriam depois imortalizados como os princípios universais do cooperativismo: 1º) que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independentemente de quanto investiu na cooperativa; 2º) o número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir. Por isso, este princípio é conhecido como o da ‘porta aberta’.

Os demais princípios referiam-se a: juros fixos sobre o capital emprestado; divisão das sobras de forma proporcional às compras de cada um na cooperativa;

compras feitas pela cooperativa seriam feitas somente à vista; produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre “puros”; empenho na educação cooperativa; neutralidade religiosa e política (Singer, 2002, p. 40).

Diferentes modelos de cooperativas de consumo foram surgindo, ao longo do século XIX.

Em 1889, em um congresso realizado em Lyon, Gide lançou os fundamentos da prática do cooperativismo, sintetizados em três etapas:

[...] * reorganizar as cooperativas de consumo existentes, reagrupando-as dentro de uma estrutura comum e com uma parte do capital disponível, formar grandes armazéns atacadistas, para centralizar todas as compras;
 * com outra parte do capital, passar a produzir todos os produtos e serviços que pudessem ser consumidos pelos cooperados, tais como: pão, trigo, tecidos, roupas, calçados, papel, sabão etc.;
 * adquirir pequenas propriedades rurais para nelas produzir cereais, vinho, frutas, leite, carnes etc. e todos os demais produtos primários, necessários ao consumo dos cooperativados (CRUZ, 2001, p. 37).

Dessa maneira, Gide pretendia a implantação de uma “república cooperativista”, eliminando totalmente o trabalho assalariado, o que levaria à eliminação do lucro do sistema capitalista, consagrando-se “[...] o cooperativismo como a única alternativa viável entre este sistema e o marxismo” (CRUZ, 2001, p. 38).

A partir de então, o movimento prosperou rapidamente na Inglaterra, chegando a outros lugares do mundo, constituindo-se, atualmente, o cooperativismo como uma

[...] realidade irrefutável, que movimenta financeiramente algo em torno de US\$ 7,2 trilhões, ou 23% de todo o PIB do mundo, que influencia, diretamente, mais de 800 milhões de pessoas em 102 países, número este que somado aos respectivos familiares, representa mais de 1/3 da população do nosso planeta (CRUZ, 2001, p. 47).

No sentido de explicitar esse sistema organizativo, foram buscados em Cruz (2001) conceitos fundantes sobre cooperativismo e cooperativa.

O autor esclarece, primeiramente, o conceito de cooperativismo: “É um sistema econômico-social, autogerido em bases democráticas, operacionalizado através de ajuda mútua, que se destina à satisfação das necessidades econômicas e à promoção moral dos membros a ele integrado”.

Quanto ao movimento cooperativista, considera que é “[...] o conjunto dinâmico, formado por instituições cooperativistas, acompanhado das respectivas ações, que são executadas em prol da difusão da Doutrina Cooperativista, visando sempre a promoção de transformações socioeconômicas, preconizadas pelo cooperativismo” (ibidem, p. 49).

Ao tratar da doutrina cooperativista, Cruz (2001, p. 49) destaca três aspectos:

[...] **valores** – são experiências morais, de caráter permanente, que se constituem no arcabouço do pensamento e da conduta dos cooperativistas; **princípios** – são as regras de conduta que devem ser observadas, em decorrência da aplicação dos valores nas situações mais específicas do relacionamento social do cooperativismo e dos cooperados em geral, cuja evolução e aperfeiçoamento constantes, devem fazer parte das transformações preconizadas pelo cooperativismo; **herança histórica** - é todo o acervo intelectual, legado pelos socialistas precursores do cooperativismo, representado por todos os seus pensadores e ideólogos e, também, pela evolução das ideias por eles defendidas, ao longo de todo o processo histórico, que consolidou a filosofia cooperativista em todo o mundo.

A efetivação da doutrina cooperativista só poderá acontecer por meio da cooperação, que Cruz conceitua como “[...] o modo particular de organizar o trabalho e o esforço humano para concretizar um objetivo comum” (2001, p. 50).

Segue, conceituando cooperativa como “[...] uma associação autônoma de pessoas, que se reúnem, voluntariamente, para satisfazer as suas aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio da formação de uma empresa de propriedade comum e democraticamente gerida por todos” (idem).

Finalmente, indica características da cooperativa, aqui apresentadas resumidamente:

- adesão voluntária, com número ilimitado de associados;
- variabilidade do capital social, representado por cotas-partes;
- limitação do número de cotas-partes do capital para cada associado;
- inacessibilidade das cotas-partes de capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- singularidade de voto;
- *quorum* para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral, baseado no número de associados;
- retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado;

- indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica, Educacional e Social;
- neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;
- prestação de assistência aos associados e, quando prevista nos estatutos, aos empregados da cooperativa;
- área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

Para fins desta dissertação, é importante considerar-se a classificação das sociedades cooperativas, de acordo com Cruz (2001).

Quanto ao grau, as cooperativas classificam-se em: **primeiro grau** – também chamadas de cooperativas singulares, tendo por base social os seus cooperados; **segundo grau** – chamadas Centrais, que efetiva a exploração centralizada de determinada atividade, e as Federações que representam o interesse comum de um determinado ramo do cooperativismo no âmbito estadual; **terceiro grau** – representam os interesses de seus associados no âmbito nacional.

Quanto ao ramo, as cooperativas classificam-se como: **cooperativa agropecuária** – compostas por produtores rurais, agropastoris ou de pesca; **cooperativas de consumo** – dedicadas à compra por atacado de artigos de consumo para os seus cooperados; podem ser fechadas (formadas no âmbito de uma determinada empresa) e abertas (abertas ao grande público); **cooperativas de crédito** – formadas com base na solidariedade financeira e destinadas a promover a poupança e a financiar necessidades de consumo ou empreendimentos; podem ser divididas em Cooperativas de Crédito Rural; Cooperativas de Crédito Mútuo; e Cooperativas de Crédito Luzzatti; **cooperativas educacionais** – organizadas por professores, alunos de escolas agrícolas, cooperativa de pais de alunos e cooperativa de atividades afins; **cooperativas de infraestrutura** (energia, telecomunicações e serviços) – formadas com a finalidade de atender, direta e prioritariamente, o seu quadro social, com a prestação de serviços específicos que venham a ser demandados por esse mesmo quadro social (eletrificação rural; telefonia rural); **cooperativas especiais** – formadas com o objetivo principal de atender a pessoas relativamente incapazes ou que precisam ser tuteladas; **cooperativas habitacionais** – formadas com o objetivo principal de construir, manter e administrar conjuntos habitacionais para os seus associados; **cooperativas de mineração** – formadas com o objetivo de explorar a atividade de

mineração; **cooperativas de produção** – dedicadas à produção de bens e produtos; **cooperativas de saúde** – dedicadas à preservação e recuperação da saúde; **cooperativas de trabalho** – formadas por trabalhadores, cujo objetivo é o de colocar a capacidade técnico-profissional dos seus associados à disposição do mercado de trabalho; **cooperativas de turismo** – formadas por profissionais ligados às atividades de turismo e lazer; **outras** – absorvem todas as demais cooperativas que não se enquadram nos ramos anteriormente definidos.

2.2 COOPERATIVA DE CRÉDITO

Segundo Singer (2002), em termos cronológicos, o cooperativismo de crédito é o segundo mais antigo. As cooperativas de crédito “[...] foram invenções alemãs: a urbana por Hermann Schulze-Delitzch e a rural por Friedrich Wilhelm Raiffeisen”.

Difundiram-se pela Europa, chegando, em seguida, à América do Norte.

Diferentemente do cooperativismo de consumo, a cooperativa de crédito, conforme afirma Singer (2002, pp. 66-67), foi iniciativa de

[...] figuras políticas que tentaram, inicialmente, ajudar os pobres por meio de instituições filantrópicas. Quando descobriram que a motivação para a caridade se exauria mais ou menos depressa, aderiram aos princípios do cooperativismo de Rochdale (na década de 1850, ainda em sua infância), cujo ponto de partida é a auto-ajuda coletiva unicamente dos interessados, sem depender da assistência alheia. Em sua origem, a cooperativa de crédito *não é um intermediário financeiro*, como o são os bancos e as companhias de seguro, por exemplo, mas uma associação de pequenos poupadores que se unem para potencializar seu acesso a crédito mediante o financiamento mútuo.

As cooperativas de crédito comportam diversos tipos e tamanhos. Isso ocorre, principalmente, devido às variações que nortearam seu desenvolvimento em cada tempo e em cada país. Nesse sentido, David (2009, p. 66) esclarece:

[...] algumas se mantêm independentes, outras atuam como agentes financeiros de pequena escala, outras ainda estão inseridas num espaço local comunitário ou de uma corporação. Em determinadas regiões, elas constituem redes de grande porte, em que se aglutinam centenas ou milhares de unidades cooperativas. Fruto desse processo, as cooperativas de crédito tornaram-se o ramo cooperativista com a maior expressão econômica no mundo.

O cooperativismo de crédito resulta de um longo processo de criação de experiências financeiras que tinham, como principal objetivo, assistir à camada mais pobre da população, movimento iniciado na Europa durante o século XVIII. Naquela época, já eram encontrados empreendimentos nessa direção, mesmo que ainda não se caracterizassem como cooperativas. Posteriormente, assim como aconteceu com os Pioneiros de Rochdale, os fundos de empréstimos popularizaram-se e chegaram a atender cerca de 20% das famílias da Inglaterra. Essa iniciativa expandiu-se e, durante muito tempo, conseguiu resistir à pressão dos bancos, o que possibilitou que essa experiência se mantivesse até a metade do século XX (DAVID, 2009).

As cooperativas de crédito, como já referido, foram idealizadas por pessoas preocupadas com as dificuldades materiais dos trabalhadores. Nessa linha, destacam-se os alemães que inventaram e consolidaram as primeiras cooperativas de crédito, contribuindo para que essa alternativa fosse difundida em todo o mundo. Em 1897, existiam, na Prússia, mais de 7.600 cooperativas de crédito.

Na década de 1840, o juiz do governo alemão, Hermann Schulze, percebendo o intenso sofrimento do povo, organizou, em Delitzsch, um moinho para atender aos habitantes mais necessitados, transformando-o, posteriormente, em uma forma de cooperativa. Realizou alternativas que considerou insuficientes para resolver a situação de miséria do povo alemão; para tanto, instituiu, em 1850, a primeira cooperativa de crédito que pudesse ajudar financeiramente aos necessitados.

Outro idealizador de cooperativa de crédito foi Fridrich Wilhelm Raiffeisen, compatriota de Schulze. Em 1848, fundou uma “cooperativa de pão” para vender farinha barata aos pobres. A iniciativa foi bem sucedida, possibilitando-lhe a organização, nos anos seguintes, de diversas empresas para fornecer produtos alimentícios e crédito em dinheiro para os agricultores. Esses empreendimentos não se caracterizaram como cooperativas, porque contavam com o apoio de capital externo. Em 1866, referenciado nos estudos de Schulze, formulou uma cooperativa de crédito, adotando muito princípios que orientavam as modernas cooperativas de crédito. Defendeu que “[...] a área de abrangência das cooperativas de crédito fosse circunscrita às paróquias, pois acreditava que o conhecimento mútuo dos participantes era vital para seu sucesso” (DAVID, 2009, p. 69). Enfatizava a importância do trabalho voluntário em suas cooperativas, assim como preconizava

os princípios de solidariedade e de amor ao próximo. A seguir, Raiffeisen estabeleceu as primeiras federações e centrais de cooperativas de crédito rural, tipos de organizações que mostraram excelentes resultados e que chegaram a beneficiar cerca de 150 milhões de pessoas (DAVID, 2009).

O italiano Luigi Luzzatti, professor universitário e autor de várias obras sobre economia e finanças, é considerado como um importante precursor de cooperativas de crédito. Baseou seu empreendimento no modelo de Schulze, desenvolvendo os primeiros bancos cooperativos em 1864-1865. Estendeu-os à população rural e enfatizava o aspecto moral, a gestão voluntária e o espírito de confiança que deveriam estar presentes para o sucesso das cooperativas. Contava com o apoio suplementar do governo, com o propósito de impulsionar as cooperativas iniciantes.

Já no século XX, surgiram muitas cooperativas, que apresentavam adaptações aos modelos predominantes à época. Aproximadamente cinquenta anos após as iniciativas de Schulze e Raiffeisen, Alphonse Desjardins fundou, no Canadá, “La Caisse Populaire de Levis”,

[...] baseada nos modelos das cooperativas européias e das caixas de poupança norte-americanas. Depois de meditar sobre as diferentes experiências que conheceu e estudou, Desjardins encontrou no modelo das caixas populares uma fórmula capaz de motivar os agricultores franco-canadenses a lutarem contra o isolamento e a depressão econômica que assolavam a província de Québec. Ele se preocupou igualmente em criar institutos educacionais e técnicos, que fortalecessem os ideais cooperativistas, bem como em garantir uma proteção legal às cooperativas recém criadas (DAVID, 2009, p. 71).

O modelo Desjardins teve papel preponderante na criação do Conselho Mundial das Uniões de Crédito.

Já no século XX, as cooperativas de crédito passaram por significativas mudanças estruturais, de acordo com o que registra Singer (2002, p. 69):

Após a Segunda Guerra Mundial, o cooperativismo de crédito sofreu profundas mudanças estruturais para se adaptar à evolução da intermediação financeira capitalista, marcada pela centralização do capital e a formação de gigantescos oligopólios financeiros globais.

A segunda metade do século XX apresenta configuração diversificada quanto à organização das cooperativas de crédito. Revelam, no entanto, grande potencial socioeconômico, justificando a ampliação e o fortalecimento dessa iniciativa.

Na Alemanha, em 1972, as correntes Raiffeisen e Schulze fundiram-se para formar um setor cooperativo de crédito. Movimentos semelhantes foram registrados na França, Suíça e Holanda.

No Canadá, conforme aponta Singer (2002, pp. 70-71),

[...] o cooperativismo de crédito é muito forte na província de Québec. As *caisses populaires* de Desjardins são em número de 1.300, têm 5 milhões de membros e ativos de 48 bilhões de dólares. Elas possuem mais agências do que os bancos, detêm em depósitos mais de um terço da poupança da região, são responsáveis por um terço do crédito ao consumidor, um quarto do crédito comercial e mais da metade do crédito agrícola. Agrupam-se regionalmente em dez federações e três outras federações agrupam as *caisses* fora do Québec.

Além disso, oferecem inúmeros serviços financeiros e programas sociais com o objetivo de ajudar as comunidades de língua francesa. No setor da agricultura, o cooperativismo de crédito desempenha importante papel nos Estados Unidos da América do Norte.

Atualmente, o cooperativismo de crédito enfrenta, em países desenvolvidos, a concorrência de intermediários financeiros privados e públicos, “[...] de grande dimensão e capacidade de desenvolver e aplicar tecnologias avançadas de informática” (SINGER, 2002, p. 73), o que vem exigindo a centralização e burocratização das cooperativas, buscando obter ganhos de escalas e atendimento em massa, alterando uma de suas características mais significativas – a autogestão. Isso assemelha, cada vez mais, o cooperativismo de crédito ao modelo dos intermediários convencionais.

A esse respeito, Singer (2002, pp. 73-74) explica:

É preciso considerar também que, nos países desenvolvidos, os pequenos produtores rurais e urbanos estão longe da pobreza que condicionou originalmente a invenção do cooperativismo de crédito. A grande maioria não requer poupança alheia para financiar seus investimentos e sua vulnerabilidade a infelicidades foi devidamente reduzida pelas redes nacionais de seguro que constituem o Estado de bem-estar social. Nessas condições, os atuais membros do movimento de cooperativismo de crédito não demandam mais os mesmos serviços que formavam sua missão até o fim da Segunda Guerra Mundial.

Entende-se, pois, que a grande massa de sócios cooperativos, atualmente, não pertence ao grupo de menor renda dos países desenvolvidos. Todavia, isso não significa que, em países pobres e em desenvolvimento, não haja uma população

que necessita de cooperativas de crédito semelhante às que foram criadas e prosperaram no século XIX ou, ainda, formas inovadoras e emergentes da própria realidade de regiões e países. É o caso, por exemplo, do *Grameen Bank* (Banco da Aldeia), que surgiu em Bangladesh por iniciativa de Muhammad Yunus, professor de economia da Universidade de Chittagong, implantada para combater a fome de grande parcela da população, cuja metodologia teve início com o crédito pessoal do próprio idealizador. Contando com o apoio do Banco Agrícola, a experiência multiplicou-se, passando a tirar o pobre da linha de miséria em que vivia (SINGER, 2002).

Outras experiências positivas são encontradas ao longo do tempo, ainda que o movimento cooperativista, no mundo, tenha vivenciado diferentes experiências associadas ao desenvolvimento do capitalismo. Durante algum tempo, o movimento operário sindicalista foi conquistando direitos para os assalariados e os afastando da pobreza.

Nesse sentido, Singer (2002, p. 109) constata:

Em vez de lutar contra o assalariamento e procurar uma alternativa emancipatória ao mesmo, o movimento operário passou a defender os direitos conquistados e sua ampliação. Os sindicatos tornaram-se organizações poderosas, cuja missão passou a ser a defesa dos interesses dos assalariados, dos quais o mais crucial é conservar o emprego. Por meio do emprego, os trabalhadores alcançam uma espécie de cidadania “social” que compensaria a posição subordinada e alienada que ocupam na produção.

Assim, por um tempo, houve um desinteresse pela economia solidária, não resultando, todavia, em decréscimo quantitativo do movimento cooperativista. Em termos qualitativos, é possível que tenha havido perdas ou lentidão naquilo que mereceria ser aperfeiçoado.

Essa situação se alterou, a partir dos anos de 1970, quando ocorreu o desemprego em massa em razão da desindustrialização de países centrais e, até mesmo, de países semidesenvolvidos, como era o caso do Brasil. O emprego ficou escasso e os sindicatos debilitaram-se. Como resultado, a economia solidária ganhou força na maioria dos países, entendendo-se que ela foi “reinventada”.

Ainda, de acordo com Singer (2002, p. 111), há indícios

[...] da criação em número cada vez maior de novas cooperativas e formas análogas de produção associada em muitos países. O que distingue este “novo cooperativismo” é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento.

É fundamental que se entenda que o avanço da economia solidária não prescinde do apoio do Estado e do fundo público, principalmente quando há acentuada situação de miserabilidade das comunidades. Entretanto, a construção da economia solidária depende, primordialmente, dela mesma.

2.3 COOPERATIVA DE CRÉDITO NO BRASIL

Ao término do século XIX, os sistemas de cooperativas eram conhecidos na Europa. No Brasil, o cooperativismo só foi reconhecido com o advento da República e da Constituição de 1891. Até então, era proibida a prática cooperativa, regulamento este que constava da Constituição Monárquica de 1824. Registra-se que, no período republicano, a primeira cooperativa, pertencente ao ramo de consumo, foi organizada por empregados públicos de Ouro Preto, Minas Gerais. Após, surgiram outras cooperativas de consumo. Em 1892, foi fundada a primeira cooperativa de produtores rurais, em dois municípios do Estado do Rio Grande do Sul – Veranópolis e Antonio Prado, que foi seguida pela criação de cooperativas de eletrificação rural, de crédito rural e urbano, de habitação, de trabalho e de saúde (SCHIMIDT; PERIUS, 2003).

No Brasil, o cooperativismo assume característica peculiar, conforme explicita Búrigo (2006, p. 56):

Apesar de a história registrar relatos sobre os esforços dos pioneiros, em termos de solidariedade, para muitos pesquisadores a postura atual da maioria das cooperativas estaria dando ênfase a uma tradição que marca o cooperativismo brasileiro. Enquanto na Europa o cooperativismo surge como uma reação aos problemas socioeconômicos criados pelo capitalismo, no Brasil, ele nasce com a chancela das elites, numa economia predominantemente agro-exportadora.

Constata-se, pois, a reduzida identificação política do cooperativismo brasileiro com as demandas sociais, o que ficou mais evidente com o surgimento da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Organizou-se com o propósito de “pacificar” e centralizar, em uma única instância, as diferentes e conflitantes forças que atuavam junto ao cooperativismo brasileiro, em 1963. É importante entender-se que,

[...] a partir da hegemonia dos produtores rurais e sob a tutela do Governo Militar, a OCB conseguiu – através principalmente da criação da Lei 5.764, de 1971, e do apoio do Ministério da Agricultura – canalizar investimentos consideráveis e privilégios fiscais às suas filiadas, especialmente às cooperativas agropecuárias (coopers) de maior porte. Grande parte dessas ações integrava-se aos projetos de criação e fortalecimento de complexos agroindustriais, tendo plena consonância com as políticas de modernização (conservadora) do meio rural brasileiro. Tais mudanças na agricultura brasileira foram implantadas com ajuda de programas de crédito subsidiado e dos órgãos de assistência técnica governamental. Em muitos casos, esses programas também eram operados pelas próprias cooperativas (BÚRIGO, 2006, p. 57).

Com essa realidade, conviviam as cooperativas de menor porte, que se viam compelidas a se fundir, seguindo o modelo das Organizações das Cooperativas Brasileiras – OCB – e submetendo-se ao que o Governo estabelecia para o setor. Algumas cooperativas foram liquidadas, em razão de suas fragilidades no controle social, por apresentarem problemas de gestão ou desvios financeiros, servindo esses fatos para prejudicar milhares de associados, implicando em imagem negativa do cooperativismo nacional.

A OCB, nos anos 80, manteve-se distante das lutas pela democratização do País, dos movimentos sindicais e de pequenos empresários e agricultores familiares. Somente após o período de exceção política, o regime jurídico nacional criou novas regras, tornando inócuas e desatualizadas partes da legislação cooperativa. A garantia de liberdade de associativismo no Brasil foi contemplada pela Constituição de 1988, em seu Artigo 5º, inciso XVIII. Mais recentemente, o Código Civil apresentou alterações em relação ao cooperativismo.

Na intenção de “legislar para crescer”, o Deputado Arnaldo Jardim (2008, p. 17) esclarece:

A aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 177/04, que regulamenta o cooperativismo de crédito, foi uma conquista histórica. Enfrentamos contradições políticas, partidárias e uma grave reação das instituições financeiras que temem o crescimento da fatia do cooperativismo de crédito no mercado. Orgulho-me de ter sido o autor da emenda substitutiva e de ter atuado para estabelecer o consenso entre as lideranças da Câmara dos Deputados sobre a importância do tema para toda a sociedade brasileira.

Segundo Jardim (2008, p. 17), as cooperativas de crédito encontram-se em franca expansão e vêm, a cada ano,

[...] conquistando mais espaço no mercado financeiro, já representando 3% do Sistema Financeiro. Hoje, existem 1.441 cooperativas de crédito, com cerca de 3,6 milhões de associados, um número que parece expressivo, mas dilui-se quando observamos o seu potencial diante dos mais de 180 milhões de brasileiros, ávidos por juros mais baixos e melhores condições de pagamento.

Entretanto, uma análise mais ampla da realidade financeira brasileira revela que o Brasil ainda não conseguiu resolver o restrito acesso da população aos serviços e produtos bancários, ainda que o País tenha atingido a liderança em tecnologia e rentabilidade do setor bancário em nível nacional, atingindo uma lucratividade de U\$19 bilhões (COSTA, 2005).

Há uma tendência, desde os anos de 1970, de afastamento da instituição bancária de sua vocação tradicional – a oferta de crédito como “[...] instrumento estratégico no processo de geração das riquezas e de desenvolvimento econômico, dentro da ordem capitalista” (BÚRIGO, 2006, p. 15).

No Brasil, essa tendência em limitar o crédito apresenta efeitos sociais e econômicos indesejáveis. Além da redução do crédito na dinâmica produtiva, a sociedade brasileira convive com as mais altas taxas de juros do mundo, fazendo com que “[...] as finanças nacionais e as dívidas públicas acabem circulando preponderantemente em torno de um número muito restrito de bancos públicos e privados, criando um quadro de concentração financeira crescente” (BÚRIGO, 2006, pp. 15-16).

Contraditoriamente no País, é fortalecida a convicção de que o combate à pobreza e às desigualdades necessita, além do incremento de políticas macroeconômicas favoráveis, de consistentes medidas de natureza microeconômica, assim como afirma Búrigo (2006, p. 16):

Uma das constatações nesse sentido é que políticas públicas precisam criar meios que democratizem o acesso aos recursos financeiros. Acredita-se que uma das causas da exclusão social esteja na baixa presença de organizações financeiras locais (OFLs) que conheçam melhor as necessidades de seus clientes, atuando dentro de uma lógica das “finanças de proximidade”.

Em junho de 2001, foram anunciadas medidas de inclusão bancária e de microfinanças, conhecidas como “Pacote do Microcrédito”, comportando duas vertentes básicas: estimular a bancarização das camadas populares, com o apoio

das organizações financeiras de grande porte (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil), e fortalecer a expansão do cooperativismo de crédito, principalmente com a abertura de cooperativas de crédito de livre adesão (BÚRIGO, 2006).

Essa iniciativa não priorizou a ação de organizações especializadas que já atuavam no ramo, tendo o governo optado, naquele momento, em recorrer aos bancos tradicionais para incrementar o uso do microcrédito no Brasil. As medidas do Governo Federal sofreram, posteriormente, algumas modificações, procurando remover obstáculos que dificultavam a obtenção de bons resultados. Assim, nos últimos anos,

[...] o Banco Central (BC) e outros setores do Governo Federal vêm tratando o cooperativismo de crédito dentro do escopo das microfinanças. Isso já indicava que, do ponto de vista estratégico, o poder público embutia uma expectativa especial sobre o papel do cooperativismo de crédito na vulgarização das microfinanças no País e, quiçá, na democratização do SFN (BÚRIGO, 2006, p. 17).

Entende-se, ainda, que “[...] o modelo operacional das cooperativas de crédito estimula o maior envolvimento social no seu controle e permite a administração de diversos produtos financeiros dentro de uma mesma entidade” (BÚRIGO, 2006). Isso se constitui em condição fundamental para diminuir custos de transação e a assimetria de informações embutidas nas operações financeiras. Desse modo, as cooperativas de crédito podem ser consideradas organizações *semiformais*, sendo-lhes permitido combinar a legislação relativa à atividade financeira – aspecto formal – com modelos gerenciais e programas de ações de cunho informal, de acordo com sua realidade social.

Frente a esse quadro institucional e legal, Abramovay (2003) sugere que

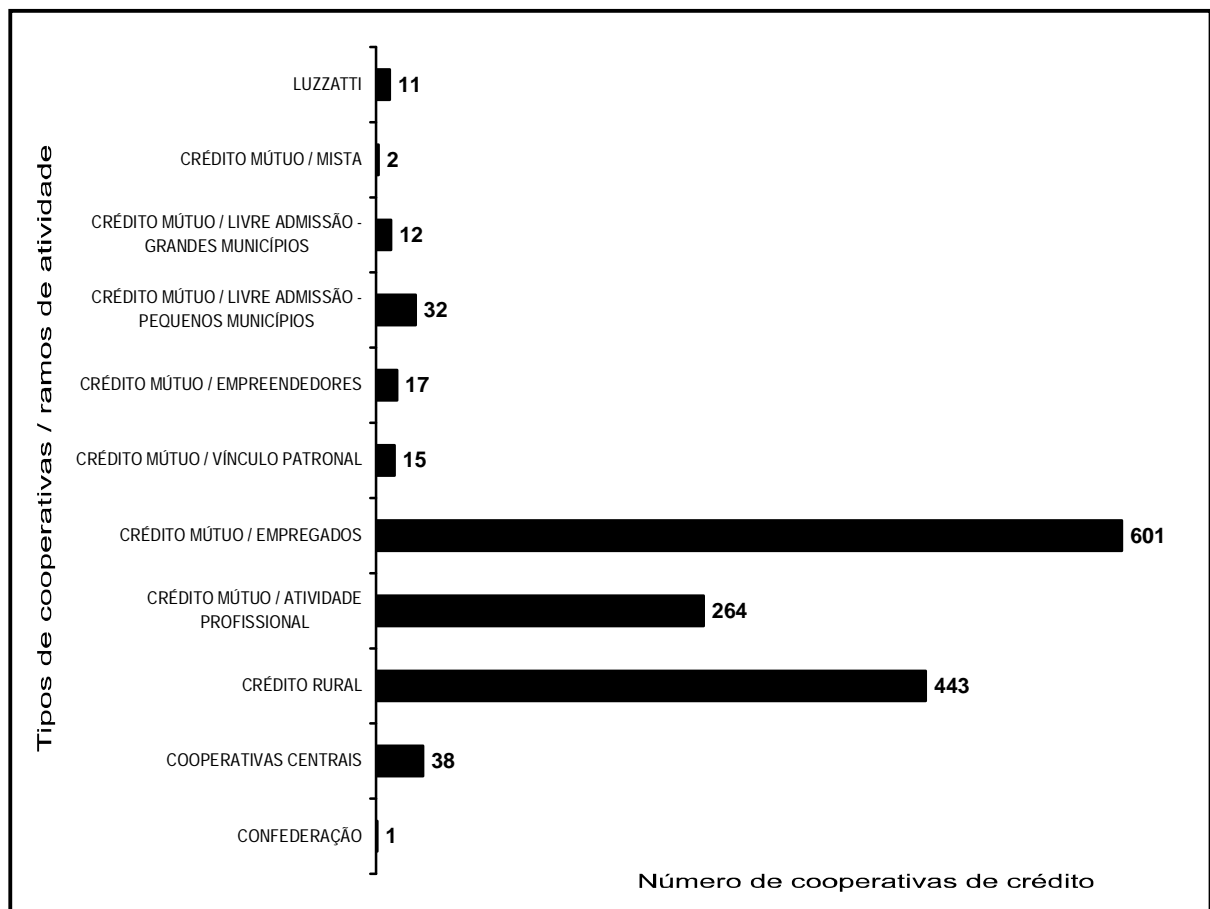
[...] o cooperativismo de crédito seja a referência mais promissora para se popularizar as finanças no Brasil. Além de ser uma sociedade de pessoas e não de capital, a cooperativa de crédito é a única organização legalmente autorizada (além dos bancos) a captar depósitos (poupança) – um dos instrumentos-chave para se dinamizar a economia local.

As cooperativas de crédito vêm, também, ampliando seu reconhecimento sociopolítico, passando a contar, além do trabalho de divulgação do próprio setor, com o apoio de entes governamentais dos âmbitos federal, estadual e municipal e de entidades privadas de ação nacional como o Serviço Brasileiro de Apoio às

Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, servindo para popularizar o debate sobre o cooperativismo de crédito no Brasil.

De acordo com levantamento de 2005, o País contava com 1.436 cooperativas de crédito, conforme demonstrado no Gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Quantidade de cooperativas de crédito, por tipo e ramo de atividade (2005)



Fonte: BÚRIGO, 2006, p. 19.

Mais recentemente, o cooperativismo de crédito nacional registrou também aumentos significativos nos indicadores financeiros, o que confirma a crescente participação do cooperativismo no Sistema Financeiro Nacional, evidenciado na tabela a seguir:

Tabela 1 - Evolução da Participação das Cooperativas de Crédito no SFN (2001-2004)

Indicador / Ano		2001	2002	2003	2004
ATIVOS	R\$ MILHÕES	8.450	11.495	14.866	18.363
	% NO SFN	0,75	0,86	1,04	1,17
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	R\$ MILHÕES	3.733	4.570	6.003	7.855
	% NO SFN	1,35	1,44	1,70	1,89
DEPÓSITOS	R\$ MILHÕES	4.840	6.884	8.952	8.205
	% NO SFN	1,26	1,45	1,73	1,31

Fonte: Banco Central

Mesmo reconhecendo o crescimento das cooperativas de crédito, julga-se que não estão sendo devidamente valorizadas pela população brasileira, considerando-se que, em 2004, elas possuíam perto de dois milhões e cem mil associados, o que representa um patamar modesto em relação ao montante da população economicamente ativa – PEA do País.

Nesse sentido, Búrigo (2006, p. 20) afirma:

Em termos gerais, o crescimento constante e relativamente sustentável fez com que o setor das cooperativas de crédito enfrentasse com relativo sucesso as crises que o mercado financeiro nacional viveu na última década. Porém, o cooperativismo de crédito não está bem distribuído em termos territoriais. Seguindo o perfil do desenvolvimento econômico nacional, o Sudeste e o Sul apresentam um percentual maior de cooperativas em relação ao tamanho de sua população, enquanto no Norte e Nordeste esta participação é relativamente muito inferior.

Junto dessa realidade distributiva, identifica-se a existência de vários sistemas cooperativistas de crédito no Brasil, resultado de distintas inspirações e diferenças de concepções ideológicas, arranjos institucionais e modelos gerenciais. Dentre esses sistemas, destacam-se: estrutura cooperativa próxima à cultura bancária; Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – SICOOB; Sistema de Crédito Cooperativo – SICREDI; Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL.

Neste último modelo, no cenário cooperativista nacional, o Sistema CRESOL representa a consolidação de um novo modo de funcionamento de cooperativa de

crédito. Está associada à “vertente solidária”, conforme denominação adotada por Pinho (2004) e tem como intento a proposta de recuperar o potencial do cooperativismo de crédito junto aos segmentos sociais menos favorecidos.

De acordo com Búrigo (2006, p. 20), entende-se como cooperativa solidária

[...] aquela que não se preocupa apenas em obter benefícios para o seu quadro social, mas procura estender a sua ação ao máximo de pessoas que integram aquele segmento, como também busca fortalecer seus aderentes em outras dimensões (social, cultural, política etc.). A cooperativa solidária depende, portanto, de uma forte incrustação na realidade local para alcançar e manter sua legitimidade e dar cumprimento à sua missão estratégica.

As cooperativas que eram constituídas fora dos padrões tradicionais, nos anos de 1990, ficaram conhecidas pelos indicativos de “alternativas” e/ou “participativas”. A adoção do termo “solidário”, que passou a ser utilizado tanto para se auto-adjetivar como por pesquisadores para demarcar um campo político de articulação que emergiu no cooperativismo brasileiro, tinha a intenção de sinalizar um conjunto de procedimentos específicos que norteavam o funcionamento dessas organizações.

Fato importante a ressaltar é que as cooperativas de crédito solidárias nascem, geralmente, de setores marginalizados social e economicamente. Todavia, os processos de constituição de cooperativas solidárias não são, via de regra, “[...] protagonizados por pessoas totalmente excluídas dos processos econômicos ou por quem vive em situação de pobreza extrema” (BÚRIGO, 2006, p. 21).

As cooperativas de crédito solidárias têm como escopo, por um lado, o enfrentamento de problemas decorrentes da pobreza e da ausência de meios que promovam o desenvolvimento, o que se constitui em desafio constante de estender sua atuação para os segmentos mais empobrecidos das sociedades que as circunscrevem. Por outro lado, as cooperativas solidárias precisam encontrar meios que garantam a sua viabilidade econômica, “[...] construindo alternativas de governança que possam fazer frente aos padrões que norteiam a lógica do mercado, mas que lhes dêem garantias mínimas de sustentabilidade” (BÚRIGO, 2006, p. 22). Isso exige que o cooperativismo de crédito solidário interaja simultaneamente com forças que reivindicam os compromissos com as demandas sociais e forças reguladoras dos circuitos econômicos e das trocas financeiras no mercado e na ordem capitalista vigente.

Desde 1990, época de seu surgimento no Brasil, o cooperativismo de crédito solidário tem sua atuação especialmente voltada ao crédito rural. Caracteriza-se por promover a participação efetiva dos associados agricultores na gestão dessas organizações em prol da democratização das linhas oficiais de crédito rural, valorizando a agricultura familiar.

CAPÍTULO III

COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA

Neste capítulo, se fundamenta acerca de um tipo específico de cooperativa de crédito – aquela referida ao meio rural e com a característica de interação solidária. Analisa-se, neste espaço, particularmente, a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL. Chega-se, assim, ao ponto central desta proposta de trabalho, quando serão focados aspectos relativos à atuação da CRESOL como fator de desenvolvimento socioeconômico e combate à pobreza na Região Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

Procura-se aproximar este enfoque dos fundamentos conceituais abordados anteriormente.

3.1 CRESOL: ORIGEM E PROPOSTA

A década de 1990 apresentou grande mudança nas políticas sociais do setor agrário brasileiro, especialmente quanto às tentativas de minimizar a pobreza rural e ao reconhecimento da agricultura familiar como categoria produtiva.

Nesse contexto, surge, em 1995, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, sendo essa época caracterizada pela escassez de crédito, razão essa apontada como provocadora dos problemas enfrentados pelos agricultores, em particular, os agricultores familiares. Ao analisar o PRONAF, Guanziroli (2007, p. 1) assim se posiciona:

Após 10 anos de execução, não cabe nenhuma dúvida que o programa se estendeu de forma considerável por todo o território nacional, ampliou o montante financiado, desenvolveu programas especiais para atender a diversas categorias, assumiu a assistência técnica e reforçou a infraestrutura, tanto dos próprios agricultores como dos municípios em que se encontra.

Os antecedentes dessa política encontram-se na década de 1980, quando os agricultores tinham grandes dificuldades de acesso ao crédito rural e se constatava a necessidade de financiar experiências alternativas da agricultura, além da instabilidade enfrentada pelos assentados da reforma agrária nas

regiões Sudoeste e Centro-Oeste do Paraná. Essas situações levaram algumas organizações a estruturar um fundo de financiamento para a agricultura familiar – o Fundo de Crédito Rotativo – FCR (CRESOL, 2010).

Portanto, o Fundo de Crédito Rotativo nasceu em razão dos Pequenos Agricultores Organizados e do Movimento Sem Terra. Tinham o intuito de formular uma proposta de crédito que atendesse a um amplo setor da população, que enfrentava a dificuldade gerada pela política de desenvolvimento do campo, concentradora de riquezas e de terras, voltada para a monocultura de exportação e degradante dos recursos naturais e que alterava, de forma subordinada, as relações sociais no campo (ASSESOAR, 2010).

Como sequência dessa política e pelo empenho de governos, agências de cooperação internacional, organizações não-governamentais, associações cooperativas e instituições financeiras, foram desencadeadas, no Brasil, iniciativas de microcrédito e de microfinanças, a fim de atender a necessidades financeiras de populações pobres. Surgem, pois, novas modalidades de operacionalização dos produtos financeiros que “[...] facilitam o acesso a contas correntes e de poupança, seguros e créditos de pequeno montante e que utilizam a maior proximidade social com a clientela para avaliar o risco e as garantias do crédito concedido” (PAULI, 2010, p. 2).

No contexto atual, a percepção sobre as demandas financeiras dos mais pobres vem ganhando novo significado em todo o mundo.

Guanziroli (2007, p. 5) caracteriza essa percepção, ao afirmar que, em relação às organizações não-bancárias,

[...] não raro tendo nas metodologias de microfinanças um elemento fundamental do seu funcionamento, mais facilmente incorporam tecnologias financeiras adequadas ou adaptadas à realidade dos mais pobres. Essas organizações estão assentadas em relações de proximidade social ou têm abrangência territorial mais restrita (como as organizações não-governamentais financeiras, as cooperativas de crédito de base municipal etc.), características que facilitam a avaliação da capacidade de pagamento ou das garantias do tomador a custos reduzidos e podem garantir o reembolso do crédito ou mesmo potencializar os resultados desse crédito junto das famílias.

Essas modalidades, que têm dinâmica socioeconômica própria, estão respondendo às demandas financeiras de agricultores familiares, como é o caso do

Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária – Sistema CRESOL, formado por pequenas cooperativas e que atendem a agricultores familiares.

A CRESOL é uma iniciativa empreendida por organizações não-governamentais e entidades de representação social da agricultura familiar nos estados da Região Sul do Brasil e atende somente a agricultores que desenvolvem suas atividades em pequenas áreas de terra. Os agricultores associados são responsáveis pela gestão das cooperativas. Essa forma de gestão garante o controle social, mantendo-as nas mãos dos agricultores, mesmo com a expansão e o crescimento das cooperativas (GASPAR, 2010).

A CRESOL surgiu em 1995 como

[...] resultado da unificação de fundos rotativos de crédito e de cooperativas de crédito de Santa Catarina e do Sudoeste do Paraná. Criada através de um empreendimento coletivo que envolveu Organizações Não-Governamentais (ONGs), Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Movimentos Sociais de Agricultura Familiar, a organização passou a atuar como Sistema de Cooperativas de Crédito com Interação Solidária, orientado pelos princípios do Desenvolvimento Sustentável, percebendo no crédito uma ferramenta de intervenção na realidade socioeconômica dos cooperados (PAULI, 2011, p. 1).

A CRESOL organizou-se, pois, em um momento político crucial na história de crédito rural no Brasil, quando foi criado o Programa Nacional de Crédito da Agricultura Familiar – PRONAF. Em um cenário de intensa contestação, assinalada por ONGs, setores progressistas da Igreja Católica, movimento sindical rural e movimento cooperativista alternativo, que denunciavam a exclusão dos agricultores familiares em relação ao crédito rural, a CRESOL soube articular tão significativa oportunidade política. Conforme afirma Pauli (2010, p. 1), “[...] a junção desse ingrediente institucional com a oportunidade surgida a partir da política pública incidiu significativamente na conformação da estratégia de ação da CRESOL.

Desde então, o Sistema CRESOL

[...] atua orientado pelos princípios da organização em rede, preconizando que as cooperativas singulares possuem autonomia organizativa de planejamento e direção. Nessa perspectiva, a rede é um espaço de compartilhamento de estratégias e articulação para fortalecimento e expansão do sistema (PAULI, 2011, pp. 1-2).

Assim, concebida pelas organizações da agricultura familiar,

[...] a CRESOL constitui-se como uma cooperativa autogestionária que viabiliza o acesso ao sistema de microfinanças para fomentar a produção, principalmente àqueles que viviam excluídos do sistema financeiro (...). Possui um sistema de gestão diferenciada que promove a participação e potencializa a economia do setor produtivo, proporcionando o desenvolvimento local sustentável. Cada cooperativa possui um comitê de crédito e um grupo de Agentes de Desenvolvimento e Crédito, que visam a ampliar o controle social e garantir uma gestão transparente e eficaz (CRESOL, 2010, p. 2).

Em 1996, a CRESOL abrangia cinco cooperativas paranaenses e 1.639 associados. Em 2003, era constituída por 72 cooperativas e, aproximadamente, 37.000 associados nos três estados da Região Sul.

Segundo David (2009, p. 5), o Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária

[...] fez a transição de uma instituição de pequeno porte, circunscrita a poucos municípios do Sudoeste e Centro-Oeste paranaense e vinculada à identidade social e política que agricultores ligados a sindicatos e entidades de assessoria construíram, no interior dessas organizações, uma organização financeira que está em 220 municípios nos três estados do Sul do Brasil, conseguindo ampliar o alcance da política pública (atribuindo maior capilaridade ao repasse dos recursos do PRONAF) e garantir a oferta de serviços financeiros diversificados para, em média, 11,3% da população rural nesses municípios (dados de agosto de 2003) – o crescimento do número de associados, de cooperativas e das operações realizadas expressa a ampliação do seu alcance.

Esse sistema resulta da luta de famílias agricultoras por acesso ao crédito e pela participação, como cidadãos, em um projeto de desenvolvimento local sustentável.

Portanto, o Sistema CRESOL tem, por finalidade, fortalecer a agricultura familiar, levando crédito para gerar desenvolvimento local de forma organizada, por meio de planejamento, e possibilitando serviços financeiros com menor custo para os sócios da cooperativa. Desse modo, o agricultor familiar tem acesso a políticas públicas que garantam a melhoria da qualidade de vida dos associados e um sistema de cooperativismo de crédito sustentável e viável economicamente.

Destaca-se que o Sistema CRESOL vem implementando e adaptando as tecnologias financeiras, de modo especial ao que se refere às metodologias de

análise e controle da concessão de crédito e à redução de custos atribuídos a essa concessão, possibilitando conectar os agricultores familiares ao sistema financeiro.

Zanini (2006, p. 42) avalia esses resultados, afirmando que:

A própria ampliação da base social de atuação da CRESOL nos três estados da Região Sul, que deve ser atribuída, especialmente, à operacionalização dos recursos do PRONAF ao favorecer o aumento significativo do número de cooperativas e associados e da coleta de poupança, dependeu também das inovações produzidas a partir de elementos do seu arranjo institucional.

No mesmo sentido, Pauli (2010, p. 4) considera:

A intensa organização social e política dos agricultores familiares na Região Sul, ao mesmo tempo em que serviu de correia de transmissão à expansão da CRESOL, ao dar apoio à constituição de novas cooperativas nessa região, pôde ser absorvida pelos instrumentos de controle social e operacional que compõem seu arranjo institucional e assimilada aos requerimentos da racionalidade econômica do empreendimento cooperativo.

O Sistema Cresol tem por missão:

- buscar promover a inclusão social dos agricultores familiares, ao facilitar o acesso a produtos e serviços financeiros;
- atuar no fortalecimento e estímulo da interação solidária entre esses agricultores e suas organizações, por meio do crédito e da apropriação de conhecimento, visando ao desenvolvimento local com sustentabilidade;
- buscar a interação solidária dos agricultores, a democratização e profissionalização do crédito, a transparência, a descentralização das decisões e o crescimento horizontal da rede de cooperativas.

Tem como visão: “Crescer juntamente com nosso quadro social para que possamos atender o maior número de famílias agricultoras, oferecendo crédito e acesso a serviços financeiros na busca do desenvolvimento social” (CRESOL, 2010, p. 3). Ressalta, como seus principais valores, a excelência, a ética, a honestidade, a transparência e a responsabilidade social. Dentre seus princípios, destacam-se: a interação solidária; a formação, capacitação e organização dos associados; a descentralização de decisões; o crescimento horizontal; a democratização e profissionalização do crédito; o desenvolvimento social; a sustentabilidade.

O Sistema Cresol está organizado, institucionalmente, da seguinte maneira: Cresol Baser, Bases Regionais de Serviços e Cooperativas Singulares.

A **Cresol Baser** é a Central do Sistema, constituindo-se em órgão de crédito, de representação política e de serviços. Foi criada em 1995, em decorrência de inúmeros movimentos relacionados ao cooperativismo, consolidando o projeto de um sistema de cooperativas de crédito independentes e autônomas. Naquele ano,

[...] foram criadas as primeiras cooperativas do Sistema CRESOL e, em seguida, uma base de serviços (Baser) encarregada de dar suporte a essas cooperativas nas áreas de formação, normatização, contabilidade, informática, organizando ainda a interlocução com outras organizações, bancos, governos e entidades de apoio (PAULI, 2010, p.1).

A seguir, por orientação do Banco Central do Brasil, de acordo com sua normatização, passou a orientar os sistemas cooperativos a se “[...] organizarem através de centrais de crédito, delegando a elas grande parte das responsabilidades de fiscalização e controle” (idem). Inicialmente, a Central Baser esteve organizada como uma Base Regional de Serviços, atuando na região Sudoeste do Paraná. Em razão do crescente número de cooperativas verificado nos anos seguintes, novas Bases Regionais foram criadas.

Os agricultores associados são responsáveis pela administração da Cooperativa, o que a caracteriza como de administração horizontal, permitindo o fortalecimento do controle social e a garantia de que a gestão seja feita pelos próprios agricultores.

É formada por 76 (setenta e seis) cooperativas singulares no Paraná e parte das cooperativas de Santa Catarina.

Ainda na década de 1990, foram constituídas as primeiras cooperativas do Sistema CRESOL nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essa expansão decorreu, principalmente, pela organização da Agricultura Familiar desses estados e pela identificação com a proposta do Sistema CRESOL (PAULI, 2010).

Dentre suas atribuições, encontra-se a formação de dirigentes, técnicos e assessores em temas relativos à contabilidade (padronização, coordenação e normatização de Auditoria Interna); crédito rural; plano de safra (análise socioeconômica); informática (desenvolvimento e atualização de *software*); comunicação e *marketing*; recursos humanos.

Na área de negócios, a CRESOL trabalha com as

[...] modalidades de crédito com recursos próprios das cooperativas CRESOL que buscam atender as demandas do quadro social, tanto na implantação e desenvolvimento de atividades não financiadas com recursos oficiais, como para complementar as atividades financiadas com recursos oficiais: Crédito Investimento, Crédito Custeio Agropecuário, Crédito Pessoal, Créditos Sociais ou Conveniados (CRESOL, 2010, p. 3).

As **Bases Regionais** são cooperativas de serviço, de caráter operacional, que agregam cooperativas singulares por proximidade. Estão incumbidas de promover serviços de formação de seus associados, desenvolvendo abordagens relativas à contabilidade; gestão de recursos humanos; tecnologia da informação; negociação com governos municipais, órgãos públicos, dentre outras atividades relacionadas ao cooperativismo de crédito rural.

As **Cooperativas Singulares** são as cooperativas de primeiro grau que atuam diretamente com o público alvo do Sistema CRESOL, os agricultores familiares, tendo como objetivo

[...] facilitar o acesso ao crédito rural e a serviços financeiros, buscando a viabilização da Agricultura Familiar e contribuindo para um projeto de desenvolvimento sustentável. Estimular a formação, a capacitação dos associados, a fim de ampliar o controle social, orientando relações de parceria em nível local. Os recursos captados pelas singulares são aplicados localmente, contribuindo com a economia dos municípios e com o desenvolvimento local (CRESOL, 2010, p. 2).

Dentre as atribuições das Cooperativas Singulares, destacam-se aquelas relacionadas à organização e atendimento do quadro social; aplicação do cadastro socioeconômico; liberação de crédito pessoal e rural; análise de projetos de crédito e investimento; aplicações financeiras; controle de contas.

Em relação aos investimentos, as Cooperativas Singulares financiam “[...] produtos, serviços, máquinas/equipamentos (compra/reformas) e infraestrutura necessária para implantação ou consolidação da produção vegetal e animal para mais de um ciclo produtivo” (idem). Para tanto, o associado deverá apresentar proposta técnica junto à cooperativa e “[...] proposta de acesso aos recursos oficiais, de acordo com disposições regulamentares do crédito oficial” (CRESOL, 2010, p. 3).

O crédito individual visa a atender necessidades diversas dos associados, sendo dispensada a comprovação de destinação específica do recurso.

A Cooperativa trabalha, ainda, com a modalidade de crédito que se destina ao bem-estar familiar, atendendo a necessidades básicas do associado e de seus familiares. Desse modo, o

[...] crédito pode ser aplicado na aquisição de móveis, utensílios e eletrônico em geral para uso doméstico da família; para aquisição de artigos do gênero cama, mesa e banho; para tratamento de saúde (consultas, medicamentos e cirurgias); para fins educacionais (compra de materiais, mensalidades) e para viagens e lazer (CRESOL, 2010, p. 3).

Além disso, a CRESOL mantém crédito para aquisição/reforma/conserto de veículo automotor de passeio e utilitário, cheque especial, cartão de crédito com bandeira própria, poupança em curto prazo.

Em 2006, foi criado o Programa dos Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito, cujo objetivo é o de

[...] promover a participação de mais pessoas no processo de gestão das cooperativas singulares, bases regionais e Central. Os Agentes são agricultores familiares e nas comunidades onde vivem provocam o debate sobre temas importantes para o fortalecimento da Agricultura Familiar como o desenvolvimento local e o controle social. Os Agentes fomentam discussões sobre o papel do crédito como instrumento para a construção de um sistema de produção sustentável para as unidades familiares de produção, com a adoção de tecnologias que possibilitem ao agricultor desenvolver seus projetos sem afetar o equilíbrio da natureza, melhorando assim as condições de vida no campo (idem).

A parceria com o Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário – INFOCOS – permite a realização de processos educativos entre os associados da Central Baser e de cooperativas singulares do Sistema CRESOL, pretendendo a revitalização da participação de associados e seus familiares. Desse modo, se amplia, “[...] na prática cotidiana, os valores e princípios do cooperativismo, fortalecendo e consolidando a Agricultura Familiar, alicerçados na solidariedade, na intercooperação, na inclusão socioeconômica, cultural, ambiental e política” (CRESOL, 2010, p. 4).

Essa parceria CRESOL- INFOCOS já garantiu a ampliação do Programa de Formação para Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito, a criação de

inúmeras turmas do Programa Cooperativa Escola, Programa de Desenvolvimento da Juventude da Agricultura Familiar e o Curso de Pós-Graduação “Gestão em Cooperativismo Solidário”.

Do elenco de iniciativas de formação de seus associados, destaca-se o Programa Gênero e Geração, mantido pelo Sistema CRESOL. Objetiva tornar o cooperativismo

[...] um instrumento popular de desenvolvimento local sustentável, articulando iniciativas econômicas que ampliem as oportunidades de trabalho, de distribuição de renda, de produção de alimentos e melhoria de qualidade de vida, gestão social, e com participação de jovens e mulheres de maneira ativa (CRESOL, 2010, p. 3).

Assim, o Programa de Gênero e Geração tem, como principal propósito, a organização de jovens e mulheres Agricultoras Familiares em grupos comunitários, por meio da orientação de Coordenadores Regionais e de Multiplicadores Municipais, promovendo

[...] momentos de formação sobre questões de gênero, políticas públicas, modelos produtivos, dinâmicas de mercado e gestão comercial, facilitando desta forma, o fortalecimento do papel do jovem e da mulher enquanto protagonistas, no ambiente familiar, nas cooperativas e na sociedade de maneira geral (CRESOL, 2010, p. 4).

Nesse Programa, atuam diferentes atores:

- Multiplicador (a) Municipal: atua diretamente na Unidade Produtiva e de Vida Familiar – UPVF, na cooperativa ou entidades parceiras e na comunidade, constituindo-se como “[...] liderança que anima e articula grupos de debates e estudos sobre o programa, o cooperativismo de interação solidária, o desenvolvimento, a sustentabilidade das famílias da agricultura familiar” (idem);

- Coordenador (a) Regional: organiza o processo de formação dos grupos, por meio de estudos, pesquisas e planejamentos; integra processos e articula com os Multiplicadores Municipais as ações do Programa, no âmbito das cooperativas e entidades parceiras;

- Diretor (a): apoia, participa e fortalece “[...] ações de articulação e formação realizadas no Programa de Gênero e Geração, integrando-as na gestão das cooperativas da agricultura familiar nos municípios” (CRESOL, 2010, p. 5);

- Técnico (a): exerce o papel de assessor junto à coordenação do trabalho, buscando a consolidação dos grupos organizados em face dos propósitos do Programa.

O Programa de Gênero e Geração teve início em 2010 e há previsão de término de suas atividades em março de 2012.

Outro importante Programa desenvolvido pelo Sistema CRESOL é o da Habitação Solidária – HABITASOL, que

[...] oportuniza aos associados o acesso a moradias dignas no campo. Iniciado em 2004, o Programa trabalha em parceria com o Governo Federal, através de alguns de seus programas que dão vantagens para o financiamento de casas de baixo custo e interesse social como: juros baixos, carência e também recurso a fundo perdido. O principal objetivo do HABITASOL é elevar a dignidade e a autoestima do agricultor familiar, através da construção de boas moradias, contribuindo com sua permanência no campo, com aumento da produção de alimentos e com a diminuição do êxodo rural (CRESOL, 2010, p. 5).

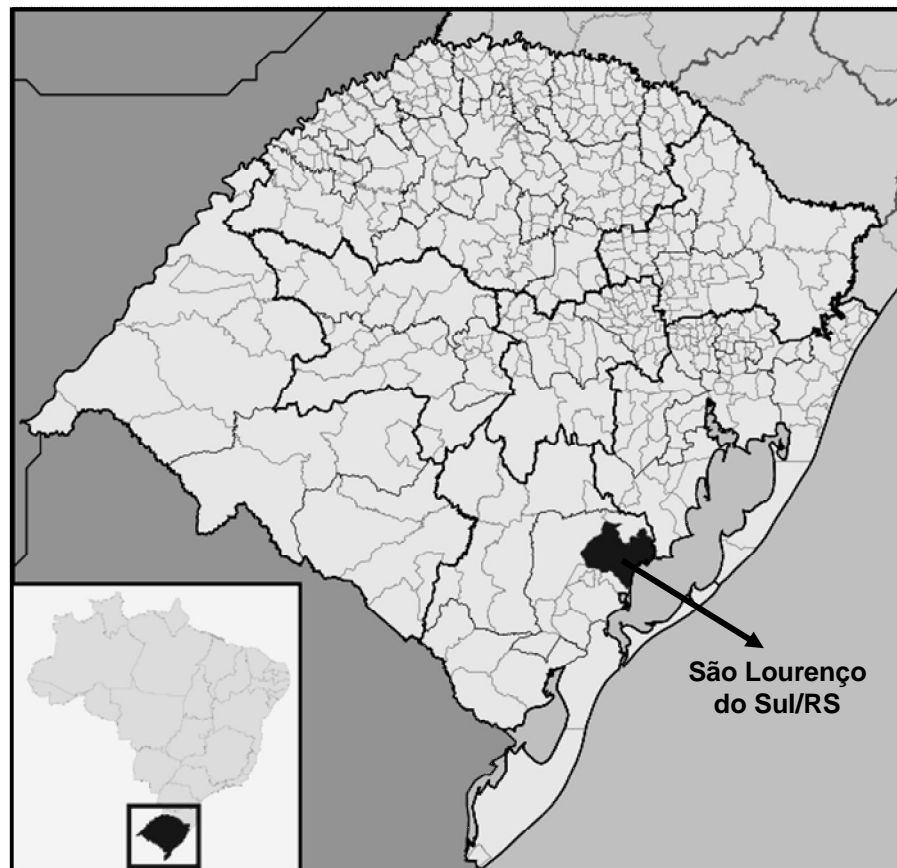
Evidencia-se o resultado positivo desse sistema que começou com um pequeno conjunto de cooperativas e conseguiu transitar para um sistema de cooperativas organizado em rede. Esse sistema, “[...] embora se mantendo intensamente vinculado ao espaço local, passou a articular o projeto político de permanência da agricultura familiar, tendo o crédito, nesse caso, como seu principal instrumento em diferentes âmbitos geográficos e sociais da região sul” (CRESOL, 2010, p. 6).

3.2 IMPACTOS DO SISTEMA CRESOL NO CENÁRIO AGRÍCOLA DA REGIÃO SUL/RS

Como já referido, as Cooperativas Singulares fazem parte do formato institucional do Sistema CRESOL, constituindo-se como cooperativas de primeiro grau e atuam diretamente com o público alvo – os agricultores familiares.

No âmbito das Cooperativas Singulares, situa-se a CRESOL Boa Vista, em São Lourenço do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Ligados administrativamente a essa Cooperativa encontram-se os seguintes postos: São Lourenço do Sul, Cristal, Camaquã, Dom Feliciano, Pelotas e Canguçu.

Figura 1 – Mapa do Rio Grande do Sul, destacando a cidade de São Lourenço do Sul



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Louren%C3%A7o_do_Sul

O município de São Lourenço do Sul situa-se na região geográfica do Rio Grande do Sul denominada de Encosta do **Sudeste**; possui área de 2.036,1 km² e uma população de 43.114 habitantes. Limita-se, ao norte, com os municípios de Cristal, Camaquã e Canguçu; ao sul, com Pelotas e Turuçu, a oeste com Canguçu e a leste com a Lagoa dos Patos.

O cooperativismo de crédito do Sistema CRESOL chegou ao município de São Lourenço do Sul no ano de 2002, pretendendo proporcionar a assistência e o desenvolvimento socioeconômico do agricultor familiar. Tinha, como pressuposto básico, a ideia de que para prosperar, deve existir o compromisso consciente de cada cooperado, além de sua atuação efetiva. Desse modo, poderá se tornar uma alternativa viável econômica e socialmente, trazendo benefícios para o cooperado, provocando impactos no desenvolvimento local e gerando resultados agregadores, como oportunidades de emprego e renda, a partir do acesso ao crédito (GRIEP, 2011).

Além disso, a Cooperativa, enquanto forma de organização socioeconômica de administração autogestionada, procura proporcionar espaço de relacionamento social e de relações de solidariedade.

Os impactos da presença da CRESOL na Região Sul do Rio Grande do Sul serão analisados no próximo Capítulo, conforme estudo de caso realizado na Cooperativa Singular de Boa Vista.

CAPÍTULO IV

METODOLOGIA DA PESQUISA: OS ACHADOS E A INTERPRETAÇÃO

Neste capítulo, é caracterizada a pesquisa realizada junto aos agricultores familiares, bem como são categorizadas as informações obtidas por meio de entrevistas realizadas com 15 (quinze) agricultores associados à CRESOL e 15 (quinze) agricultores não-associados a essa Cooperativa. As informações estão analisadas e interpretadas à luz do referencial teórico construído neste trabalho.

4.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa realizada caracteriza-se como qualitativa, de cunho exploratório e descritivo, constituindo-se em um estudo de caso. Assim, as informações levantadas obedeceram a fontes primárias e secundárias.

Inicialmente, foi feito levantamento das instituições de microcrédito na Região Sul através de entrevistas semi-estruturadas, buscando-se identificar suas finalidades, seus objetivos e a destinação do microcrédito. A partir daí, foi selecionada uma dessas instituições que atendesse ao objetivo deste trabalho, a fim de realizar estudo de caso, tentando aprofundar o conhecimento relativamente a uma Cooperativa Singular. A escolha recaiu na Cooperativa Singular da Boa Vista, município de São Lourenço do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Entende-se que a pesquisa, na área das ciências humanas e sociais, evidencia o produto histórico construído pela humanidade nos diferentes âmbitos do conhecimento. Nesse sentido, se buscou conhecer a realidade dos agricultores familiares associados ou não à CRESOL, de modo a permitir um estudo comparativo.

A fundamentação teórica, que orientou a investigação, resultou de consultas a livros, trabalhos acadêmicos e, com o recurso da *internet*, acesso a artigos e regulamentos legais.

Como estratégia de pesquisa, utilizou-se o estudo de caso, entendido, conforme Chizzotti (2008, p. 135) como

[...] estudo que envolve a coleta sistemática de informações sobre uma pessoa particular, uma família, um evento, uma atividade ou, ainda, um conjunto de relações ou processo social para melhor conhecer como são ou como operam em um contexto real e, tendencialmente, visa a auxiliar tomada de decisão ou justificar intervenções, ou esclarecer por que elas foram tomadas ou implementadas e quais foram os resultados.

Yin (2001, p. 32) também caracteriza os estudos de caso, afirmando que “[...] possibilitam investigar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão ainda definidos”, representando uma investigação empírica e compreendendo um método abrangente, requerendo o planejamento, a coleta e a análise de dados.

Primeiramente, a pesquisa recolheu e analisou dados secundários da CRESOL, procurando identificar pontos críticos a serem abordados nas entrevistas semi-estruturadas, quando se realizou busca intensiva de informações a respeito do tema escolhido – atuação da CRESOL como fator de desenvolvimento socioeconômico e de combate à pobreza na Região Sul/RS. A partir da escolha do tema, foi definido o **objetivo geral** do trabalho: analisar o papel da CRESOL como instituição de crédito cooperativo no fortalecimento da agricultura familiar, no desenvolvimento socioeconômico e no combate à pobreza. Em decorrência do objetivo geral, foram estabelecidos os **objetivos específicos**: 1) analisar a ação da CRESOL na distribuição do crédito a agricultores familiares; 2) verificar o papel do crédito, viabilizado pela CRESOL, na redução da pobreza das famílias que vivem da agricultura familiar; 3) verificar a contribuição dessa ação para o desenvolvimento socioeconômico da agricultura local, assim como identificar a maneira como contribui para isso.

O processo de trabalho seguiu as seguintes etapas: análise e seleção prévia da literatura existente sobre o tema; definição do problema a ser investigado, a partir do tema escolhido; estabelecimento dos objetivos; coleta e organização sistemática de informações sobre o caso; análise dos dados obtidos; elaboração da dissertação, registrando os aspectos significativos do estudo, a interpretação das informações obtidas, bem como a construção de conclusões relativas ao caso em pauta.

Procurou-se atender, na realização do estudo de caso, às características que o tornam relevante, apontadas por Yin (2005): a) ser significativo, refletindo uma situação da vida real; b) ser completo, referindo-se a um contexto mais amplo que acolhe o caso particular; c) considerar perspectivas alternativas, identificando diferentes possibilidades e coletando múltiplas evidências; d) apresentar evidências suficientes, sistematizando a obtenção de dados e as diferentes formas de ilustração de fatos/situações; e) ser atraente, valorizando o aspecto histórico-social, despertando interesse de leitores pelo trabalho, assim como apresentar redação clara e coerente.

Para a coleta de informações, foi utilizada entrevista semi-estruturada, considerada por Triviños (1995, p. 147) como um dos principais meios de que o investigador dispõe para realizar a coleta de dados, sendo privilegiada “[...] porque esta, ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a responsabilidade necessárias, enriquecendo a análise”. Em razão das questões apresentarem detalhamentos, o roteiro básico da entrevista foi impresso e entregue aos entrevistados que acompanhavam o processo tendo em mãos essa referência.

Os **sujeitos** da pesquisa, em número de 30 (trinta), dividem-se em 15 (quinze) associados e 15 (quinze) não-associados à CRESOL, **selecionados pelo critério de idade, isto é, os agricultores mais velhos nos dois grupos.**

Na etapa conclusiva, tornou-se imprescindível relacionar os resultados do estudo de caso com o contexto geral das cooperativas de crédito, buscando-se comparar a situação dos cooperativados e não cooperativados, a fim de identificar a contribuição da CRESOL no desenvolvimento socioeconômico da agricultura familiar.

4.2 OS ACHADOS E A INTERPRETAÇÃO

Ao considerar os fundamentos da Teoria da Expansão de Capacitações (SEN, 2000) como orientadores da pesquisa, a entrevista contemplou as categorias indicadas por esse autor, conforme demonstrado no quadro a seguir, abrangendo agricultores familiares associados e não-associados à CRESOL.

Quadro 1 – Agricultores familiares associados e não-associados

Nº de ordem	CATEGORIAS	ASPECTOS
01	Condições familiares e produtivas	<ul style="list-style-type: none"> • mudanças ocorridas na vida familiar • organização familiar • produção na unidade agrícola
02	Sobrevivência	<ul style="list-style-type: none"> • alimentação • produção de alimentos para subsistência • produção principal da unidade agrícola • condições da residência • quantidade e tipo de banheiros • inovações introduzidas na propriedade
03	Liberdades políticas	<ul style="list-style-type: none"> • eleições políticas
04	Facilidades econômicas	<ul style="list-style-type: none"> • custos da unidade de produção • entradas monetárias • formas de comercialização da produção • bens duráveis • utilização de crédito • plano de utilização de crédito • acesso a serviço bancário • crédito para saldar dívidas • fontes de financiamento além de programas da CRESOL • dívida e tipo de programa no qual a dívida foi adquirida • vantagens e desvantagens do crédito CRESOL
05	Oportunidades sociais	<ul style="list-style-type: none"> • educação • saúde • transporte • acesso à informação • lazer
06	Garantias de transparência	<ul style="list-style-type: none"> • instituições com as quais mantém relações regulares • tipo de problema
07	Segurança protetora	<ul style="list-style-type: none"> • procedimento adotado • seguro da propriedade e de membros da família
08	Situação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • problemas ambientais • tipo de tratamento • tipo de crédito • separação de lixo
09	Projetos e planos	<ul style="list-style-type: none"> • planos da família • permanência na propriedade de jovens e crianças no futuro • crédito para a realização desses planos • sonhos dos membros familiares

Fonte: elaboração da autora.

A seguir, estão destacadas as informações obtidas junto aos agricultores familiares, reunidas por categorias e analisadas na consideração do referencial teórico construído neste trabalho e do problema e objetivos estabelecidos no projeto de pesquisa.

1) PRIMEIRA CATEGORIA – **condições familiares e produtivas** – reunindo informações relativas às mudanças ocorridas na vida familiar, à organização familiar e ao modo como ocorre a produção na unidade agrícola.

No início da pesquisa, perguntou-se aos cooperados e não-cooperados à CRESOL sobre os motivos que os levaram a ingressar ou não na CRESOL.

Os **cooperados** da CRESOL apresentaram as seguintes respostas: são cooperados à CRESOL, mas possuem contas em bancos comerciais, como BANRISUL, Banco do Brasil, Santander. Essas contas ainda são mantidas nesses bancos em razão de haver relacionamento de bastante tempo com tais instituições ou por possuírem dívidas com elas. A maioria, todavia, trabalha apenas com a CRESOL.

Os **não-associados** à CRESOL, relativamente à mesma questão, responderam: conhecem a CRESOL, mas não são cooperados porque trabalham com bancos comerciais; SICREDI, por enquanto, atende às necessidades da família e da propriedade; conhece a CRESOL, mas já são clientes do Banco do Brasil há muitos anos e não gostam de mudar; têm acesso ao PRONAF através do Banco do Brasil; são associados da CREHNOR; revelaram que têm pouco conhecimento sobre a CRESOL e desconhecem o que seja cota-parte; já trabalha com o Banco do Brasil e não deseja “trocar o bom pelo duvidoso”; trabalha com o BANRISUL onde faz financiamentos.

Em relação à questão que tratava de mudanças ocorridas na vida familiar, após o ingresso na Cooperativa, os **cooperados** à CRESOL responderam, na totalidade, que ocorreram mudanças positivas na vida familiar, tanto no que se refere à aquisição de bens para a produção quanto para a residência; adquiriram carros e motos. Houve facilidade no transporte da família e dos produtos da unidade,

assim como para a participação em eventos da comunidade. As moradias foram melhoradas e ampliadas.

Os **não-cooperados** revelaram que inúmeros bens foram adquiridos, utilizando o PRONAF, como: refrigerador, gerador, tanque estribador de esterco, trator, triturador de milho, motor a diesel, melhoramentos na moradia, construção de cocheiras e estábulo, entre outros. Realizam financiamentos para a lavoura/pecuária.

As respostas revelam que o crédito cooperativo se constitui em instrumento indispensável para a melhoria das condições de vida dos agricultores, tanto no que diz respeito à moradia quanto à aquisição de equipamentos e maquinários destinados à produção agrícola. Está contida nas respostas dos entrevistados a ideia de que, atualmente, podem usufruir de fontes de informação sobre o cultivo da terra, resultando em maior e melhor produção agrícola.

A proximidade entre o agricultor e a CRESOL é destacada por um entrevistado, que afirma: "melhorou porque é mais próximo, era mais difícil, era no Banco do Brasil, agora tem posto da CRESOL próximo". Em relação ao relacionamento com a Cooperativa, outro agricultor enfatiza: "banco do nosso jeito, recebe bem". Consideram que, depois de acessarem à CRESOL, a vida mudou bastante.

Revelou-se que os **associados** têm acesso, também, a financiamentos do BNDES. O acesso ao PRONAF é ainda realizado, algumas vezes, através do Banco do Brasil. Entretanto, os agricultores manifestaram o desejo de fazê-lo, futuramente, por meio da CRESOL.

As informações permitem concluir que os **não-associados** à CRESOL trabalham com outros bancos há muitos anos e, por isso, não têm interesse em mudar. Outro argumento é de que o dinheiro é pouco para trabalhar com vários bancos. Houve quem argumentasse que a CRESOL é nova, que o SICREDI tem existência mais longa e, portanto, deverá ser mais confiável. Três entrevistados afirmaram que não gostam de trabalhar com banco e não gostam de mudar.

Essas respostas podem ser analisadas, considerando-se que políticas públicas com múltiplos intentos e diferentes metodologias ocuparam o cenário nacional, na segunda metade do século XX, procurando intervir nas diferentes crises econômico-ideológicas que assolavam o País e levavam ao empobrecimento de inúmeras camadas da população brasileira. Em muitos aspectos, essas crises

retratavam dificuldades enfrentadas por outros tantos países, constituindo-se, algumas vezes, em uma crise mundial.

O Brasil, interessado pelo processo rápido de seu desenvolvimento, concentrou decisões e intervenções, passando a conviver com a burocracia e a centralização do poder.

Na década de 1980, internacionalmente, “[...] uma nova agenda política encaminhou a redefinição do papel e dos limites públicos e privados, impondo ao Estado uma função basicamente reguladora e de garantia da estabilidade das regras do jogo” (ZANINI, 2006, p. 12). Frente às ferrenhas críticas de que era alvo, em razão de uma governabilidade caracterizada pelo excesso da burocracia e centralização do poder, e, ainda, influenciado pelos movimentos sociais, o Brasil optou por políticas que encaminhassem para maior justiça social e descentralização do Estado. Ganhou realce a participação popular.

Assim, conforme Zanini (2006, p. 12), na década de 1990,

[...] o limite fiscal orienta a ação do Estado para os que não podem acessar, de modo privado, os bens e serviços públicos, tornando central a focalização e seletividade nas chamadas novas políticas públicas. Com essas referências, diferentemente do período centralizador e autoritário pós-64, o Estado não inviabiliza a co-gestão do desenvolvimento com a sociedade, mas efetivamente institucionaliza essa possibilidade na Constituição Federal de 1988.

A descentralização e democratização do Estado Brasileiro possibilitaram uma nova arquitetura político-institucional. Nesse sentido,

[...] apostaram na perspectiva de que a gestão local do desenvolvimento com a participação seria capaz de reduzir as desigualdades produzidas anteriormente pela centralização e gestão tecnocrática, descentralizando funções de toda ordem e promovendo a participação social dos beneficiários das políticas públicas (ibidem, p. 13).

Naquele contexto, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF – de acordo com as concepções das políticas públicas de caráter social. Como sequência dessa iniciativa e na expectativa de outra organização para o desenvolvimento da Agricultura Familiar, surgiram organizações de crédito solidário, como o Sistema de Cooperativas de Crédito Rural

com Interação Solidária – CRESOL, empreendimento não-governamental, que abrange o segmento da Agricultura Familiar nos estados da Região Sul do Brasil. Seu atendimento é exclusivo aos agricultores que desenvolvem sua ação produtiva em pequenas áreas de terra.

A CRESOL não absorve todos os agricultores familiares, merecendo, entretanto, o reconhecimento de seus associados e não-associados. Dentre os associados, fica evidente que a CRESOL é uma referência de garantia para a melhoria de suas condições de vida e de possibilidades para a realização de novos negócios.

Relativamente ao tipo de mão-de-obra utilizada na propriedade rural, os **associados** à CRESOL revelaram que: utilizam mão-de-obra familiar; no período da colheita, há contratação de mão-de-obra temporária.

Dos entrevistados **não-associados** à CRESOL, apenas um agricultor contrata mão-de-obra no período da safra e outro precisa contratar mão-de-obra para trabalhar com o maquinário, já que não possui equipamento próprio. Esse agricultor tem interesse em comprar um trator para não precisar gastar com a contratação de mão-de-obra não familiar. Foi possível perceber-se que esse agricultor teria mais facilidade de acesso ao crédito se fosse cooperado da CRESOL. Entretanto, possui pouca informação a respeito do funcionamento da Cooperativa, como, por exemplo, a cota-parte.

Refere-se, nesta questão, que, dentre as políticas para o desenvolvimento da agricultura familiar, no período da ditadura militar no Brasil, verificou-se a opção do governo em apoiar a implementação do padrão tecnológico naquele âmbito. Entretanto, não ocorreu a implantação universal da tecnologia para a produção no espaço da agricultura familiar. Verificou-se, ao contrário, que a política de modernização das bases produtoras no âmbito rural, por meio de insumos e maquinários agrícolas, sofreu distorções alocativas e privilegiaram as culturas de exportação em detrimento das culturas alimentares de consumo interno. Em paralelo, consolidou-se a evidência de que o crescimento agrícola não serviu para eliminar a pobreza, nem no segmento da agricultura familiar nem da população em geral, constatação que se mostra persistente até hoje.

No sentido de popularizar o acesso a recursos financeiros para o agricultor familiar, existe a via do cooperativismo de crédito, que permite a aquisição de insumos e maquinários como forma de qualificar a produção agrícola. A par disso, as cooperativas de crédito exercem, cada vez mais, funções sociopolíticas, devendo manter a população agrícola familiar informada a respeito de seu funcionamento, assim como dos serviços que são oferecidos aos seus associados.

No item relativo à organização familiar, os **associados** à CRESOL revelam que o número de pessoas que moram na propriedade de produção varia entre três a cinco pessoas.

Na questão relacionada ao número de pessoas que moram na propriedade rural, de acordo com os entrevistados **não-associados** à CRESOL, há uma variação entre duas a oito pessoas.

Associados e não-associados revelam que os filhos deixam a propriedade por motivo de casamento, estudo e dedicação a outro tipo de trabalho.

Ficou evidente que a propriedade agrícola é mantida somente pelos membros da constelação familiar. A utilização de mão-de-obra externa à família ocorre eventualmente, por pequenos períodos de tempo. Em muitos casos, a família é constituída por três gerações, sendo que a geração mais nova não permanece na propriedade, cujas razões estão indicadas em respostas a questões registradas a seguir, neste trabalho.

Na questão relativa à produção na unidade agrícola, os respondentes **cooperados** à CRESOL, em número de 13 (treze) exercem a atividade familiar em terra própria e 02 (dois) em terras arrendadas.

Os **não-cooperados** à CRESOL revelaram os mesmos dados quanto a esse item.

A produção da unidade agrícola destina-se à venda e ao consumo da família.

As informações, analisadas na primeira categoria, permitem afirmar que, dentre os **não-associados** à CRESOL, muitos agricultores sabem da existência da Cooperativa, mas não conhecem suficientemente seu funcionamento. Isso indica a necessidade de que a Cooperativa amplie o esclarecimento entre os agricultores familiares.

Foi possível identificar que os agricultores entrevistados, cooperados ou não-cooperados da CRESOL, são muito conscientes com relação ao crédito. Quando

perguntados sobre a possibilidade/interesse de fazer novas operações de crédito, argumentaram que primeiro precisam saldar dívidas atuais, dando um passo de cada vez.

Os entrevistados **associados** à CRESOL consideram que houve um crescimento da qualidade de vida, desde que puderam acessar à Cooperativa. Considera-se, portanto, que crescimento e desenvolvimento, durante muito tempo, foram entendidos, no sistema de produção capitalista, como sinônimos. A partir da crise da década de 1980, esse posicionamento começou a se reconstruir. Uma questão profunda foi trazida para primeiro plano nas discussões – o aumento da desigualdade e da pobreza no mundo.

Ao analisar essas informações da pesquisa, reunidas na categoria **condições familiares e produtivas**, destaca-se, ainda, a preocupação da pesquisa em redimensionar a ideia de desenvolvimento, situando-a no espaço da agricultura familiar.

Partindo-se da premissa de que a “[...] falta de acesso a recursos monetários e a serviços financeiros acabam por caracterizar um sério limite à melhoria de vida dos agentes” (KUHN, 2004, p. 25), intentou-se investigar o crédito solidário como possível instrumento que pode ser utilizado para a promoção do agricultor familiar, como processo de expansão de capacitações.

Conclui-se, inicialmente, que o crescimento econômico não resulta em natural desenvolvimento para o ser humano. Constata-se, pois, a necessidade de identificar e acionar processos que promovam o desenvolvimento. Dentre esses processos, a pesquisa revela a significativa contribuição das cooperativas de crédito para o desenvolvimento da agricultura familiar.

2) SEGUNDA CATEGORIA – **sobrevivência** – foram pesquisados aspectos relativos à alimentação, à produção de alimentos para a subsistência, produção principal da unidade agrícola, condições da residência, quantidade e tipo de banheiros, inovações introduzidas na propriedade.

As questões procuraram manter relação com o funcionamento do crédito solidário.

Dentre os **associados** da CRESOL, foram encontradas as seguintes respostas: a qualidade da alimentação é considerada boa e muito boa, tanto antes de ser associado da CRESOL quanto agora; a produção de alimentos é suficiente para a manutenção da família; frutas e verduras podem ser introduzidas na alimentação, conforme depoimento de um entrevistado; são comprados somente os alimentos que não podem ser produzidos na propriedade (açúcar, óleo, farinha, café); um entrevistado revelou que compra fora a maior parte dos produtos para consumo familiar pela falta de tempo para produzi-los, uma vez que a produção do fumo ocupa muito tempo. Produzem para venda: fumo, milho, leite, uva, batata, soja, queijo, frutas, legumes, flores, suínos, aves. No item inovações introduzidas, citaram: construção de garagem, churrasqueira, galpão; ampliação e melhorias na casa; construção de casa; aquisição de trator, carro, gerador, plantadeira, encilhadeira, pulverizador, triturador, roçadeira, cacimba, subsolador, ordenhadeira, tanque para resfriamento de leite, caminhão; introdução da produção de uva; investimento na atividade leiteira (sala de espera, sala de ordenha, local para resfriador, sala de alimentação para gado; aquisição de 40 (quarenta) vacas). Todos os entrevistados possuem água e esgoto em suas residências. Os respondentes consideram que o crédito solidário ajuda na solução de problemas dos agricultores familiares. Em planos de melhoria da propriedade, pretendem recorrer ao crédito possibilitado pela CRESOL.

Os entrevistados **não-associados** da CRESOL revelaram que: a qualidade da alimentação é muito boa; todos têm acesso à água e ao esgoto; produzem para consumo familiar e adquirem alguns gêneros alimentícios que complementam as necessidades das famílias (sal, farinha, açúcar); os produtos para venda são variados – acácia, leite, fumo, milho, feijão, batata, soja; as residências precisam de melhorias, que procuram realizar com recursos próprios; somente dois entrevistados utilizaram o crédito para investimento nas residências; um entrevistado revelou a necessidade de construção de mais um banheiro na residência; as inovações referem-se à compra de equipamentos para manter a produção, especialmente tratores; citam outras inovações, como estufa elétrica, chiqueiro, ordenhadeira, triturador. A maioria dos respondentes utiliza o crédito para melhorias na produção.

Constata-se que os agricultores entrevistados, cooperados e não-cooperados da CRESOL, identificam suas necessidades de sobrevivência e buscam alternativas para saná-las. Compreendem o indispensável investimento na melhoria dos espaços e das condições produtivas, revelando que as inovações, em grande proporção, são destinadas ao trabalho agrícola familiar. Entende-se, pois, que o agricultor familiar realiza movimentos para o progresso técnico-tecnológico de sua propriedade e de sua produção. Suas decisões quanto ao tipo de inovação associa-se ao conhecimento necessário à prática da agricultura cada vez mais qualificada. Nesse processo de decisão, os agricultores entrevistados priorizam aquilo que qualificará a produção, reunindo condições que possam resultar na melhoria do produto, criando a expectativa de maior retorno financeiro.

Entretanto, entre os **associados** à CRESOL, a melhoria das condições de habitação não está totalmente excluída na realidade do agricultor. Verificou-se, ainda que em menor escala, a adoção de iniciativas que possam sanar problemas com a moradia, identificando-se dois casos em que os agricultores recorreram ao crédito solidário, a fim de atender às necessidades relativas às suas residências. Foi possível identificar a intenção de alguns agricultores de recorrerem, futuramente, ao crédito, de modo a melhorar as condições da moradia. Assim, no item relativo a inovações, estão incluídas aquelas relacionadas às melhores condições de moradia do cooperado. Por isso, se entende que a CRESOL tem contribuído para ampliar a concepção de inovação.

Possivelmente, em razão das dificuldades financeiras encontradas pelos agricultores, durante as últimas décadas, há a consciência de que precisam realizar “uma coisa de cada vez”, procurando, dessa maneira, o equilíbrio na busca da sobrevivência aliada ao desenvolvimento.

Subjaz, nos depoimentos dos agricultores familiares entrevistados, a ideia de desenvolvimento como “[...] um processo social que garanta uma melhoria de vida, aceita e percebida pelos agentes sociais envolvidos” (KUHN, 2004, p. 14).

Considerando-se a abordagem seniana que compõe o referencial teórico desta dissertação, se buscou escapar, na pesquisa, de relações simplesmente quantitativas para identificar o desenvolvimento entre os sujeitos da investigação.

3) TERCEIRA CATEGORIA – **liberdades políticas** – constituiu-se do item eleições políticas com perguntas relativas a quem votou nas eleições de 2006 e 2010; participação de algum membro familiar em movimentos políticos (partidos, STR, Igreja, OP, CMDR, outros).

Os entrevistados **pertencentes** à CRESOL revelaram que: todos os membros da família participaram das eleições de 2006 e 2010; um entrevistado declarou que é filiado ao Partido dos Trabalhadores, “tem ideias políticas, participa de reuniões”; outro revelou que não é filiado, mas simpatiza com as ideias do PT; a totalidade dos respondentes participa de atividades religiosas, sendo que a maioria frequenta a Igreja Evangélica; outros entrevistados participam da Associação de Produtores e de reuniões da CRESOL, bem como frequentam muitas festas, porque “colonos se ajudam, um vai à festa do outro”. Revelam que os cooperados da CRESOL tiveram suas oportunidades sociais ampliadas.

Dentre os entrevistados **não-cooperados** da CRESOL, identificou-se que todos os familiares exerceram o direito de voto nas eleições de 2006 e 2010; um respondente classificou-se como “neutro” em relação à política; outro se mostrou desiludido, porque os políticos fazem promessas e não as cumprem. As famílias dos agricultores pertencem à Comunidade Evangélica, variando a frequência e intensidade da participação; muitos entrevistados participam da Associação de Pequenos Agricultores, são sócios da COOPAR, inserem-se em suas atividades sociais e exercem funções de liderança, tanto na Associação quanto na Cooperativa.

Entende-se que o desenvolvimento, conforme a Teoria da Expansão das Capacitações, tem estreita relação com a exposição do agente social a oportunidades socioeconômicas que poderão ser convertidas em melhoria da qualidade de vida (SEN, 2000).

As oportunidades ocorrem em grupos de capacitações, identificados, nesta pesquisa, como os diferentes espaços nos quais se inserem os agricultores familiares e as várias formas de participação econômico-social. Nesses espaços e a partir das diversas formas de participação, os agricultores familiares apropriam-se efetivamente das oportunidades que emergem e se constituem no sentido da melhoria das condições de vida (funcionamentos).

Foi possível compreender, na organização da categoria das **liberdades políticas**, que existe um amplo espaço para a intensificação do processo de

capacitações e funcionamentos. Inferiu-se que, na perspectiva analisada, existem movimentos direcionados ao desenvolvimento e que este não está associado, exclusivamente, ao aumento do rendimento da atividade agrícola e, sim, à qualidade de vida do agricultor familiar e sua participação na comunidade. Entende-se a participação como princípio basilar da democracia e via de acesso à justiça e à equidade. Por isso, é um direito de todos, sem qualquer tipo de discriminação.

4) QUARTA CATEGORIA – **facilidades econômicas** – procurou-se investigar: custos da unidade de produção; entradas monetárias na unidade de produção não provenientes da venda da produção; possíveis formas de acesso de comercialização da produção; acesso a bens duráveis, antes e depois de associar-se à CRESOL; utilização de crédito para aquisição de bem para a residência; plano de utilização de crédito para aquisição/troca/conserto de bem para a residência; familiares que têm acesso a programas de crédito; acesso a serviço bancário; crédito para saldar dívidas; fontes de financiamento além dos programas da CRESOL; dívida e tipo de programa no qual a dívida foi adquirida; planos de realização de novas operações de crédito; vantagens e desvantagens do crédito CRESOL em relação a outras fontes de financiamento.

Os **cooperados** da CRESOL responderam a respeito de custos: referem-se à compra de insumos para a produção, em maioria apontada pelos entrevistados; seguem-se os custos com água, luz, telefone, *internet* e alimentação. No item entradas monetárias, os respondentes indicaram: venda da produção, alternativa apontada pela maioria; aposentadoria de membros da família (pai, mãe, esposa); um caso em que o filho surdo recebe auxílio do INSS. Relativamente à comercialização dos produtos, informaram: fumo vendido diretamente para firmas; produção de leite, milho, soja, basicamente vendida para COOPAR, o que facilita a comercialização; intermediários em poucas situações; abatedouros, feiras livres; afirmam que a CRESOL ajudou muito na comercialização: “eles batalham em cima disso aí”. Quanto aos bens duráveis, indicaram, em geral, que dispõem daqueles necessários à produção e à residência, como: trator, plantadeira, caminhão, carro, moto, TV, rádio, computador. No que diz respeito ao crédito, a maioria dos entrevistados não o utiliza para comprar bens para a residência; o crédito é destinado à produção – custeio e investimento; um entrevistado pretende utilizar o crédito para promover melhorias na residência. Quanto ao item relativo ao plano de utilização de crédito, verifica-se

equilíbrio entre os entrevistados que pretendem buscar novos créditos e aqueles que não pretendem adotar esse procedimento. Em geral, trabalham com a possibilidade de novos créditos, desde que concluam de pagar as dívidas existentes, juntamente com a expectativa de bom desempenho da produção. Apontam necessidades que poderiam ser encaminhadas desde que recorram ao crédito, como ampliar a casa, trocar o piso da casa, construir churrasqueira, adquirir maquinário. Quanto ao acesso a programas de crédito, referem-se amplamente ao PRONAF, a financiamentos do Banco do Brasil e BANRISUL, destacando os programas acessados através da CRESOL. Relativamente ao acesso a serviços bancários, somente um entrevistado não utilizava esses serviços antes de se associar à CRESOL; os demais mantinham serviços junto ao Banco do Brasil, em sua maioria, e ao BANRISUL. Ao se tornarem associados da CRESOL, passaram a utilizar os serviços por ela oferecidos; muitos entrevistados transferiram os serviços utilizados em bancos comerciais para a CRESOL, em razão de dois motivos – fácil acesso ao crédito e maior identificação com as pessoas que trabalham na Cooperativa. As respostas ao item crédito para pagar dívida revelaram que a maior parte dos entrevistados não utiliza o crédito para saldar dívidas anteriores. As dívidas existentes foram contraídas para investimento e custeio da produção. Somente três entrevistados fizeram uso do crédito para saldar dívidas contraídas junto ao PRONAF. De modo geral, a fonte de financiamento é o PRONAF, feita antes da CRESOL, através do Banco do Brasil. Atualmente, a fonte vem sendo a CRESOL, pelas razões já expostas e pelo menor valor dos juros dos demais serviços bancários. Os valores das dívidas são variáveis, ficando em uma faixa de R\$ 3.000,00 a R\$ 120.000,00, cujo crédito se destina, principalmente, à produção. Quanto à contratação de crédito para novos investimentos, os entrevistados mostraram-se cautelosos. Consideraram como prioridade o crédito de custeio e investimento na produção, indicando planos para a aquisição de máquinas, início da agroindústria e, de forma mais reduzida, para reformar a casa e realizar pequenas melhorias; afirmam que “plano sempre tem, mas vai depender da produção”. À pergunta sobre as vantagens e desvantagens da CRESOL as respostas foram convergentes. Em relação às vantagens, reafirmaram o apontado em outros momentos – a CRESOL muito vem contribuindo com o agricultor familiar, proporcionando-lhe crédito rápido, sem burocracia, juros menores, grande linha de financiamento. Quanto às desvantagens, consideraram inexistentes: “se tivesse, teria saído”. E ainda: “na CRESOL a gente se sente em casa. A CRESOL não tem

desvantagens”; “quando me associei à CRESOL, comecei a trabalhar sozinho, por conta própria”; “é um banco da agricultura familiar, chega lá, é simples, atendimento bom, não tem grandes filas como nos outros bancos, não há desvantagens”; “em todos os aspectos é vantajosa”.

Dentre os entrevistados, encontra-se um sócio fundador que lembra ter sido o grupo inicial formado por 41 (quarenta e um) agricultores, quando a Cooperativa chegou a São Lourenço do Sul. Revela que “foi muito bom. Tem conta, cheque especial, muito menos custo, não paga serviços”. Fez pequeno empréstimo para a lavoura e um seguro de vida; por isso, mantém conta no Banco do Brasil. Todavia, “trabalha mesmo é com a CRESOL”, onde tem dinheiro aplicado. Considera que os bancos comerciais exploram muito. Outro associado afirma que a CRESOL “para o colono é muito bom, sem burocracia”.

Relativamente à categoria **facilidades econômicas**, os entrevistados **não-cooperados** à CRESOL responderam quanto às entradas monetárias: são provenientes da produção, da aposentadoria/pensão de pais/esposa, assim como um caso em que o filho do agricultor recebe benefício do INSS e outro em que a esposa trabalha como professora e o agricultor atua no transporte escolar. No que diz respeito à comercialização da produção, grande parte entrega diretamente às firmas, para a COOPAR e até mesmo para “picaretas”. Em relação aos bens duráveis, revelou-se situação satisfatória, sendo que os entrevistados declararam que possuem desde bens para a residência, como geladeira e *freezer*, até aqueles bens utilizados na produção, como tratores e outros tipos de maquinário. Alguns agricultores possuem carro e moto, outros precisam adquirir tratores, porque, atualmente, precisam contratar maquinário. Nenhum entrevistado utiliza o crédito para a aquisição de bens para a moradia, utilizam-no somente para a produção. Quanto a planos para a aquisição/troca/conserto de bens para a residência, declararam que não têm planos nesse sentido. Um respondente aludiu ao interesse de comprar um trator, pois o gasto é elevado para contratar serviços de terceiros; outro agricultor pretende fazer crédito fundiário, a fim de comprar a propriedade na qual pretende morar. Em relação ao acesso a programas de crédito, revelaram, em sua maioria, que utilizam o PRONAF, através do Banco do Brasil. No item acesso a serviços bancários, as situações são variadas, existindo agricultores que mantêm conta corrente, outros possuem poupança, cartão, cheque, beneficiando-se de

crédito pessoal; grande número de entrevistados utiliza os serviços do Banco do Brasil em razão da facilidade para acessar ao PRONAF. As fontes de financiamento utilizadas são, principalmente, PRONAF, SICREDI, BANRISUL. Ao tratar de dívidas, identificou-se número significativo junto ao PRONAF e, como decorrência, a intenção de não assumir outras dívidas, conforme afirmou um agricultor: “primeiro acerta, depois entra na outra”. No item plano para realização de novas operações de crédito, os entrevistados revelaram, em sua maioria, que os planos não estão ainda definidos, podendo ou não acontecer novas operações de crédito; aguardam o pagamento das dívidas existentes. Em relação às vantagens e desvantagens do crédito CRESOL, revelaram que os juros praticados pelo Banco do Brasil são mais elevados do que os da CRESOL.

De acordo com os estudos realizados neste trabalho, é possível se identificar que a situação do agricultor familiar, que encontrava, sistematicamente, entrave para seu crescimento econômico, agravou-se na década de 1990. Tal situação exigiu a urgência de medidas que buscassem minorar/reverter a dramática realidade desse segmento produtivo da sociedade brasileira. Mesmo em uma sociedade acentuadamente injusta, contraditoriamente, face à realidade perversa, continuou existindo o desejo de promover o “[...] acesso universal às condições básicas de uma vida digna e uma melhor distribuição de renda” (BITTENCOURT, 2001, p. 15). Para que isso fosse possível, houve necessidade de que a sociedade criasse oportunidades de geração de renda para os trabalhadores rurais. Nesse sentido, entendeu-se o crédito como importante instrumento para minorar as injustiças sociais e promover relação mais adequada entre o capital e a produção. No Brasil, essa relação não vinha permitindo a inclusão de todos os cidadãos ao crédito. Ao contrário, acentuava, cada vez mais, a exclusão econômico-social, restringindo o acesso ao crédito. Portanto, o sistema de crédito rural, estruturado então na rede bancária, não atendia aos interesses e necessidades dos agricultores familiares. Conforme afirma Bittencourt (2001, p. 17), “[...] as cooperativas de crédito rurais de agricultores familiares podem proporcionar canais de acesso ao crédito, além de uma melhor capacitação para sua utilização”. Isso ficou revelado nos depoimentos dos entrevistados, que identificam as cooperativas de crédito rural como indispensável referência para o aprimoramento da relação capital-produção, resultando em melhores condições de vida para o agricultor familiar.

Os entrevistados indicam as cooperativas como instituições que praticam o crédito solidário e favorecem a comercialização da produção do agricultor familiar.

Apontam, ainda, o acesso que mantêm com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

Na década de 1990, as políticas de descentralização responderam a inúmeras reivindicações dos movimentos sociais, possibilitando a co-gestão do crescimento local. Essa foi a referência para a formatação, em 1996, do PRONAF, cuja linha Infraestrutura e Serviços Municipais buscou potencializar a Agricultura Familiar. A mobilização de diversos movimentos sociais e o apoio político foram decisivos para agilizar a implantação do PRONAF, ocorrendo, então, a descentralização institucionalizada por meio de Conselhos Municipais, assim como já acontecera com a Saúde e Educação. A pesquisa revelou a forte presença do PRONAF como fonte de crédito para o agricultor familiar, de modo mais intenso junto aos entrevistados não-cooperados da CRESOL.

5) QUINTA CATEGORIA – **oportunidades sociais** – procurou-se investigar aspectos relacionados à educação, saúde, transporte, acesso à informação e lazer.

No item educação, os **cooperados** da CRESOL revelaram, na totalidade, que a consideram de boa qualidade; a escolaridade mínima dos filhos é a do Ensino Fundamental; outros, concluíram o Ensino Médio e cinco entrevistados responderam que os filhos cursaram/estão cursando o Ensino Superior. Em geral, os respondentes reconhecem a importância da educação para os filhos; um agricultor é analfabeto e revelou a dificuldade para estudar que enfrentou na infância; no entanto, valoriza o estudo, expressando que

[...] os filhos estudaram. Foi para isso que a gente trabalhou. A prioridade que a gente tinha era dar estudo para os filhos e hoje estão formados e trabalhando. Antes era muito difícil de dar estudo. Chegamos a ter de vender uma dúzia de ovos para pagar a passagem.

Hoje, esse agricultor tem duas filhas formadas em Farmácia e foram por ele ajudadas financeiramente para que montassem o empreendimento farmacêutico.

Quanto à educação, os **não-associados** à CRESOL responderam: o acesso à educação situa-se entre bom e muito bom; três entrevistados informaram que os

filhos estudaram até a 8ª série; os demais completaram o Ensino Médio, sendo que quatro dos respondentes têm os filhos cursando o Ensino Superior; todos revelaram que acreditam na educação como possibilidade de obterem melhores condições de vida.

Ao responderem sobre os serviços de saúde, os agricultores **associados** à CRESOL avaliaram desde ruim até excelente; aqueles que a consideram ruim ou insatisfatória registram que o posto de saúde é longe da residência, “tem de levantar de madrugada para conseguir uma ficha”; “tá fraco, o posto de saúde fica longe e fora de rumo”; outros respondentes consideram que “já melhorou muito, mas ainda tem de melhorar mais”; “nem tudo é perfeito, mas do posto de saúde não temos queixa, precisa e eles estão lá”; “o Pronto Socorro é muito bom, os postos de saúde também”; um respondente revelou que mantém convênio com a UNIMED e que o aumento da renda familiar facilitou o acesso ao atendimento particular; outro entrevistado manifestou que tem bom acesso ao serviço de saúde, porque “se pagar, consegue”.

Os **não-associados** à CRESOL, quanto ao item saúde, consideraram os serviços, em sua maioria, como ruim, porque o atendimento nos Postos de Saúde é complicado, precário, não dispõe de médicos, muito demorado; um respondente possui plano de saúde com a UNIMED e avalia o atendimento como muito bom; um dos agricultores utiliza serviços de saúde particulares. Em geral, não apontam alternativas para melhorar o atendimento na área da saúde.

Os entrevistados responderam também sobre o tipo de transporte ao qual a família tem acesso. Quanto a esse item, os **associados** à CRESOL responderam: na maioria, avaliam o acesso ao transporte público como bom, dispondo de ônibus municipais e intermunicipais; a totalidade dos entrevistados possui veículo próprio; os filhos utilizam o transporte escolar; apenas um respondente considerou que os ônibus se encontram em más condições de conservação. Somente dois respondentes utilizaram crédito para a aquisição de meios de transporte.

As respostas, entre os entrevistados **não-associados** à CRESOL, revelaram: somente um respondente não possui automóvel e não demonstrou interesse em adquirir; os demais possuem automóvel, sendo que dois agricultores possuem moto; utilizam os ônibus municipais e intermunicipais e os estudantes, o ônibus escolar; a avaliação quanto ao transporte ficou entre bom e muito bom; somente um respondente considerou o acesso ao transporte insatisfatório, porque o ônibus passa

muito distante da residência. Dois respondentes já utilizaram crédito para a aquisição de meio de transporte.

Quanto ao aspecto relacionado ao acesso à informação, os **associados** à CRESOL evidenciaram: os principais meios de acesso são o rádio e a televisão; referem-se, também, ao telefone e à *internet*; destacam o programa de rádio mantido pela CRESOL, o qual passa muitas informações aos agricultores; têm informações sobre iniciativas governamentais, veiculadas no programa radiofônico da CRESOL; afirmam que o acesso ao crédito contribuiu para aumentar o acesso à informação, possibilitando a aquisição de televisor, rádio, telefone, *internet*; três entrevistados consideraram que as reuniões da CRESOL servem como meios de informação: “tem comunicação, fazem reuniões que todos participam (por isso é uma cooperativa) para discutirem as coisas e outro banco não faz”.

Os **não-associados** à CRESOL, relativamente ao item sobre o acesso à informação, contribuíram com as seguintes respostas: as principais fontes de informação para os agricultores familiares são a televisão e o rádio; três entrevistados referiram-se à *internet* e um, ao telefone; não acrescentaram outras fontes de informação.

Perguntados sobre o acesso ao lazer, os **associados** à CRESOL responderam: de modo geral, participam das festas da comunidade; fazem passeios, viagens, participam de jogos de futebol, de pescaria, de piquenique, bailes; consideram o acesso ao lazer como muito bom: “é só querer participar”; o crédito possibilitou comprar o carro da família, facilitando as viagens; entendem que o acesso ao crédito contribui para aumentar as possibilidades de lazer da família: “consegue dinheiro para pequenos prazos, muda muito a vida da pessoa”; o crédito ajudou o acesso ao lazer, porque agora “conseguem cuidar da horta também; hoje tem uma bomba que puxa o esterco líquido, antes precisava de uma pessoa para carregar e isso foi graças à CRESOL”; revelam que “participam de atividades promovidas pela CRESOL (São Lourenço do Sul e Cristal); com o acesso à CRESOL, conheceram outras coisas: “pelo menos a gente pode viajar um pouco com a família, se não fosse isso, não teria oportunidade”; CRESOL promove excursões, intercâmbios, viagens.

Dentre os **não-associados** à CRESOL, foram obtidas as seguintes respostas: o lazer ocorre por meio da participação dos agricultores em festas da comunidade, em “festas de volta” (bailes), em comemoração de aniversários, jogos de futebol, viagens,

praia, pescaria; viagens promovidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais; o lazer é bom: “tem festa sábado à tarde, domingo, às vezes em dia de semana”; poderia ser melhor, “mas às vezes o dinheiro não dá”; outros consideram que “melhor do que *tá* não precisa”; “*tá* bom, já tem muito, pode escolher onde quiser”.

A análise dos aspectos incluídos na categoria **oportunidades sociais** possibilita identificar o grau de atendimento aos direitos sociais do agricultor familiar.

Aspecto marcante nas respostas dos entrevistados, a educação mostrou-se como elemento de satisfação no âmbito das famílias de agricultores familiares. Subjaz nas respostas dos entrevistados o interesse pela educação dos (as) filhos (as) como condição para uma vida melhor, menos “sofrida” em relação às atividades realizadas pelos pais.

A educação, direito inalienável de todo o ser humano, tem chegado à área rural, possibilitando seu acesso aos filhos dos agricultores familiares. Entretanto, o modo capitalista da produção, que contorna a atividade no campo, coloca-a em oposição cidade e campo (RIBEIRO, 2011). Há acentuado posicionamento dos respondentes de que a escolaridade dos filhos os encaminhará para a cidade em busca de novas oportunidades de trabalho. De modo geral, parece ser um processo irremediável.

Ainda que não tenha sido foco específico da pesquisa, pressupõe-se, como decorrência dos depoimentos, que a educação rural, oferecida na região pesquisada, não está contribuindo para que os estudantes ampliem e aprofundem conhecimentos que qualifiquem a agricultura familiar e os desafiem a permanecer no campo qualificando a própria vida. No mesmo sentido, encontra-se a afirmativa de que “[...] nossa sociedade continua vendo a profissão agricultor como algo acidental, como um castigo para alguém que foi condenado, por incapacidade de outro aprendizado mais digno e deficiência intelectual” (FETAG/RS, 2011). Há a necessidade da superação da negação de um modo de vida, cultura, costumes e hábitos que vão sendo esquecidos, apostando na valorização do agricultor familiar e no espaço no qual exerce seu labor. Ao contrário, conforme aponta Ribeiro (2011, p. 1), “[...] a agricultura familiar tende a desaparecer, seja pela modernização da produção agrícola, seja pela proletarização dos pequenos proprietários rurais”.

A Constituição Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, assegura a todos os cidadãos, no Artigo 6º, o direito social à saúde. As respostas apresentadas

pelos agricultores familiares traçam um quadro bastante deficitário da saúde pública na região investigada. Dentre os aspectos avaliados na pesquisa, essa é a política pública que causa maior impacto negativo entre os entrevistados.

O Ministério da Saúde mantém, desde 2008, a Política de Saúde para a População do Campo. Uma iniciativa que compõe a política é a implantação do “Saúde da Família” para a população rural, abrangendo atendimento ao agricultor familiar. De modo geral, as demandas não são suficientemente atendidas, ainda que em diferentes regiões do Brasil, já exista um plano de carreira diferenciado para médicos e outros profissionais da saúde que fixem residência em áreas rurais (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008).

O aspecto relacionado ao transporte disponível à locomoção do agricultor é incontestável, a fim de lhe proporcionar condições para usufruir de seus direitos sociais. Ainda que a maioria dos entrevistados possua carro próprio, torna-se indispensável que as propriedades sejam servidas pelo transporte coletivo municipal e intermunicipal. De modo bastante acentuado, a situação do transporte coletivo revelou-se satisfatória, atendendo às necessidades básicas de locomoção do agricultor familiar.

A fim de garantir o acesso à escola para crianças e jovens, o agricultor familiar dispõe do transporte escolar. Assim, para

[...] garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes, o Ministério da Educação, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), mantém dois programas de apoio ao transporte escolar para alunos da educação básica que residem na zona rural (BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011).

O Ministério da Educação mantém, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, uma linha de crédito denominada de *Caminho da Escola*, destinada para “[...] a aquisição, pelos estados e municípios, de ônibus, miniônibus e micro-ônibus zero quilômetros e de embarcações novas (idem).

Dentre as oportunidades sociais, foi tratado o aspecto sobre informação, a qual vem caracterizando a sociedade contemporânea e é identificada a partir de diferentes perspectivas – econômica, pós-industrial, revolução da informação, capitalismo da

informação, dentre outras. A sociedade, em permanente movimento, produz incontáveis conhecimentos/acontecimentos, cujo acesso possibilita a constante atualização da informação. Esse processo representa, pois, a convivência com um novo paradigma e com outro modelo de organização da sociedade (BURCH, 2011).

A mesma autora (2011, p. 1) considera que este novo modelo

[...] assenta num modo de produção de desenvolvimento social e econômico onde a informação, como meio de criação de conhecimento, desempenha um papel fundamental na produção da riqueza e na contribuição para o bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos.

Nesse sentido, se entende que a informação se constitui como instrumento indispensável à comunicação pessoal, de trabalho e de lazer. Isso, no entanto, também pode ser responsável por diferenças sociais, considerando-se o célere processo da informação e a utilização de tecnologias cada vez mais sofisticadas, que poderão resultar em discriminação entre pessoas e tipos de sociedade. Todavia, tais exigências não podem impedir o movimento reconstrutivo do ser humano, que tem a capacidade de se adaptar e evoluir em relação a novas situações.

Esse aspecto se apresenta como um desafio à sociedade rural, que não pode ser excluída do acesso à informação. Inúmeros outros desafios se apresentam ao agricultor familiar, os quais deverão ser considerados quando se faz referência ao processo de desenvolvimento do ser humano, na ótica de Sen (2000). Por isso, os desafios relacionados à informação, além do caráter econômico, precisam considerar as dimensões cultural e social.

O outro aspecto tratado na categoria **oportunidades sociais** refere-se ao lazer. Conforme afirma Pereira (2011), o direito ao lazer não se encontra sistematizado juridicamente, mas pode ser encontrado, de forma esparsa na Constituição Federal (Artigo 6º), que trata dos direitos sociais e na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Como decorrência da legislação pertinente ao direito do trabalho, surge o interesse relacionado ao lazer, que “[...] possui funções essenciais para a qualidade de vida e o desenvolvimento social e psicológico do ser humano (FERREIRA, 2011, p. 1).

Dentre as várias definições de lazer, destaca-se aquela elaborada por Dumazedier (1973, p. 34, apud Ferreira, 2011, p.7):

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Assim, de acordo com a autora supracitada, o lazer está relacionado com a satisfação de necessidades humanas como repouso, diversão, recreação, distração, desenvolvimento intelectual. Ressalta-se, ainda, que o lazer associa-se ao caráter livre e voluntário da ação.

Nesse item, foi possível perceber que as atividades de lazer estão relacionadas a práticas simples e mantidas na tradição rural, como passeios, visita aos vizinhos e familiares, pescaria, futebol, bailes, que servem para congregar a comunidade. A frequência à Igreja também é elencada como uma atividade de lazer. Percebe-se a importância das atividades promovidas pela CRESOL, que possibilitam o acréscimo de outras formas de lazer, tais como: viagem, intercâmbio cultural, participação em encontros, seminários e cursos de formação.

Na análise global da categoria **oportunidades sociais**, foi possível constatar que o espaço rural se movimenta no sentido de absorver oportunidades que são colocadas pelo mundo globalizado e pelo avanço da tecnologia. É um intenso processo de transição, de (re) criação que exige, na visão de Sen (2000, p. 276) “[...] oportunidades para um novo preparo profissional e a aquisição de novas qualificações”, não só destinado ao trabalho, mas aos demais âmbitos sociais.

O mesmo autor (2000, p. 276) afirma ainda:

A habilidade no uso do computador e as vantagens da *internet* e recursos semelhantes transformaram não apenas as possibilidades econômicas, como também a vida das pessoas influenciadas por essa mudança tecnológica. Contudo, permanecem dois problemas – um que é compartilhado pelo mundo da economia, e outro bem diferente.

O primeiro problema está relacionado à equidade de oportunidades culturais e econômicas que tem imensa importância em um mundo globalizado. Segundo Sen (2000, p. 276)), esse “[...] é um desafio conjunto para o mundo econômico e o mundo cultural”. O segundo problema atém-se ao fato de se abandonar a tradição cultural. Nesse âmbito, “[...] as tradições perdidas podem fazer muita falta. A extinção de antigos modos de vida pode causar angústia e um profundo senso de perda”

(idem). Cabe, então, à sociedade, de forma mais ampla possível, decidir sobre a permanência ou não dos modos de vida tradicionais. Nessa direção, Sen (2000, p. 277) afirma:

Não existe a obrigação de conservar todo estilo de vida ultrapassado mesmo a um custo muito alto, porém há a necessidade real – para a justiça social – de que as pessoas possam tomar parte nessas decisões sociais se assim o desejarem. Isso fornece mais uma razão para que se atribua importância a capacidades elementares como ler e escrever (por meio da educação básica), ser bem informado e estar atualizado (graças a meios de comunicação livres) e ter oportunidades realistas de participar livremente (por meio de eleições, plebiscitos e o uso geral dos direitos civis).

Entende-se que, na categoria das **oportunidades sociais**, é imprescindível o reconhecimento de cada cultura, sua origem, seus valores, sua identidade.

6) GARANTIAS DE TRANSPARÊNCIA – **garantias de transparência** – foram apresentadas questões acerca das instituições com as quais a família mantém relações regulares e qual o tipo de problema que já enfrentou no relacionamento com instituições.

Os agricultores **associados** à CRESOL, quanto às instituições com as quais mantêm relacionamento, responderam: com bancos, igreja, prefeitura e escola.

Os respondentes **não-associados** à CRESOL apresentaram respostas semelhantes às dos associados à CRESOL.

Quanto ao tipo de problema, os associados responderam: doze agricultores não tiveram problemas de ordem alguma com instituições; outros tiveram problema com cheque bancário; mal-entendido no Banco do Brasil: “um funcionário diz assim e outro diz outra coisa”; na CRESOL, assinaram como avalista e deu problema: “as leis deveriam cobrar mais do devedor e não do avalista”; sim, “coisa mínima, não chegou a ter conflitos, às vezes o cara não gosta de alguma coisa, nada que seja grande”; “prefeitura não coloca cascalho na estrada”; sim, “no Banco do Brasil a conta estava negativa, bloquearam o cartão”.

Entre os **não-associados** à CRESOL, os entrevistados responderam: doze não tiveram problemas com instituições; um teve problema com banco por causa de dívida; como avalista de uma pessoa que não pagou a dívida.

Verifica-se, de modo geral, que os agricultores familiares mantêm relações positivas com instituições, dentre as quais indicam os bancos, a Igreja, a prefeitura e

a escola. Evidenciam que têm conhecimento das competências específicas de cada instituição e as identificam como necessárias à organização social. Os problemas apontados não se mostram insolúveis, revelando elevado grau de iniciativa e autonomia por parte dos agricultores familiares.

7) SÉTIMA CATEGORIA – **segurança protetora** – perguntou-se, em caso de emergência, qual o procedimento adotado; tipo de seguro da propriedade e de membro da família.

Dentre os **associados** à CRESOL, relativamente ao procedimento adotado em caso de emergência, foram obtidas as seguintes respostas: a grande maioria dos entrevistados recebe auxílio dos vizinhos e da comunidade; citaram, ainda, amigos e cooperados da CRESOL; registraram que “um ajuda o outro”; os vizinhos “são os mais próximos”; “os vizinhos são bons, são os primeiros”.

Os **não-associados** à CRESOL, quanto ao procedimento adotado em caso de emergência, apresentaram as seguintes respostas: maioria dos respondentes aponta o vizinho como aquele que presta ajuda, seguindo-se a alternativa relacionada com as famílias da comunidade; consideram que “os vizinhos são muito bons”; “vizinho é que está mais perto”; “vizinho é importante”; “união da vizinhança, socorre e é socorrido”; “todos têm carro e cada vez melhor e vai melhorar mais ainda”.

Na questão relativa ao seguro, os **associados** à CRESOL responderam: possuem seguro de vida da CRESOL; seguro de financiamento e de vida do PRONAF; seguro de produção FUBRA e AGROMAIS.

Quanto à questão acerca do seguro, os **não-associados** à CRESOL informaram: “seguro é o que a gente mais paga”; tem seguro da produção (PRONAF, FUBRA, PROAGRO, AGROMAIS); seguro de vida do PRONAF, que é obrigatório; dois entrevistados não possuem nenhum tipo de seguro.

De modo geral, a **segurança protetora** abrange seguros de vida e de produção. Essa categoria se insere entre os direitos sociais previstos na Constituição Federal em seu artigo 6º.

Nesse sentido, o agricultor dispõe do *seguro rural*, sendo considerado

[...] um dos mais importantes instrumentos de política agrícola, por permitir ao produtor proteger-se contra perdas decorrentes principalmente de fenômenos climáticos adversos. Contudo, é mais abrangente, cobrindo não só atividade agrícola, mas também a atividade pecuária, o patrimônio do produtor rural, seus produtos, o crédito para comercialização desses

produtos, além do seguro de vida dos produtores. O objetivo maior do seguro rural é oferecer coberturas, que, ao mesmo tempo, atendam ao produtor e à sua produção, à família, à geração de garantias a seus financiadores, investidores, parceiros de negócios, todos interessados na maior diluição possível dos riscos, pela combinação dos diversos ramos de seguro (VIDA ATIVA, 2011, p. 1).

8) OITAVA CATEGORIA – **situação ambiental** – abordou questões sobre problemas ambientais percebidos na propriedade, município, região; tipo de adubo utilizado na propriedade; tipo de tratamento adotado na propriedade no processo de produção; tipo de crédito para a promoção de cuidados com o meio ambiente; separação de lixo na propriedade.

Quanto aos problemas ambientais, os **associados** à CRESOL responderam: doze agricultores consideram que não percebem nenhum problema ambiental; outros apontaram: uso de herbicida entre os agricultores que plantam fumo; uso de muito veneno e, além disso, “o fumo também gasta muita energia”; necessidade de recolhimento de lixo; apenas o lixo do veneno é recolhido; desmatamento e problema de lixo que não tem recolhimento e, quando existe, é pouco difundido; tem em todas as localidades a erosão, muita terra indo embora.

A respeito dessa mesma questão, os **não-associados** à CRESOL apresentaram as seguintes respostas: a grande maioria não percebe problemas ambientais na região; o problema apontado está relacionado à questão do lixo: não tem onde colocar, é preciso levar o lixo para longe da propriedade, pois onde moram não há recolhimento; é recolhido somente o lixo das embalagens de veneno do fumo; colocação de embalagens de agrotóxicos nas sangas; outras opiniões indicam que o lixo é recolhido, o que “é uma coisa boa, o lixo não fica no galpão”; um respondente considera que “todo mundo cuida bastante” e, ainda, que “na colônia, é tudo bem organizado, recolhem o lixo”.

No item relativo ao tipo de adubo, todos os **associados** à CRESOL indicaram que utilizam adubo químico, conforme recomendado pelas empresas; o adubo orgânico é utilizado para as hortas.

Relativamente ao tipo de adubo, os agricultores **não-associados** à CRESOL responderam que utilizam adubo químico e para as hortas fazem uso do adubo orgânico.

Quanto ao tipo de tratamento adotado na propriedade no processo de produção, os agricultores familiares **associados** à CRESOL revelaram: utilização de adubo orgânico, plantio direto, calcário, curva de nível; cuidado com o meio

ambiente em geral; semeiam aveia e fazem adubação verde; devolução de embalagens agrotóxicas às empresas; realiza “tudo o que dá para contribuir para melhorar, para não prejudicar o meio ambiente”; procura não lavrar mais; mantém cuidados no processo de produção; evidenciam preocupação com garrafas e material agrotóxico; cuida para “não desmatar o resto que tem”.

Os agricultores **não-associados** à CRESOL responderam: usam o plantio direto, a compostagem e a cobertura verde; tem cuidado com herbicidas; não tem nenhum cuidado.

Quanto ao tipo de crédito utilizado para a promoção de algum cuidado especial com o meio ambiente, os **associados** à CRESOL não indicaram o uso desse recurso.

Entre os agricultores **não-associados** à CRESOL, não foi feita nenhuma referência ao uso de crédito para promover cuidados com o meio ambiente. Em ambos os grupos, relacionaram o crédito à reforma da moradia, à aquisição de maquinário e automóvel, à realização de viagens. Enfatizaram que o crédito contribui para a realização dos planos.

Quando perguntados sobre a separação do lixo na propriedade, tanto os **associados** à CRESOL quanto os **não-associados** revelaram não acontecer a separação de lixo. Apontam que o lixo deverá ser recolhido e reciclado.

Em razão das atuais perspectivas ambientais e com a preocupação com o desenvolvimento sustentável, foram encaminhadas as questões que constituem a categoria **situação ambiental**. Iniciativas diversas, políticas públicas e movimentos sociais, cada vez mais, tratam da temática ambiental, buscando conscientizar a população e desenvolver novas estratégias e metodologias para o estabelecimento de relações positivas do ser humano com o meio ambiente. Essa é uma iniciativa avaliada na pesquisa em pauta, de modo que possam ser mantidos ou ampliados aqueles cuidados que não provoquem agressão ao ambiente e permitam melhorar a atividade na propriedade rural e na região. Portanto, buscou-se verificar o estado de disseminação de informações aplicáveis na agricultura familiar. Constatou-se que, apesar de existirem muitas opções para trabalhar a questão ambiental na agricultura familiar, poucas foram as iniciativas adotadas pelos entrevistados. Notou-se, no entanto, que, no processo de produção, há forte esclarecimento sobre o uso adequado de agrotóxicos e tratamento em relação à produção de cada propriedade,

apontando, todavia, para a necessidade de que a questão ambiental seja tratada de forma mais ampla, envolvendo a comunidade e a região.

Isso remete à necessidade de que os agricultores familiares conheçam e participem dos serviços ambientais, extrapolando os espaços locais e regionais. Conseqüentemente, com esse movimento os respondentes poderão perceber “[...] o trabalho que a agricultura familiar pode oferecer para a preservação da biodiversidade e dos diferentes biomas brasileiros” (BALCVICZ; TONELLI, 201, p. 27). Há urgência de que seja estabelecido um novo pacto entre sociedade e natureza. A dimensão ambiental deve ser incorporada nas negociações do presente e nos planos do futuro.

Esse entendimento requer que se construa uma cultura ecológica que conceba a natureza e a sociedade como dimensões indissociáveis.

9) NONA CATEGORIA – **projetos e planos** – constitui-se por questões relacionadas aos planos da família para o próximo ano, sobre a permanência na propriedade de jovens e crianças no futuro, importância do crédito para a realização desses planos e, ainda, quais os sonhos dos membros da unidade familiar.

Com relação ao item planos da família, os **associados** à CRESOL apontaram: trocar um dos tratores, mas dependem do que será produzido; reformar e terminar a casa; construir nova casa e o crédito da CRESOL vai ajudar muito; passar a colher uva e fazer vinho; incrementar a produção de leite; adquirir carro novo; “começar uma agroindústria. A CRESOL pode ajudar sim. A filha está fazendo o projeto para a família. Ela faz Faculdade de Desenvolvimento Rural”; tem plano de “cada vez melhorar mais, fazer sobrar mais dinheiro e melhorar a vida”; reforma da casa, já foi encaminhada a solicitação de financiamento; viajar e comprar carro zero km; andar de avião e o crédito pode ajudar; tirar férias, porque nunca tiraram; melhorar a propriedade, investir um pouco mais no conforto da família e o crédito pode facilitar nessa questão; há um que não tem planos, vai conforme a oportunidade.

Em relação aos planos da família, os agricultores **não-associados** à CRESOL responderam: plano “é o que a gente mais tem”; investir na produção; fazer uma estufa elétrica; plano sempre tem, principalmente receber mais do PRONAF; arrumar a casa; comprar ordenhadeira e trator; parar de plantar fumo e plantar hortaliças; quitar dívida com o PRONAF; “sempre aquela ideia de melhorar a vida, nunca parar; os filhos sempre têm”; nada de concreto: “ideia tem bastante, o problema é fazer”; não tem planos.

Quanto ao crédito para a realização dos planos e projetos, os respondentes **associados** à CRESOL consideraram: o crédito da Cooperativa é importante para concretizar os planos devido à facilidade de prazos e juros; importante o crédito e o papel da CRESOL pode desempenhar muito bem; pode ajudar, “porque o juro é baratinho, vale a pena fazer um empréstimo, investimento”.

Os agricultores **não associados** à CRESOL, em relação ao mesmo item, responderam: o crédito pode contribuir, “porque com dinheiro próprio é difícil, se não é isso aí, essa colônia estava quebrada”; em parte, o crédito é importante, porque pretende financiar as terras (crédito fundiário); o crédito pode ajudar, “porque hoje em dia quem cuida vale a pena, os juros são baratos”; sim, o crédito seria importante, “se a gente conseguisse”; acesso ao crédito é importante, “depende do recurso liberado pelo PRONAF; não tem trabalhado muito com banco; não pretende fazer mais empréstimo.

Em relação ao item permanência na propriedade no futuro, de crianças e jovens, os agricultores **associados** à CRESOL responderam: não deverão permanecer, “porque vão estudar para não ficar na pequena propriedade”; não, “porque não querem fumo, gostam de vacas”; não, “mais adiante vai arrumar um emprego”; não terá condições de permanecer, porque o filho é pedreiro; poucos ficam na colônia; “poderiam permanecer, mas quiseram estudar e mais tarde o filho administre a propriedade”; “creio que sim, até tô com medo que o filho não frequente a escola, quer ir todo dia para a lavoura, não fica mais em casa”; os filhos poderão permanecer na propriedade, “porque a renda não é tão ruim assim”; acha que sim, “mas depende de muita coisa. Os jovens estão indo embora, a maioria”; acredita que “os filhos poderiam permanecer na unidade, mas não sabe o que vai acontecer com a produção”. Ficou evidente que quem estuda, em grande maioria, não permanece na zona rural e alguns agricultores gostariam que os filhos ficassem para administrar a propriedade. Aqueles que não estudam, em geral, permanecem na agricultura familiar.

Os entrevistados **não associados** à CRESOL, no quesito relacionado à permanência na propriedade, apresentaram respostas como: os filhos não permanecerão na unidade agrícola; os filhos foram estudar e, por isso, não ficarão na propriedade; os filhos não gostam da atividade agrícola: “já passamos muito trabalho, queremos que os filhos estudem para não passarem também”; os filhos poderiam permanecer, mas não têm vontade: “aqui, se eles trabalham, ganham para comer e beber, faltar não vai”; um dos filhos vai permanecer: “o que não quer

estudar mais”; não vão ficar, “porque estudaram e vão conseguir outra coisa”; manda o filho estudar “para ver se consegue alguma outra coisa; não se sabe como vai ser daqui a alguns anos”; “com exceção do filho que foi trabalhar na cidade, os outros pretendem ficar”; falta vontade dos filhos de ficarem na propriedade; considera que “só na agricultura não sei se dá, mas pretende que o filho não vá para a cidade nunca”; a filha não vai ficar, estuda, vai fazer faculdade, mas o filho gosta da lavoura; não permanecerá: “essa gurizada não quer mais nada, estudando”; tem planos de o filho estudar e trabalhar na COOPAR; estudam e vão conseguir outras coisas; vai depender dos filhos, a ideia é que continuem trabalhando.

Nas respostas quanto aos sonhos, os agricultores **associados** à CRESOL manifestaram: na totalidade, atribuem à Cooperativa a possibilidade de concretizar os “sonhos”: desde que apareceu na região, melhorou muito a vida do agricultor, facilitou para comprar novas ferramentas; antes não tinha como melhorar a produção; “a CRESOL é boa para muita gente, o acesso ao crédito é melhor, se precisar do serviço deles, eles atendem, fazem reuniões na colônia, pode falar com qualquer funcionário”; consideram que “melhor impossível, muito mais simples”; depõe que “melhorou a vida da família, uma ajuda que surgiu para os pequenos agricultores, gera benefícios, tá disponível para quando precisar”; deseja subir um pouco mais economicamente para comprar outro carro; o crédito beneficiou a família que “ajudou a filha a comprar uma farmácia”; a Cooperativa contribuiu, “tivemos um ano de seca e eles nos ajudaram”; “ajudou bastante, os créditos ajudaram a melhorar, antes não tinha máquinas, tinha que usar a de terceiros e sai caro”; entende que a CRESOL foi de grande importância para o interior. Não é só o crédito, “tão trazendo algumas alternativas de produção de outras culturas, estão trabalhando para isso, para ter uma alternativa ao tabaco”; a vida da família “mudou para melhor, claro. Eu, pelo menos, não tenho me queixado da CRESOL”.

Os **não-associados** à CRESOL não responderam à questão sobre os sonhos, enfatizam que têm alguns planos.

A identificação de **projetos e planos** de vida associa-se à ideia de possibilidades pessoais/familiares e de produção. Assim, por meio das entrevistas com agricultores familiares, ficou evidente essa relação, na qual se ressalta o otimismo e a esperança dos respondentes.

Nesse sentido, se acredita que os agricultores familiares, em maioria, estão inseridos em um processo cuja sustentação teórica é defendida por Sen (2000) – a abordagem das capacitações.

Ao analisar essa categoria, ficam evidentes pressupostos fundantes da teoria, concretizados na prática e nas intenções/propósitos dos entrevistados. De maneira significativa, fica ressaltado, também, que os agricultores familiares têm, como referência positiva para a realização de seus planos de vida e de trabalho, o crédito solidário.

4.3 PAPEL DA CRESOL PARA A QUALIFICAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Procurou-se analisar o papel do cooperativismo solidário no combate à pobreza e às desigualdades sociais entre os agricultores familiares, na construção de novas formas de sociabilidade e de alternativas econômicas face à lógica predominante no mercado – a verticalização, concentração e bancarização do capital. No sentido de superar essa lógica, a cooperativa de crédito solidário tem sido apontada como uma alternativa viável para a democratização do acesso de classes populares ao capital financeiro, bem como à superação da pobreza.

Em relação a esse entendimento, Búrigo (2006, p. 17), esclarece:

Além de ser uma sociedade de pessoas e não de capital, a cooperativa de crédito é a única organização legalmente autorizada (além dos bancos) a captar depósitos (poupança) – um dos instrumentos-chave para se dinamizar a economia local.

Estabelecido o problema de pesquisa – **identificar o papel da CRESOL, como cooperativa de crédito, no fortalecimento da agricultura familiar, no combate à pobreza e no desenvolvimento socioeconômico local** – foram buscadas informações relativas a esses três aspectos.

Quanto ao fortalecimento da agricultura familiar, se evidenciou o forte impacto das iniciativas da CRESOL para o meio rural, a qual recoloca em novos termos a política compensatória vigente na década de 1990 para os agricultores familiares. Desse modo, firma-se, cada vez mais, no espaço pesquisado, o entendimento de que os agricultores familiares constituem a maior parte da energia produtiva da zona rural, assim como revela que sua contribuição econômica é muito mais ampla do que poderia fazer entender a expressão “pequena produção” (BITTENCOURT, 2001).

Essa vem se apresentando como uma importante mudança na questão da agricultura, quando um novo projeto emerge, fazendo surgir a CRESOL como um sistema cooperativista voltado ao segmento específico da agricultura familiar. O

unânime reconhecimento da ação positiva da CRESOL por seus associados está relacionado a duas razões fundamentais:

- a formação altamente descentralizada, com forte controle local e que existe “[...] em virtude da conquista de certa coesão social que permite aos agricultores substituir, de certa forma, custos de transação bancária por laços interpessoais de confiança” (BITTENCOURT, 2001, p. 5);

- o fato de que a CRESOL, como cooperativa de crédito, tem como destinatário o agricultor familiar, transferindo, ao mesmo tempo, o poder às bases e permitindo o fortalecimento desse segmento produtivo.

Quanto ao combate à pobreza, considera-se que, apesar de a constituição de cooperativas não ser protagonizada por pessoas totalmente excluídas dos processos econômicos, elas estão fortemente vinculadas à pobreza e à desigualdade social, como ainda ocorre entre os agricultores familiares.

Portanto, a pesquisa tentou trabalhar os conceitos de desenvolvimento e de pobreza para além do critério de renda. Privilegiou a concepção apresentada por Amartya Sen (2000), incluindo em suas análises as idéias de crescimento e capacitações. Nesse sentido, as análises das informações, buscadas junto aos agricultores familiares, não se pautaram na intenção de verificar o grau de “pobreza” dos entrevistados. Preferiu-se analisá-las na estreita relação com a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL. Ressalta-se que a CRESOL, além de adotar mecanismos que melhor atendam a seu público potencial, está em constante busca de meios que garantam sua viabilidade econômica, construindo alternativas de equilíbrio entre seus princípios e os padrões que norteiam a lógica de mercado, garantindo sua viabilidade e não frustrando as expectativas de seus associados.

No sentido de combater a pobreza e a desigualdade entre os agricultores rurais, a CRESOL dirige sua intervenção local e regional a partir das seguintes intencionalidades (CRESOL, 2010):

- promover a inclusão social dos agricultores familiares, ao facilitar o acesso a produtos e serviços financeiros;

- atuar no fortalecimento e estímulo da interação solidária entre esses agricultores e suas organizações, por meio do crédito e da apropriação de conhecimento, visando ao desenvolvimento local com sustentabilidade;

- buscar a interação solidária dos agricultores, a democratização e profissionalização do crédito, a transparência, a descentralização das decisões e o crescimento da rede de cooperativas.

Essa última intenção contempla a perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local, que se constitui como grande desafio para o Sistema CRESOL, em um ambiente institucional, político e econômico

[...] em que interagem simultaneamente forças que reivindicam os compromissos com as demandas sociais e forças que regulam os circuitos econômicos e as trocas financeiras no mercado e na ordem capitalista vigente, que o cooperativismo de crédito solidário precisa ser compreendido e analisado (BÚRIGO, 2006, p. 22).

A partir desse entendimento, foi realizada a pesquisa, cujas questões não estavam direcionadas ao diagnóstico da pobreza entre os entrevistados. A busca mais intensa dirigiu-se ao reconhecimento, pelos próprios agricultores familiares, dos impactos positivos em suas vidas pelo fato de serem associados à Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL.

Como decorrência de seus princípios, a CRESOL identifica outra ordem de necessidades entre seus cooperados, além daquele voltado à renda financeira. Busca reconhecer outras necessidades básicas entre os agricultores familiares, as quais, caso atendidas, promoverão o desenvolvimento pessoal e social, permitindo viabilizar múltiplas oportunidades e escolhas em diversos aspectos da vida de cada agricultor.

Assim, no estudo de caso realizado, foi possível compreender a profunda relação entre o processo de desenvolvimento que caracteriza a região pesquisada e, de maneira especial, os agricultores familiares e a atuação da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL. Isso permite se afirmar que a associação à CRESOL constitui-se como mecanismo capaz de promover o desenvolvimento do agricultor familiar na perspectiva dos estudos de Sen (2000). Essa constatação encaminha para o entendimento de que aos grupos sociais com características diferenciadas devem ser possibilitadas formas diferentes de políticas públicas, além daquelas que relacionam as privações somente à insuficiência de renda financeira. A análise da pobreza e da desigualdade somente pela via econômica poderá levar à simplificação excessiva que não reflita a complexidade social.

Comparando-se as informações de **cooperados** e **não-cooperados** à CRESOL, percebe-se grande confluência nas respostas dos dois grupos de

agricultores familiares. Em quase sua totalidade, os respondentes indicam a importância e as significativas mudanças ocorridas em suas vidas familiares e em suas atividades produtivas, a partir da intensificação de políticas voltadas à agricultura familiar. No entanto, foi possível perceber que a satisfação dos cooperados à CRESOL é maior do que a dos agricultores não-cooperados. Entende-se, pois, que os princípios e metodologias adotados pela Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária ressaltam a valorização do ser humano em sua singularidade, o que é adequadamente percebido pelos cooperados. Há, ainda, significativo investimento na dimensão social dos cooperados, a partir da realidade local.

Nesse sentido, se conclui que os valores e as metodologias que caracterizam as cooperativas solidárias têm a força de aproximá-las. É possível, como decorrência deste trabalho, considerá-las como espaços promotores da dignidade humana, atuando na direção da superação dos graves problemas sociais que o Brasil ainda apresenta.

Reafirma-se que a pesquisa possibilitou responder ao problema de pesquisa, quando se pretendeu identificar **o papel da CRESOL, como cooperativa de crédito, no fortalecimento da agricultura familiar, no combate à pobreza e no desenvolvimento socioeconômico local.**

Considera-se que a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL desempenha importante papel socioeconômico na região pesquisada, contribuindo, efetivamente, para a superação da pobreza e para o desenvolvimento nos âmbitos pessoal e comunitário.

Dentre as áreas de influência da CRESOL no âmbito pesquisado, destacam-se:

- área política, organizativa e estrutural que possibilita a interação com outras cooperativas, ampliando espaços e visões, assim como a constatação de seu reconhecimento, por parte dos órgãos governamentais, como entidade de representação do cooperativismo de economia solidária;

- área econômica que contribui para a democratização e acesso ao crédito rural e, de maneira crescente, a implementação de redes de cooperativas para comercialização da produção do agricultor familiar;

- na área social que atende demandas sociais locais, disponibilizando créditos para projetos relativos à habitação, aquisição de bens duráveis para a família e a produção; contempla programas educativo-culturais e de lazer, valorizando a

participação do agricultor familiar na tomada de decisões, tanto em relação ao crédito solidário quanto às questões que impedem/dificultam o desenvolvimento local;

- na área da formação que se direciona à qualificação dos agricultores e seus familiares, considerando as exigências do atual contexto econômico, social, ambiental. Entre as ações de formação e capacitação

[...] estão aquelas voltadas à visão e aos princípios do cooperativismo, capacitação para a gestão econômica dos empreendimentos cooperativos, a qualificação técnica para atuar na produção, formação de agentes comunitários de desenvolvimento e crédito, formação para técnicos, diretores e colaboradores” (CRESOL, 2010, p. 6).

A pesquisa evidenciou, portanto, a forte relação que existe entre a superação da pobreza/ desigualdade e a Teoria da Expansão das Capacitações. É, sem dúvida, uma relação complexa, porque envolve múltiplas condições – pessoais, políticas, culturais, sociais.

Mesmo nessa complexa realidade, observou-se o desenvolvimento local, analisado nas perspectivas pessoais e da comunidade de Boa Vista/São Lourenço do Sul. As categorias privilegiadas na pesquisa apresentaram resultados positivos e qualificadores da vida dos agricultores familiares no sentido das significativas mudanças ocorridas na vida familiar; nos movimentos direcionados à sobrevivência; na participação política; nas facilidades econômicas subsidiadas pela democratização do acesso ao crédito; pela ampliação de oportunidades sociais; pelo controle social exercido pelos próprios agricultores familiares e pela consequente transparência institucional; pela conscientização quanto à segurança protetora e ao ambiente; pela existência de projetos e planos de crescimento pessoal e de trabalho.

Assim sendo, no contexto analisado, a CRESOL assume significativo compromisso na promoção do crescimento do produtor familiar. A ação empreendedora da CRESOL, baseada na livre associação e no trabalho cooperativo e na autogestão, é fato indiscutível. Suas iniciativas representam opção socioeconômica de elevada importância para o segmento da agricultura familiar. Desse modo, tem influenciado sobremaneira na superação da pobreza e da desigualdade entre os agricultores familiares, favorecendo-lhes o acesso a bens materiais, políticos e culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da pobreza, verificada entre diversos grupos populacionais, tem sido tratada, ao longo do tempo, sob diversos ângulos. Assim como ocorre em outras partes do mundo, o Brasil não apresenta resultado condizente a tão nefasta situação. Muitos fatores são apresentados como causas originárias da pobreza no País, sendo que, dentre eles, assume explicação proeminente a renda financeira insuficiente para suprir as necessidades essenciais do ser humano.

É evidente o crescimento da pobreza que atinge determinados grupos sociais, que são expropriados de sua dignidade de produzir e de ter acesso a bens materiais, simbólicos e políticos.

Entende-se que a pobreza é um fenômeno multidimensional e, portanto, não pode ser analisada somente a partir da perspectiva de carência de renda. A noção de pobreza tem merecido outras análises, passando a ser associada ao processo de desenvolvimento do País, posicionamento que se amplia, cada vez mais, no pensamento econômico-social mais recente.

Nessa lógica, compreendendo o fenômeno a partir da Teoria da Expansão das Capacitações proposta por Amartya Sen, considera-se que as capacidades significam liberdades substantivas que permitem atribuir valor à própria vida. Quando acontece a privação dessas capacidades, ocorrem, também, restrições que impedem que as pessoas tenham o tipo de vida por elas almejada. Como exemplos dessas restrições, encontram-se: renda monetária insuficiente para acessar a bens e serviços; restritas condições educativas, culturais e de lazer; desrespeito aos seus direitos civis e políticos. Portanto, caracterizar a pobreza como privação de capacitações, requer que a intervenção seja dirigida ao que é intrinsecamente importante, ou seja, aquilo que Sen considera como a expansão das liberdades reais das pessoas. Nessa compreensão, a pobreza passa a ser explicada além de um único aspecto – a insuficiência de renda – que, mesmo importante, é apenas instrumentalmente relevante.

Essa concepção de pobreza implica políticas públicas redimensionadas e ressignificadas, requerendo que novos indicadores sociais sejam utilizados como parâmetros desse persistente fenômeno social, pois a abordagem das capacitações vai além do debate teórico.

Assim entendendo-se, a pesquisa foi organizada a partir das categorias apresentadas por Sen na Teoria da Expansão das Capacitações, relacionando-os à experiência vivenciada pelos agricultores familiares em cooperativas de crédito solidário.

Nesse processo, se procurou contextualizar a agricultura familiar, no Brasil, a partir, principalmente, da década de 1980. Isso se tornou necessário em razão da situação de extrema pobreza em que se encontrava esse segmento produtivo.

Marcadamente, o período constituinte (1986-1988), no País, aponta para as necessárias conquistas sociais, surgindo, então, novo formato para as políticas públicas. Além dos inúmeros acordos de cooperação internacional e do fortalecimento de Organizações Não-Governamentais – ONGs – emergiu a perspectiva de desenvolvimento situada na gestão local. Apostava-se, então, na participação de agentes locais no processo de desenvolvimento, o que, se presumia, reduziria as desigualdades sociais, combatendo, principalmente, a pobreza. Nessa compreensão, se vislumbrava um grande avanço das políticas públicas que possibilitavam a participação social dos beneficiários dessas políticas nos processos de decisão e operacionalização das mesmas.

Como já ocorrera em relação à saúde e à educação, esse modo de gestão foi estendido à agricultura. Naquele momento, surgiram as cooperativas de crédito solidário, dentre as quais se destaca, na região sul do Brasil, a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL. Esse modelo se caracteriza como de gestão descentralizada associada às especificidades locais, intentando promover o desenvolvimento rural e a democratização das políticas públicas. Em sua proposta, pois, aproxima-se, em muitos aspectos, dos conceitos senianos, o que justifica as escolhas da pesquisa.

Conseqüentemente, os resultados da pesquisa reafirmaram que as cooperativas de crédito solidário vêm contribuindo para diminuir as desigualdades sociais entre regiões e entre trabalhadores e, especificamente neste trabalho, entre os agricultores familiares.

Mostrou-se, como aspecto de grande relevância, o fato de que a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL procura identificar as necessidades dos agricultores familiares da região analisada, buscando atendê-las, não somente quanto à concessão de crédito, mas possibilitando o desenvolvimento de seus associados quanto a diferentes aspectos sociais. Congrega-os por meio de

inúmeros eventos que consideram a cultura local. Essas experiências servem para atender ao que Sen denominou de “liberdades cruciais”: facilidades econômicas, liberdades políticas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Enfatiza-se, portanto, que essa proposta multidimensional não pode assumir uma característica de política pública única para as diferentes regiões do Brasil. Há de se considerar as peculiaridades locais e a identidade de cada grupo de trabalhadores, a fim de que se traduza no fortalecimento da agricultura familiar, no combate à pobreza e no desenvolvimento socioeconômico local.

A análise da realidade determinada para a pesquisa evidenciou a forte razão para os bons resultados alcançados pelo cooperativismo solidário no combate à pobreza do agricultor familiar, o que faz com que, no Brasil, desde a década de 1990, venha alcançando crescente destaque, consolidando esse modo de atuação no setor. Isso é consequência, de modo especial, da composição das redes sociais, dos mecanismos de controle social, da capacidade de inovação e do estabelecimento de relações positivas com o poder público que o cooperativismo solidário tem conseguido mobilizar. Assim percebido, o cooperativismo solidário revela-se como alternativa promissora para combater a pobreza, democratizar o acesso ao crédito financeiro e contribuir para o crescimento de seus beneficiários.

Entende-se que o poder público, como importante estratégia, tem mantido expectativa especial acerca do papel do cooperativismo para o acesso ao crédito solidário de camadas da população menos favorecidas economicamente. Essa possibilidade estimula maior envolvimento social no seu controle, permitindo a administração de diversos produtos financeiros em uma mesma entidade. Nesse sentido, as cooperativas de crédito são reconhecidas, atualmente, como alternativa modelar para a popularização de finanças no País e desenvolvimento pessoal e social.

Em razão de suas características jurídicas e institucionais, as cooperativas de crédito, geralmente, possuem estrutura reduzida, se comparadas às organizações bancárias comerciais. Voltadas a grupos populacionais determinados, as cooperativas de crédito solidário vêm ampliando sua visibilidade sociopolítica e conquistando credibilidade em espaços locais e regionais. Conseqüentemente, têm sido fomentadas nos âmbitos nacional, estadual e municipal, enquanto instrumento estratégico para a consolidação de programas de desenvolvimento e fortalecimento locais.

Desde sua emergência nos anos de 1990, o cooperativismo solidário tem mantido sua atuação voltada especialmente ao espaço rural, setor esquecido historicamente pelas políticas públicas brasileiras. No entanto, desde a década de 1980, muitos estudos e mobilizações sociais vêm contribuindo para corrigir injustiças em relação à agricultura familiar, redefinindo sua importância para o País. É reconhecida, hoje, sua força produtiva e a crescente contribuição que apresenta, não somente para a economia brasileira, mas para a promoção humana, possibilitando ao trabalhador o crescimento pessoal por meio da expansão de suas capacitações.

Neste processo de recolocação e de valorização da agricultura familiar, a CRESOL tem papel de grande importância como instituição mobilizadora em direção às melhores condições de vida e a desempenhos mais qualificados da produção agrícola.

Entende-se que está sendo construído um quadro promissor na organização do segmento da sociedade no qual se insere o agricultor familiar. Este passa a conviver, através da ação da CRESOL, com a promoção de programas sociais, além do acesso ao crédito solidário. A CRESOL, desse modo, atua como impulsionador de um movimento de fortalecimento da agricultura familiar, de combate à pobreza e de desenvolvimento socioeconômico local. Reafirma, pois, para a sociedade local/regional a importância do cooperativismo solidário no desenvolvimento do interior do Rio Grande do Sul e, no caso deste estudo de caso, para o Município de São Lourenço do Sul, a partir da economia familiar.

Apesar da identificação desses aspectos positivos, ainda muitos desafios se colocam às Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária, dentre os quais se destacam: a necessidade de revisão do marco regulatório do cooperativismo, aspecto enfatizado na literatura específica; a redução da carga tributária das cooperativas; o reconhecimento público do cooperativismo de economia solidária como política de estímulo e fomento a segmentos específicos; alocação de mais recursos para a formação cooperativista como instrumento de construção de uma nova consciência social.

Esses desafios, nesta dissertação, apresentam-se como indicadores para a constante qualificação do sistema cooperativo, ao mesmo tempo em que poderão se constituir como temas para novas pesquisas e estudos que subsidiem outras iniciativas no processo de aperfeiçoamento do sistema cooperativo solidário.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Texto IPEA. Texto para discussão nº 702. Rio de Janeiro, 2000.

ABRAMOVAY, Ricardo e outros. Mercados do empreendedorismo de pequeno porte no Brasil. In: CEPAL. **Pobreza e mercados do Brasil**. Brasília: DFIB, 2003.

ASSESSOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural. **As origens das CRESOL, 2005**. Disponível em: <<http://www.cresol.com.br/site/arquivos/artigos/Assessoar.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2010.

BALCEVICZ, Luiz Carlos; TONELLI, Pedro. Agricultura Familiar, Código Florestal e Serviços Ambientais. In: CRESOL. **Encontro do Cooperativismo Solidário e da Agricultura Familiar**. Documento síntese. Paraná: Francisco Beltrão, 2010.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. **Cooperativas de Crédito Solidário: constituição e funcionamento**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Agência de Desenvolvimento Solidário, 2001. Disponível em <http://www.eaesp.fgvsp.br/subportais/interna/Conexao_Local/CL_2005_FUNDAF.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Ministro do Desenvolvimento Agrário apresenta Plano de Safra em Santa Catarina**. (<http://www.mda.gov.br/index.php?ctuid=7218&scid=134>). Acesso em: 05 set. 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_3/constituicao/constitui%C3%A7a0.htm>. Acesso em: 05 jan.2011.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm). Acesso em: 01 out. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Notícias**, 2008. Disponível em <<http://www.fomezero.gov.br/noticias/politica-para-saude-no-campo-deve-sair-ate-julho>>. Acesso em: 13 mai.2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Transporte escolar**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php/?id=12318&option=com_content.&view=artide>. Acesso em: 13 mai. 2011.

BURCH, Sally. **Sociedade da informação/Sociedade do conhecimento**. Disponível em <<http://vecam.org/articles519.html>>. Acesso em: 14 mai. 2011.

BÚRIGO, Flávio Luiz. **Finanças e solidariedade**: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, tese, 2006.

CASTAÑEDA, Marcelo. **Pobreza como privação de capacidades**, 2009. Disponível em: <<http://lidadiaria.blogspot.com/2009/10/fichamento-pobreza-como-privacao-de.html>>. Acesso em: 02 jan. 2010.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

COSTA, Claudia. A união faz a força. **Desafios**. Brasília, nº 10, maio, 2005. Disponível em: <<http://www.desafios.org.br>>. Acesso em: 05 set. 2010.

CRESOL – Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária. Disponível em: <<http://www.cresol.com.br>>. Acesso em: 10 out. 2010.

CRUZ, Paulo Sergio Alves da. **A filosofia cooperativista e o cooperativismo no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: COP Editora, 2001.

DAVID, Ari de. **Competitividade das cooperativas do Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar – SISCLAF**. Francisco Beltrão: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, monografia, 2009.

FERREIRA, Mayra de Souza e outros. **O lazer dentro da sociedade moderna**. Disponível em: <<http://www.artigos.etc.br/o-lazer-dentro-da-sociedade-moderna.html>>. Acesso em: 05 jan. 2011.

FETAG/RS. Participação da comunidade local e escolar fortalece a educação rural. **Revista Educação Rural**, ano II, nº 02, set., 2006. Disponível em: <<http://www.fetagr.com.br/nx/download/imprensa/REVISTA%20DA%20EDUCA%C7%C3%20RURAL%202006.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2011.

GASPAR, Carlos Roberto Gonçalves. **Cooperativas CRESOL**. Disponível em: <<http://www.via6.com.empresa/109469/cooperativas-cresol>>. Acesso em: 13 mai. 2010.

GRIEP, André Volnir. **Influência do cooperativismo no desenvolvimento socioeconômico local e regional**. Rio Grande do Sul: São Lourenço do Sul, trabalho acadêmico, 2011.

GUANZIROLI, Carlos. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. v. 45, n. 2. Brasília, abr./jun., 2007.

CVC. **Amartya Sen**. Disponível em: <<http://www.algosobre.com.br/biografias/amartya-sen.html>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

JARDIM, Arnaldo. Legislar para crescer. In: **Conjuntura e perspectiva do cooperativismo de crédito**: coletânea de artigos. Brasília: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, 2008.

KÜHN, Daniela Dias. **Oportunidades, ruralidade e pobreza no Rio Grande do Sul**: as relações apresentadas pela abordagem das capacitações nos municípios gaúchos. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Faculdade de Ciências Econômicas/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, tese de Doutorado, 2008.

LAMARCHE, H (coord.) **Agricultura Familiar**: Comparação Internacional. Campinas: Ed: UNICAMP, 1993.

MESQUITA, Pedro Pucci de. **O PRONAF e a pobreza rural no município de Caucaia, Estado do Ceará**. Universidade Federal do Ceará: Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Curso de Mestrado Profissional em Avaliação e Políticas Públicas, Dissertação de Mestrado, 2009.

NEDER, Henrique Dantas; GOMES, Darcilene Cláudio. **Pobreza e distribuição de renda rural no Brasil**: uma análise de decomposição. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigo/16_NEDER.pdf>. Acesso em: 12 out.2010.

PAULI, Jandir. **Os desafios da CRESOL na gestão do desenvolvimento rural e do Cooperativismo de Crédito**. Disponível em: <<http://www.imed.ed.br/publications/13.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2010.

PEREIRA, Marcela Andresa Semeghini. **Direito ao lazer e legislação vigente no Brasil**. Disponível em: <http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/a1.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2011.

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

PORTUGAL, Alberto Duque. **O desafio da Agricultura Familiar 2004**. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189>>. Acesso em: 19 abr. 2010.

RIBEIRO, Marlene. **Agricultura familiar e educação básica e profissional**: análise de políticas em trabalho e educação. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/tramse/perural/artigo/agrfamiliar.rtf>>. Acesso em: 15 mai. 2011.

SANTOS, Larissa Martins Neiva. **Pobreza como privação de liberdade**: um estudo de caso na favela do Vidigal no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense/Pós-Graduação em Economia, 2007. Disponível em: <http://uff.br/cpgeconomia/novosite/arquivos/tese/2007-larissa_martins.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2010.

SCHMIDT, Derli; PERIUS, Vergílio. Cooperativismo e cooperativa. In: CATTANI, Antonio David (orgs). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. Revisão técnica: Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1995.

TOSCANO, Luiz Fernando. **Agricultura familiar e seu grande desafio**. Diário de Votuporanga, ano 50, n. 12.769, out/2003.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

VIDA ATIVA. **Seguro Rural**. Disponível em: <http://www.vidativaseguros.com.br/site/seguro_rural.php>. Acesso em: 11 mai. 2011.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Tradução: Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZANINI, Welington Rogério. **A gestão social descentralizadora a partir do PRONAF: infraestrutura e serviços municipais**. Avaliação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de São Pedro do Sul/RS. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, dissertação de Mestrado, 2006.

APÊNDICES

Apêndice A

ENTREVISTA Agricultor familiar associado à CRESOL

Nome do entrevistado: _____

Contato: _____

Cooperado desde: _____

Tipo de crédito acessado: _____

- O ingresso na CRESOL provocou alguma mudança na vida da família?

- O acesso ao crédito contribuiu para os itens a seguir:

01)

Área total do estabelecimento:	Área (ha)			
	Própria	Em parceria	De terceiro	Para terceiro

02) Que tipo de mão-de-obra é utilizado na propriedade?

Tipo	Quantas pessoas?	Quando é necessário contratação (durante todo o ano, durante a colheita ...)?
Familiar		
Contratada Permanente		
Contratada Temporária		

Já usavam antes de acessar a CRESOL? _____

03) Quantas pessoas da família moram na unidade familiar de produção?

04) Quantas pessoas da família (ascendência e descendência direta) não moram na unidade familiar de produção? Por quê?

12) Que tipo de problema há na sua residência?

13) Quais são os planos para a solução deste problema? O(a) senhor (a) acha que o crédito ajudou ou pode ajudar a solucioná-lo?

14) Quantos banheiros existem na residência? Que tipo de banheiro?

15) Já houve algum problema relacionado à residência ou às condições físicas da propriedade que pode ser solucionado com a utilização de recursos provenientes de uma operação de crédito? Qual?

Sim Não

LIBERDADES POLÍTICAS

16) Quantos membros da família votaram:

- na última eleição (2010 para governo estadual e presidência)?

Todos em idade de votação

Algum membro da família, mesmo em condições de votar, não votou

Não houve participação na eleição

- na penúltima eleição (2006 para prefeitura)?

Todos em idade de votação

Algum membro da família, mesmo em condições de votar, não votou

Não houve participação na eleição

17) Algum membro da família participa de algum tipo de movimento político (partidos, STR, Igreja, OP, CMDR, outros)?

Sim Não Se sim: Quem e com que frequência?

FACILIDADES ECONÔMICAS: oportunidades para utilizar recursos com propósitos de consumo, produção e troca.

18) Principais custos da unidade de produção:

Principais custos	Produção	Residência	Valor médio (R\$)
TOTAL NA UNIDADE DE PRODUÇÃO (R\$)			
TOTAL PARA A PRODUÇÃO (R\$)			

19) Entradas monetárias na unidade de produção não provenientes da venda da produção:

Tipo de recurso	Valor unitário médio (R\$)
Aposentadoria	
Pensão	
Salários	
Outros recursos	

20) Quais são as possíveis formas de acesso de comercialização da produção?

21) Acesso a bens duráveis: (antes e depois da CRESOL)

	Tipo de bem	Tem
1	Telefone	
2	Refrigerador	
3	Congelador (freezer)	
4	Televisão	
5	Rádio	
6	Chuveiro Elétrico	
7	Fogão a Gás	
8	Automóvel	
9	Computador	
10	Máquina para produção (MP) – Tempo de utilização	
	MP 1	
	MP 2	
	MP 3	

22) O crédito foi utilizado para a compra de algum bem para a residência?

Sim Não Se sim: Qual bem?

23) Há algum plano de utilizar o crédito para comprar um novo bem ou trocar/consertar algum bem da residência?

Sim Não Se sim: Que tipo de bem e daqui a quanto tempo?

24) Quantas pessoas da família têm acesso a programas de crédito? Quem e que tipo de crédito e há quanto tempo?

25) Para que foi utilizado o recurso obtido através do crédito?

26) O acesso ao crédito garantiu acesso a algum tipo de serviço bancário? Que tipo?

Sim, novos serviços Sim, serviços já utilizados Não

Se: Sim, serviços já utilizados: Como o senhor tinha acesso a esse serviço?

27) Houve alguma situação em que o crédito foi utilizado para saldar dívidas anteriores?

Sim Não Se sim: De que tipo? O recurso foi suficiente?

28) A unidade de produção tem acesso a outras fontes de financiamento que não o(s) programa(s) da CRESOL?

Sim Não

29) Qual o total da dívida atual da propriedade hoje?

30) Em que tipo de programas essa dívida foi adquirida?

31) Qual o montante devido a programas de crédito?

32) Há planos de realizar novas operações de crédito?

Sim Não Se sim: Com que finalidade?

33) Quais são as principais vantagens e as principais desvantagens do crédito CRESOL em relação às outras formas de financiamento?

OPORTUNIDADES SOCIAIS

34) Existe alguma criança em idade escolar na unidade de produção que esteja fora da escola?

Sim Não Se sim: Por quê?

Qual a qualidade do acesso à educação? Considera importante?

36) Houve, no último ano, algum caso de doença significativo na família?

Sim, constante Sim, excepcional Não

Se sim, constante: Qual é o tipo de problema e que tipo de acompanhamento necessita?

37) Como você considera o acesso da sua família a serviços de saúde:

Muito Bom Satisfatório Insatisfatório

38) Em algum momento, o recurso do crédito precisou ser utilizado para uma emergência de saúde na família?

Sim Não

39) A que tipo de transporte a família tem acesso?

Ônibus escolar Ônibus intermunicipal

Ônibus municipal Tem veículo próprio

Depende de carona Outros. Quais?

40) Como você considera o acesso da sua família a serviços de transporte:

Muito Bom Satisfatório Insatisfatório

41) O crédito foi utilizado alguma vez para aquisição de meio de transporte ou solução de problema com relação a deslocamentos?

Sim Não

42) Quais são os principais meios de acesso à informação?

- Televisão Rádio
 Jornais. Quais? Revistas. Quais?
 Internet.

43) O acesso ao crédito pode contribuir para o aumento de meios de acesso à informação?

- Sim Não

44) Quais são as principais atividades de lazer da família?

45) Como você considera o acesso da sua família ao lazer?

- Muito Bom Satisfatório Insatisfatório

46) O acesso ao crédito contribuiu de alguma forma para o aumento das possibilidades de lazer da família (festas, reuniões ...)?

- Sim Não Se sim: Como?

GARANTIAS DE TRANSPARÊNCIA

47) Com que instituições a família estabelece relações regulares (igreja, prefeitura, bancos, ...)?

48) Que tipo de problema já ocorreu no relacionamento com instituições?

SEGURANÇA PROTETORA

49) Em caso de emergência, a família:

- recebe ajuda das demais famílias da comunidade
 recebe ajuda de instituição governamental. Qual?
 recebe ajuda de instituição não-governamental. Qual?
 ajuda as demais famílias da comunidade.

50) A unidade de produção ou algum membro da família tem algum tipo de seguro?

Sim Não Se sim: Qual?

SITUAÇÃO AMBIENTAL

51) Quais são os principais tipos de problemas ambientais percebidos pelo(a) senhor(a) na propriedade, no município e na região?

52) O que o(a) senhor(a) faz ou pode fazer para combatê-lo?

53) A instituição responsável pelo crédito forneceu alguma oportunidade de acesso a conhecimento sobre proteção ambiental (seminários, cursos, palestras, etc.)?

Sim Não

54) Que tipo de agrotóxico é utilizado e para que tipo de produção?

55) Que tipo de adubo é utilizado na propriedade?

56) Que tipo de tratamento ocorre em relação ao meio ambiente no seu processo de produção? Alternativas:

Compostagem

Manejo Agroecológico

Utilização de adubo orgânico

Utiliza práticas orgânicas

Utiliza queimada

Utiliza plantio direto

Lavra a terra todo o ano

Pratica rotação de cultura

Eliminação dos resíduos suínos através de um esterqueira

Outros cuidados. Quais?

57) Algum recurso do crédito foi utilizado para a promoção de algum cuidado especial com o meio ambiente?

Sim Não Se sim: Quais cuidados?

58) Há separação de lixo na propriedade?

Sim Não

PROJETO E PLANOS

59) Quais são os planos da família para o próximo ano?

60) O(a) senhor(a) acha que os jovens/as crianças que moram hoje na propriedade terão condições de permanecer na propriedade? Com as mesmas atividades? Com outras atividades? Quais?

Sim Não

61) O (a) senhor (a) acha que o acesso ao crédito será importante para a realização destes planos? Por quê?

Sim Não

62) Quais são os “sonhos” (projetos, desejos) dos membros da unidade familiar?

63) Por fim, quanto ao crédito obtido, para que ele foi utilizado e quais são seus comentários sobre o sistema de crédito?

Apêndice B

ENTREVISTA

Agricultor familiar não-associado à CRESOL

Nome do entrevistado: _____

Contato: _____

01) Faz parte de alguma cooperativa de crédito? Qual? _____

02) Cliente de algum banco? _____

03) Tipo de crédito acessado: _____

04) Não são cooperados da CRESOL por quê?

Já ouviram falar a respeito da CRESOL?

05)

Área total do estabelecimento:	Área (ha)			
	Própria	Em parceria	De terceiro	Para terceiro

06) Que tipo de mão-de-obra é utilizado na propriedade?

Tipo	Quantas pessoas?	Quando é necessário contratação (durante todo o ano, durante a colheita ...)?
Familiar		
Contratada Permanente		
Contratada Temporária		

07) Quantas pessoas da família moram na unidade familiar de produção?

08) Quantas pessoas da família (ascendência e descendência direta) não moram na unidade familiar de produção? Por quê?

SOBREVIVÊNCIA

09) Existe algum problema relacionado à alimentação da sua família na unidade de produção? Qual?

10) Na sua opinião, a qualidade de alimentação da sua família pode ser classificada como:

Muito Boa Regular Insatisfatória

(Já era assim?)

Muito Boa Regular Insatisfatória

11) Produção: (% destinada para consumo e para venda)

Produção de subsistência / compras

Na propriedade existe: pomar horta

Produto	Destino da produção			Valor obtido com a venda da produção
	Consumo Familiar	Insumo	Venda	

12) Que tipo de alimento é preciso comprar fora da propriedade? E antes?

13) Quais e quando foram introduzidos alguns tipos de inovações?

14) A propriedade tem acesso a água dentro da residência? E antes?

Sim Não Se não: Como é o acesso à água?

15) Há sistema de esgoto na propriedade? E antes?

Sim Não Se não: Como são tratados os dejetos?

16) Que tipo de problema há na sua residência?

17) Quais são os planos para a solução deste problema? O (a) senhor (a) acha que o crédito ajudou ou pode ajudar a solucioná-lo?

18) Quantos banheiros existem na residência? Que tipo de banheiro?

19) Já houve algum problema relacionado à residência ou às condições físicas da propriedade que pode ser solucionado com a utilização de recursos provenientes de uma operação de crédito? Qual?

Sim Não

LIBERDADES POLÍTICAS

20) Quantos membros da família votaram:

- na última eleição (2010 para governo estadual e presidência)? E penúltima (prefeitura)?

Todos em idade de votação

Algum membro da família, mesmo em condições de votar, não votou

Não houve participação na eleição

21) Algum membro da família participa de algum tipo de movimento político (partidos, STR, Igreja, OP, CMDR, outros)?

Sim Não Se sim: Quem e com que frequência?

FACILIDADES ECONÔMICAS: oportunidades para utilizar recursos com propósitos de consumo, produção e troca.

22) Principais custos da unidade de produção:

Principais custos	Produção	Residência	Valor médio (R\$)
TOTAL NA UNIDADE DE PRODUÇÃO (R\$)			
TOTAL PARA A PRODUÇÃO (R\$)			

23) Entradas monetárias na unidade de produção não provenientes da venda da produção:

Tipo de recurso	Valor unitário médio (R\$)
Aposentadoria	
Pensão	
Salários	
Outros recursos	

24) Quais são as possíveis formas de acesso de comercialização da produção?

25) Acesso a bens duráveis:

Sim Não Se sim: Qual bem?

	Tipo de bem	Tem
1	Telefone	
2	Refrigerador	
3	Congelador (freezer)	
4	Televisão	
5	Rádio	
6	Chuveiro Elétrico	
7	Fogão a Gás	
8	Automóvel	
9	Computador	
10	Máquina para produção (MP) – Tempo de utilização	
	MP 1	
	MP 2	
	MP 3	

26) O crédito foi utilizado para a compra de algum bem para a residência?

Sim Não Se sim: Qual bem?

27) Há algum plano de utilizar o crédito para comprar um novo bem ou trocar/consertar algum bem da residência?

Sim Não Se sim: Que tipo de bem e daqui a quanto tempo?

28) A família tem acesso a programas de crédito? Que tipo de crédito e há quanto tempo?

29) Vantagens e desvantagens do programa:

30) Para que foi utilizado o recurso obtido através do crédito?

31) Possui acesso a algum tipo de serviço bancário? Que tipo?

Sim Não Se sim: Qual?

32) Houve alguma situação em que o crédito foi utilizado para saldar dívidas anteriores?

Sim Não Se sim: De que tipo? O recurso foi suficiente?

33) A unidade de produção tem acesso a outras fontes de financiamento?

Sim Não

34) Tem alguma dívida com programa de crédito? Em que tipo de programas essa dívida foi adquirida?

35) Há planos de realizar novas operações de crédito?

Sim Não Se sim: Com que finalidade?

OPORTUNIDADES SOCIAIS

36) Existe alguma criança em idade escolar na unidade de produção que esteja fora da escola?

Sim Não Se sim: Por quê?

37) Qual a qualidade do acesso à educação? Considera importante?

38) Houve, no último ano, algum caso de doença significativo na família?

Sim, constante Sim, excepcional Não

Se sim, constante: Qual é o tipo de problema e que tipo de acompanhamento necessita?

39) Como você considera o acesso da sua família a serviços de saúde:

Muito Bom Satisfatório Insatisfatório

40) Em algum momento, o recurso do crédito precisou ser utilizado para uma emergência de saúde na família?

Sim Não

41) A que tipo de transporte a família tem acesso?

Ônibus escolar Ônibus intermunicipal

Ônibus municipal Tem veículo próprio

Depende de carona Outros. Quais?

42) Como você considera o acesso da sua família a serviços de transporte:

Muito Bom Satisfatório Insatisfatório

43) O crédito foi utilizado alguma vez para aquisição de meio de transporte ou solução de problema com relação a deslocamentos?

Sim Não

44) Quais são os principais meios de acesso a informação?

Televisão Rádio

Jornais. Quais? Revistas. Quais?

Internet.

45) Quais são as principais atividades de lazer da família?

46) Como você considera o acesso da sua família ao lazer?

Muito Bom Satisfatório Insatisfatório

47) Nos últimos anos, melhorou de alguma forma as possibilidades de lazer da família (festas, reuniões ...)?

Sim Não Se sim: Como?

GARANTIAS DE TRANSPARÊNCIA

48) Com que instituições a família estabelece relações regulares (igreja, prefeitura, bancos, ...)?

49) Que tipo de problema já ocorreu no relacionamento com instituições?

SEGURANÇA PROTETORA

50) Em caso de emergência, a família:

- recebe ajuda das demais famílias da comunidade
- recebe ajuda de instituição governamental. Qual?
- recebe ajuda de instituição não-governamental Qual?
- ajuda as demais famílias da comunidade.

51) A unidade de produção ou algum membro da família tem algum tipo de seguro?

- Sim Não Se sim: Qual?

SITUAÇÃO AMBIENTAL

52) Quais são os principais tipos de problemas ambientais percebidos pelo(a) senhor(a) na propriedade, no município e na região?

53) O que o(a) senhor(a) faz ou pode fazer para combatê-lo?

54) Que tipo de adubo é utilizado na propriedade?

55) Que tipo de tratamento ocorre em relação ao meio ambiente no seu processo de produção? Alternativas:

- Compostagem
- Manejo Agroecológico
- Utilização de adubo orgânico
- Utiliza práticas orgânicas
- Utiliza queimada

- Utiliza plantio direto
- Lava a terra todo o ano
- Pratica rotação de cultura
- Eliminação dos resíduos suínos através de um esterqueira.
- Outros cuidados. Quais?

56) Algum recurso do crédito foi utilizado para a promoção de algum cuidado especial com o meio ambiente?

- Sim Não. Se sim: Quais cuidados?

57) Há separação de lixo na propriedade?

- Sim Não

PROJETO E PLANOS

58) Quais são os planos da família para o próximo ano?

59) O(a) senhor(a) acha que os jovens / as crianças que moram hoje na propriedade terão condições de permanecer na propriedade? Com as mesmas atividades? Com outras atividades? Quais?

- Sim Não

60) O (a) senhor (a) acha que o acesso ao crédito será importante para a realização destes planos? Por quê?

- Sim Não

61) Quais são os “sonhos” (projetos, desejos) dos membros da unidade familiar?